



PROFHISTÓRIA

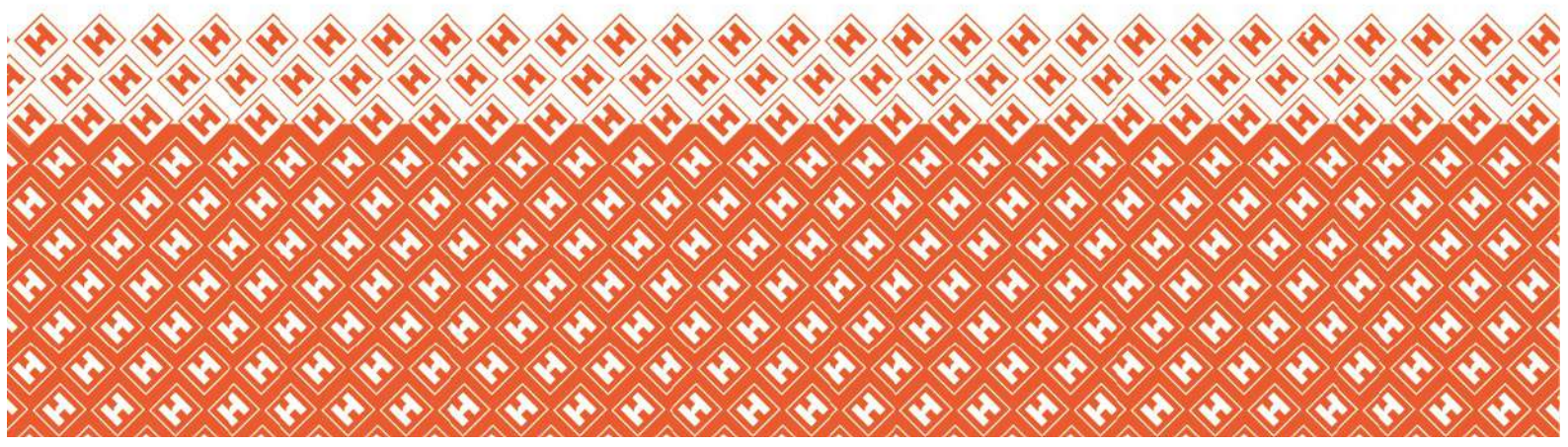
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARCELO PRADO MOREIRA ALMEIDA

**Silêncio na Historiografia sobre os Negros no Movimento
Operário
(1930-1945)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Setembro 2024



MARCELO PRADO MOREIRA ALMEIDA

**SILÊNCIO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS NEGROS NO MOVIMENTO
OPERÁRIO
(1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientadora: Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
SETEMBRO 2024**

A449s

Almeida, Marcelo Prado Moreira.

Silêncio na historiografia sobre os negros no movimento operário (1930-1945). / Marcelo Prado Moreira Almeida, 2024.

117f.; il.

Orientador (a): Dr^a. Isnara Pereira Ivo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 108 – 117.

1. Trabalhadores negros. 2. Historiografia. 3. Movimento operário. 4. Era Vargas. 5. Ensino de história. I. Ivo, Isnara Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história- ProfHistória. III. T.

CDD 907.2

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

MARCELO PRADO MOREIRA ALMEIDA

**SILÊNCIO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS NEGROS NO MOVIMENTO
OPERÁRIO
(1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Banca Examinadora

Isnara Pereira Ivo (orientadora)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Ricardo Alexandre Santos de Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Janaina Cardoso de Mello
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos familiares, que estiveram ao meu lado desde o início desta jornada, dedico esta dissertação, com profunda gratidão e carinho.

Geferson e Letícia foram fundamentais nos momentos em que precisei me ausentar. Sua infinita paciência e apoio incansável foram pilares. Agradeço por estarem sempre presentes, como faróis na escuridão.

Minha mãe, Mailde, foi minha âncora nos abismos mais profundos. Sua fortaleza e incentivo resiliente moldaram minha trajetória. Sua voz suave ecoa em cada página deste trabalho.

Em memória ao meu pai, Geferson, cujo exemplo de trabalho árduo e dedicação ressoa como um hino em meu coração. Ele é a constelação que guia meus passos.

Minha amiga Clarita, com suas palavras de encorajamento, foi como raios de sol perfurando as nuvens densas. Obrigado por acreditar em mim quando eu mesmo duvidava.

Belarmindo, meu mentor intelectual, desvelou os véus do conhecimento. Sua influência é como uma tapeçaria colorida que adorna minha mente.

Isnara, minha orientadora, foi mais do que uma guia acadêmica. Ela foi uma mãe sábia e compassiva. Suas palavras foram faróis na tormenta e sua presença um porto seguro.

Raire, minha namorada, iluminou meus dias como um raio de sol matinal. Obrigado por ser minha musa e confiante.

E a você, Márcia Mineiro, que sempre me motivou e orientou nos momentos difíceis, minha sincera gratidão.

Que esta dissertação seja uma sinfonia de gratidão a todos vocês, que entrelaçaram seus fios na trama da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pela oportunidade de desenvolver esta dissertação. O suporte acadêmico, os recursos e o ambiente estimulante proporcionados pela universidade foram essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço também ao programa ProfHistória, que possibilitou a realização do mestrado e ofereceu o suporte necessário ao longo dessa jornada. O programa foi fundamental para a conclusão deste projeto.

A todos os envolvidos, meu mais profundo agradecimento.

RESUMO

Este trabalho analisa a abordagem sobre os trabalhadores negros na historiografia do movimento operário brasileiro durante a era Vargas (1930-1945), período marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Realizou-se uma revisão bibliográfica das principais correntes historiográficas sobre o tema. Observa-se que os trabalhadores negros foram silenciados e marginalizados tanto pelo Estado varguista, que difundiu ideologias eugenistas e racistas, quanto pelo próprio movimento operário e sindical, que não reconheceu a especificidade da presença dos negros nesse contexto. Assim, verifica-se a necessidade de revisar e ampliar o conhecimento histórico sobre esses trabalhadores, valorizando suas vozes, memórias e identidades. Além disso, o trabalho busca contribuir para o debate sobre a história do trabalho no Brasil, evidenciando a diversidade e complexidade das experiências dos trabalhadores negros. Destaca-se também o papel do ensino de história nas escolas e universidades, que têm a responsabilidade de transmitir conhecimentos que reflitam a realidade plural da sociedade.

Palavras-chave: Trabalhadores negros, Historiografia, Movimento operário, Era Vargas, ensino de história.

ABSTRACT

This work analyzes the treatment of black workers in the historiography of the Brazilian labor movement during the Vargas era—a period marked by profound political, economic, and social transformations in Brazil. A bibliographic review of the main historiographical currents on this topic was conducted. It becomes evident that black workers were silenced and marginalized, both by the Vargas government, which propagated eugenic and racist ideologies, and by the labor and union movement itself, which failed to recognize the specificity of black presence in this context. Consequently, there is a need to revise and expand historical knowledge about these workers, valuing their voices, memories, and identities. Additionally, this work aims to contribute to the debate on labor history in Brazil, highlighting the diversity and complexity of black workers' experiences. It also underscores the role of history education in schools and universities, emphasizing their responsibility to convey knowledge that reflects the plural reality of society.

Keywords: Black workers, Historiography, Labor movement, Vargas era, History education.

LISTA DE SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOC	Bloco Operário e Camponês
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FNB	Frente Negra Brasileira
FOSP	Fundação Oncocentro de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
TEN	Teatro Experimental do Negro
UDN	União Democrática Nacional
UHC	União dos Homens de Cor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E OS TRABALHADORES NEGROS	20
2.1 Historiografia brasileira e os operários negros.....	20
3 ENTRE A LUTA E A COR: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO E A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NEGROS NO BRASIL	39
3.1 Os trabalhadores negros na política sindicalista	39
3.2 Sindicalismo e comunismo: o esquecimento e a lembrança dos trabalhadores negros	49
3.3 Eugenia e Racismo: As Políticas de Identidade na Era Vargas.....	58
4 REVISTA DIGITAL: SILÊNCIO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS NEGROS NO MOVIMENTO OPERÁRIO (1930-1945)	74
5 CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Quando comecei a estudar o movimento operário no Brasil, percebi que havia uma lacuna na historiografia sobre a questão dos trabalhadores negros. A maioria dos estudos se concentrava na experiência dos imigrantes europeus, que formavam a maior parte da classe operária nas primeiras décadas do século XX. No entanto, eu me perguntava: onde estavam os trabalhadores negros e mestiços nesse cenário? Como eles se inseriam na luta por direitos e melhores condições de trabalho? Como eles se relacionavam com os seus colegas brancos e com os patrões? Essas questões levaram-me a buscar fontes e autores que abordassem essas questões do movimento operário no Brasil.

A industrialização no Brasil foi um processo tardio, que começou no final do século XIX e se intensificou na década de 1930, com a política de substituição de importações e o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. O Brasil passou de uma economia agrária e exportadora para uma economia urbana e industrializada, diversificando sua produção e ampliando seu mercado interno. No entanto, esse processo também gerou desigualdades regionais, sociais e ambientais. Um dos principais pensadores da industrialização brasileira foi Celso Furtado, que defendia a necessidade de superar o subdesenvolvimento e a dependência externa por meio de um planejamento estratégico e participativo. Uma de suas frases mais conhecidas é: O desenvolvimento não é um estado de coisas que se possa definir objetivamente. É um conceito que envolve juízos de valor (Furtado, 1974).

Em Teoria e política do desenvolvimento econômico, Furtado constatou que, em uma perspectiva histórica, o processo de industrialização brasileiro foi inicialmente induzido pelo crescimento e pela diversificação da procura global, ou seja, como resultado do desenvolvimento derivado do crescimento das exportações (Silva, 2012, p. 38).

O Brasil passou por um processo de industrialização entre o final do século XIX e o início do século XX, que foi influenciado por diversas mudanças na sua economia e na sua sociedade. Uma delas foi o fim do tráfico negreiro e a substituição da mão de obra escrava pela livre, que alterou a dinâmica da produção agrícola e favoreceu o crescimento do café como o principal produto de exportação do país. Essa mudança também deslocou o centro econômico do Nordeste para o Sudeste, o que provocou o desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes e comunicações favorável à integração do mercado interno e externo. Conforme Oliveira (2010):

O processo de industrialização do Brasil, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, foi condicionado por várias transformações na economia e na sociedade brasileiras. Uma dessas transformações foi o fim do tráfico de escravos e a consequente mudança na mão de obra e na produção agrícola, que favoreceu a ascensão do café como o principal produto de exportação, e que provocou o deslocamento do centro econômico do Nordeste para o Sudeste, onde se desenvolveu uma infraestrutura de transportes e comunicações (Oliveira, 2010, p. 323).

A industrialização brasileira foi um processo tardio, que se iniciou com a formação das primeiras unidades fabris, estimuladas pelo capital oriundo da cafeicultura e pela mão de obra disponível, principalmente dos imigrantes europeus, que trouxeram consigo novas técnicas e ideias de produção. Esses trabalhadores também foram os principais protagonistas do movimento operário, que surgiu em 1853, com a Associação de Operários de Tipografia da Capital, e que buscou melhores condições de trabalho, direitos laborais e representação sindical, por meio de greves, manifestações e organizações.

Outra transformação foi a crise da escravidão, que encareceu e escasseou a mão de obra escrava, levando à sua concentração nas atividades comerciais e à sua substituição parcial por máquinas, principalmente na produção do café. Essa crise também abriu oportunidades para o Brasil exportar produtos manufaturados e importar matérias-primas, incentivando o surgimento das primeiras indústrias têxteis em São Paulo, por volta de 1870. Além disso, o mercado de consumo rural foi ampliado pela substituição de escravos por imigrantes assalariados, que plantavam gêneros alimentícios e vendiam seus excedentes nas cidades, aumentando sua capacidade de consumo. Esses imigrantes não vieram apenas substituir a mão de obra escrava, mas representaram um grande potencial de trabalho para atender às demandas de uma economia capitalista em expansão. Por fim, o processo de industrialização também foi influenciado pela migração interna e externa de trabalhadores livres, que saíram do Nordeste em busca de melhores condições de vida e trabalho em São Paulo, e que receberam o reforço de imigrantes europeus, os quais vieram para o Brasil atraídos por políticas de incentivo do governo. Esses movimentos populacionais contribuíram para o crescimento das cidades e a formação de um mercado consumidor, bem como para a diversificação da força de trabalho, favorecendo o desenvolvimento industrial do país.

Assim, o desenvolvimento urbano e a sua consolidação como mercado distribuidor resultaram na entrada da massa de imigrantes no país, que optaram por permanecer nas cidades, pois as oportunidades de ascensão eram maiores. Com a afirmação das relações capitalistas de produção, ocorreu a intensificação da divisão do trabalho e do pequeno comércio. Ao mesmo tempo, foram surgindo os bairros operários, local de instalação de fábricas e moradia de

trabalhadores. A cidade era o palco da formação de um movimento operário, que enfrentava muitas dificuldades. Os trabalhadores eram explorados no seu trabalho – um problema compartilhado por todos. Eles também entravam em contato com as ideologias advindas dos imigrantes europeus, mas que tinham dificuldade em se difundir. Os setores secundários e de serviços eram os que mais intensificavam o conflito social. Porém, os movimentos sociais das camadas exploradas eram limitados, sobretudo nos centros urbanos. A massa urbana dominada estava presa nos muros das ideias na cidade, sem muitas chances de mudar as relações de força entre as classes (Fausto, 1977).

A historiografia do movimento operário no Brasil da Primeira República é um campo de estudo que busca compreender as origens, o desenvolvimento e as perspectivas desse movimento, que foi um dos principais agentes da história e da sociedade brasileira. Para isso, são abordados as fontes, os métodos, as tendências e os debates que envolvem essa produção historiográfica, que apresenta uma diversidade de abordagens e de interpretações, refletindo a complexidade e a riqueza do movimento operário brasileiro (Oliveira, 2010).

Com a chegada dos imigrantes europeus, chegaram as ideias socialistas e anarquistas. Esses imigrantes se instalaram nas cidades, principalmente em São Paulo, onde trabalhavam nas indústrias têxteis, ferroviárias e de serviços. Eles enfrentavam condições de trabalho precárias, baixos salários e repressão patronal e policial. Por isso, eles se organizaram em sindicatos, associações e jornais operários, que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho. O movimento operário brasileiro teve seu auge na década de 1910, ao realizar greves gerais e manifestações populares, com a exigência de reformas sociais e políticas. O movimento operário também participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, que buscava a construção de uma sociedade socialista no Brasil. No entanto, o movimento operário enfrentou muitas dificuldades para se consolidar como uma força política e social no país (Prado Jr, 1966).

A formação da classe operária no Brasil foi marcada por diversos fatores, como a oferta e a demanda de trabalho, o nível de qualificação e consciência dos trabalhadores, a intervenção do Estado e a composição étnica. A oferta de trabalho influenciava diretamente no valor do salário e no valor da mercadoria, gerando situações distintas entre as regiões. Em São Paulo, por exemplo, os trabalhadores eram mais qualificados e tinham maior poder de barganha, mas sem maiores mobilizações e sem alterações nos quadros sociais, devido ao forte controle do Estado sobre os sindicatos. A composição étnica da classe operária também teve aspectos positivos e negativos, pois contribuiu para a riqueza cultural e a resistência dos trabalhadores, mas também gerou conflitos, preconceitos e divisões entre os operários. Com o aumento da

imigração estrangeira nas fábricas, houve uma maior homogeneização e uma maior adesão às ideologias de setores organizados da classe trabalhadora (Fausto, 1977).

Portanto, o Movimento operário brasileiro desempenhou um papel crucial na história do país, especialmente durante a Primeira República. Suas lutas, reivindicações e organização moldaram as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores (Bittencourt, 2009). No início do século XX, recebeu forte influência do anarquismo e do anarco-sindicalismo. Essas correntes ideológicas fomentaram a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, que desempenhou um papel importante na organização dos trabalhadores.

Em 1917, uma greve de maiores proporções ocorreu novamente em São Paulo, liderada por trabalhadores dos setores alimentício, gráfico, têxtil e ferroviário. A tensão tomou conta das ruas da cidade e um inevitável confronto com os policiais aconteceu. Durante o embate, a polícia acabou matando um jovem trabalhador que participava das manifestações. Esse evento somente inflamou os operários a organizarem passeatas maiores pelo centro da cidade. Atuando em outra frente, trabalhadores formaram barricadas que se espalharam pelo bairro do Brás, resistindo ao fogo aberto pelas autoridades. No ano seguinte, anarquistas tentaram conduzir um golpe revolucionário frustrado pela intercepção policial. Vale lembrar que toda essa agitação se deu na mesma época em que as notícias sobre a Revolução Russa ganhavam os jornais do mundo (Bittencourt, 2009).

Ao revisitar a história do movimento operário no Brasil, torna-se imprescindível questionar a inclusão dos negros nas fábricas e nos partidos operários. Segundo historiadores, como Boris Fausto (1997), a marginalização econômica e social dos negros após a abolição da escravidão em 1888 foi um fator determinante para a sua limitada participação no setor industrial e, por consequência, no movimento operário. Entretanto, o próprio Fausto (1997) não dialoga sobre as lideranças negras ou percebe a cor do movimento operário. A preferência por imigrantes europeus nas fábricas restringiu as oportunidades de trabalho para os negros libertos, o que se refletiu em sua escassa presença nos partidos operários. As lutas de classe, muitas vezes, eclipsavam as questões raciais, deixando de lado as experiências específicas dos trabalhadores negros, conforme apontado por Florestan Fernandes (2008) em suas análises sobre a integração do negro na sociedade de classes no Brasil. Essa exclusão ou invisibilização dos trabalhadores negros dentro dos movimentos operários contribuiu para a perpetuação da marginalização e da pobreza entre a população negra, um legado que ainda desafia a sociedade brasileira contemporânea. E, então, surgem outras questões: será que não existiam realmente trabalhadores negros nas fábricas? Será que eles eram pacíficos e aceitaram a exploração sem

questionar? E, como eram um contingente de reserva muito grande, se fossem mais ‘dóceis’, não seriam melhores empregados?

Essas questões são importantes para a compreensão da história do trabalho e das dinâmicas raciais dentro do contexto industrial. Historiadores têm argumentado que, apesar da presença de trabalhadores negros nas fábricas, muitas vezes, eles eram invisibilizados nas narrativas históricas. Além disso, a ideia de que trabalhadores negros eram mais “dóceis” e, portanto, melhores empregados é um estereótipo que não leva em conta a complexidade das relações de trabalho e as formas de resistência e luta por direitos e reconhecimento (Schwartz, 1988).

O negro cidadão não é o negro que foi transformado em trabalhador livre, ele apenas juridicamente não é mais escravo. Trata-se de um indivíduo colocado na condição de trabalhador livre, contudo sem ser aceito plenamente ao lado dos trabalhadores livres brancos e nem se modificou em seu ser social original, ou seja, ganhou a liberdade, mas não obteve segurança: social, psíquica e econômica. Foi libertado da casa-grande, ou da fazenda, contudo sem nenhuma preparação para os novos meios socioculturais necessários à vida de homem livre; trata-se de uma pessoa que na liberdade compreendeu que foi espoliado e começou, de forma mais intensa, a lutar por uma vida melhor, muitas vezes tendo que se adaptar ao mundo dos brancos para ser aceito (Ianni, 1972).

Após a abolição da escravatura, em 1888, o Brasil enfrentou o desafio de integrar os libertos em uma sociedade que havia sido estruturada sob a égide da escravidão. A manutenção dos padrões sociais e a resistência a mudanças significativas refletiam o pouco interesse em promover o desenvolvimento inclusivo de toda a população. A ideia predominante era que qualquer abordagem das questões sociais dos negros e suas reivindicações poderia levar a uma divisão nacional e a um conflito racial, algo que a elite dominante buscava evitar a qualquer custo. Como resultado, houve um silenciamento sistemático e uma naturalização dos problemas enfrentados pela população negra, que continuou a ser marginalizada e excluída das oportunidades de progresso social e econômico (Souza, 2014).

Fernandes destaca que a abolição ocorreu sem que fossem oferecidas assistência e garantias aos libertos para a transição ao sistema de trabalho livre, caracterizando a abolição como uma forma de espoliação extrema e cruel (Fernandes, 2008). Essa perspectiva é reforçada por estudos que apontam para a ausência de um projeto de modernização que incluísse os negros nas novas dinâmicas sociais e econômicas do país (Ipea, 2010). A resistência à organização dos negros e à luta por seus direitos foi vista com desconfiança e até mesmo como uma ameaça à “paz social”, pois poderiam desafiar a ordem estabelecida e expor as contradições de uma

sociedade que se pretendia harmoniosa, mas que estava fundamentada em desigualdades raciais profundas (Oliveira, 2016).

Para elucidar as questões propostas, optou-se pela utilização da pesquisa bibliográfica exploratória. Essa metodologia revela-se essencial na fase inicial de qualquer investigação científica, sobretudo em temas que ainda não foram amplamente explorados. Por meio dela o pesquisador adquire uma compreensão aprofundada do assunto em estudo, identificando os principais conceitos, teorias e lacunas existentes na literatura (Cavalcante; Oliveira, 2020). A revisão de literatura, que engloba a análise de livros e artigos, é imprescindível para estabelecer uma base de conhecimento sólida e atualizada.

Prodanov e Freitas (2013) destacam a importância da verificação da veracidade dos dados coletados, enquanto Andrade (2010) discute a finalidade da pesquisa bibliográfica no contexto acadêmico. Bastos e Keller (1995) definem a pesquisa científica como uma investigação metódica que visa esclarecer dúvidas e contribuir para o avanço do conhecimento.

Além disso, Oliveira (2008) diferencia a pesquisa bibliográfica da pesquisa documental, enfatizando a utilização de fontes secundárias. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) abordam os métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos; Piovesan e Temporini (1995), por sua vez, propõem um procedimento metodológico de abordagem qualitativa para a pesquisa exploratória. Em resumo, a pesquisa bibliográfica exploratória é um passo inicial indispensável para qualquer pesquisa acadêmica, fornecendo o alicerce para estudos mais aprofundados e metodologicamente rigorosos.

Finalmente, ressalta-se o uso da memória como elemento norteador da procura. A historiografia tem reconhecido, cada vez mais, a importância da memória como uma ferramenta essencial para a compreensão do passado. A memória, seja ela individual ou coletiva, é um elemento vital na construção da narrativa histórica. Thompson salienta a importância da experiência e da memória coletiva na formação da classe operária, argumentando que as lutas e interesses comuns dos trabalhadores foram essenciais para a construção de uma consciência de classe (Thompson, 1963). A memória não é apenas um repositório de lembranças, mas também um campo de luta e afirmação identitária, onde os grupos sociais disputam o poder de definir como o passado será lembrado e interpretado.

Além disso, Halbwachs enfatiza a importância da memória coletiva e como ela é moldada pelas estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos (Halbwachs, 1990). A historiografia contemporânea tem observado as metamorfoses provocadas pelos estudos de memória, examinando a relação entre memória e identidade, o espaço adquirido pela subjetividade no saber histórico, a fragmentação de tempo e objetos e o uso político da

memória. Essas intervenções da memória na historiografia desafiam a objetividade tradicionalmente associada à disciplina e abrem espaço para uma compreensão mais complexa e multifacetada do passado.

O movimento operário brasileiro, que se intensificou durante a República Velha, ganhou ainda mais corpo e relevância durante a era Vargas. Este período é caracterizado por uma série de transformações sociais e políticas que impactaram diretamente a classe trabalhadora. A era Vargas, em particular, é marcada pela implementação de políticas trabalhistas e pela institucionalização dos direitos dos trabalhadores, o que gerou debates intensos entre historiadores sobre as motivações e as consequências dessas medidas para o movimento operário. Essas discussões abrangem desde a análise das condições de trabalho até as estratégias de mobilização e resistência adotadas pelos trabalhadores em resposta às políticas do governo. Portanto, o estudo do movimento operário brasileiro, especialmente durante essas duas fases cruciais da história do país, continua sendo um tema de grande interesse e relevância historiográfica.

Durante a Era Vargas o movimento operário brasileiro passou por significativas transformações. A implementação de leis trabalhistas e a criação do Ministério do Trabalho em 1931 foram passos importantes na reorganização das relações de trabalho no país (Batistella, 2015). O governo Vargas adotou uma postura de dirigismo estatal, interferindo na economia para responder às demandas do mercado interno e externo, o que impactou diretamente o movimento operário. A disputa entre sindicatos oficiais e autônomos refletiu as tensões entre o controle estatal e a autonomia dos trabalhadores. A consolidação do sindicalismo oficial, durante esse período, foi marcada por uma série de manifestações concretas que expressavam os interesses político-econômicos da burguesia empresarial, delegando ao Estado a tarefa de regular as relações de trabalho (Batistella, 2015).

Nesse percurso, a crise do Estado oligárquico nos anos 1920 potencializou os conflitos de classe, com o movimento operário buscando reaglutinar suas forças com base nas experiências de lutas anteriores. Por outro lado, as classes dominantes buscavam preservar seus interesses, impedindo a livre organização dos trabalhadores (Batistella, 2015). Assim, a Era Vargas foi um período de intensa negociação e conflito entre as classes trabalhadoras e o Estado, que buscava consolidar uma nova ordem econômica e social no Brasil. Observa-se que, mesmo com a contribuição de autores de diversas gerações e correntes historiográficas distintas, as citações sobre os negros frequentemente não lhes conferem o devido protagonismo ou diálogo por parte da historiografia. Diante dessa lacuna, busca-se responder à questão central: onde

estão os negros no movimento operário? A historiografia tradicional tende a marginalizar esses sujeitos?

Assim, no primeiro capítulo, busca-se identificar as principais correntes historiográficas sobre o movimento operário brasileiro, que, segundo estudos, foi fortemente influenciado pelo anarquismo e pelo anarco-sindicalismo, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Essas correntes, trazidas ao Brasil pelos imigrantes europeus, foram fundamentais na organização dos trabalhadores e na formação dos primeiros sindicatos, marcando o início de uma série de greves e manifestações em busca de melhores condições de trabalho.

Além disso, o capítulo visa compreender como os trabalhadores negros são concebidos nos contextos da historiografia do movimento operário. Historiadores têm apontado para um “paradigma da ausência”, onde a participação dos trabalhadores negros nas narrativas sobre o movimento operário, especialmente nos séculos XX e XXI, é frequentemente invisibilizada. No entanto, esforços recentes têm sido feitos para resgatar e dar notoriedade à contribuição dos trabalhadores negros, desafiando a tendência de invisibilização desses sujeitos históricos (Nascimento, 2016).

No segundo capítulo, o objetivo é identificar os possíveis silêncios da historiografia sobre as políticas para os trabalhadores negros. A literatura acadêmica sugere que, historicamente, houve uma tendência de não incluir a dimensão racial nas análises dos trabalhadores e do movimento operário, especialmente nos séculos XX e XXI, em que a cor dos trabalhadores é frequentemente ignorada. Especialistas em escravidão e pós-abolição avançaram mais em direção ao debate e contribuíram para a visibilidade desses sujeitos históricos, apontando os problemas trazidos por essa ausência e sugerindo caminhos metodológicos para mudança (Nascimento, 2016).

Ademais, busca-se demonstrar como a historiografia analisa os trabalhadores negros no sindicalismo e no partido comunista no período. Estudos indicam que o movimento sindical e o partido comunista tiveram papéis significativos na inclusão dos trabalhadores negros nas lutas sociais e políticas. No entanto, a representação desses trabalhadores na historiografia ainda é um campo em expansão, com pesquisas recentes trazendo novas perspectivas sobre a participação ativa dos trabalhadores negros nessas esferas.

No terceiro capítulo, verifica-se que o período varguista foi marcado por profundas transformações sociais e econômicas no Brasil, também foi palco de práticas eugenistas e racistas que moldaram significativamente a vida dos trabalhadores negros. A historiografia do movimento operário brasileiro, por muito tempo, silenciou a voz e as contribuições desses

sujeitos históricos, privilegiando narrativas que centralizavam a figura do trabalhador branco e imigrante (Schwarcz, 1998).

No contexto do governo Vargas, as políticas eugenistas, embasadas em teorias racistas e pseudocientíficas, legitimaram a discriminação e a exclusão dos negros. Através de programas de saúde pública e políticas de imigração o Estado brasileiro promoveu a ideia de uma raça superior, associada aos europeus, e inferiorizou os negros, indígenas e mestiços. Essa ideologia racial permeou as relações de trabalho, relegando os trabalhadores negros a postos de menor qualificação e remuneração, e limitando suas possibilidades de ascensão social (Souza, 2012).

É fundamental destacar que as práticas eugenistas não se limitaram ao discurso, mas se materializaram em políticas concretas que impactaram a vida cotidiana dos trabalhadores negros. A segregação racial em espaços públicos, a discriminação no acesso à educação e à saúde, e a violência policial foram apenas algumas das manifestações do racismo institucionalizado durante o período (Freire, 2003).

Além disso, as políticas trabalhistas implementadas por Vargas, embora tenham apresentado avanços em relação à legislação trabalhista anterior, também reproduziram desigualdades raciais. A criação de sindicatos e a regulamentação das relações de trabalho, por exemplo, beneficiaram em maior medida os trabalhadores brancos e imigrantes, enquanto os negros ficaram excluídos

Ao problematizar a invisibilização dos trabalhadores negros na historiografia do movimento operário e ao desvelar as práticas eugenistas e racistas do governo Vargas, esse capítulo contribui para uma compreensão mais abrangente e complexa da história do trabalho no Brasil. Ao reconhecer a importância da luta dos trabalhadores negros na construção da classe trabalhadora, busca-se ressignificar o passado e contribuir para a construção de um futuro mais justo e equânime.

No quarto capítulo, apresenta-se a criação de uma revista digital como ferramenta pedagógica inovadora para o ensino de História no 3º ano do ensino médio. A revista, a ser publicada na plataforma Yumpu (<https://www.yumpu.com/>), tem como objetivo central contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender as complexidades do passado e de relacioná-las com o presente.

Ao adotar uma perspectiva histórica crítica, a revista busca desnaturalizar as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira, convidando os estudantes a questionar as narrativas históricas dominantes e a construir suas próprias interpretações sobre o passado. Ao centrar-se na história dos excluídos, a revista oferece aos estudantes a

oportunidade de conhecer as diversas faces da história brasileira, desvendando as lutas e as contribuições de grupos sociais que foram sistematicamente marginalizados.

A escolha da plataforma Yumpu se justifica por sua interface intuitiva, que permite a criação de publicações digitais de alta qualidade, de forma rápida e eficiente. A plataforma oferece recursos, tais como: personalização de layouts, inclusão de elementos multimídia e ferramentas de compartilhamento, tornando a experiência de leitura mais dinâmica e engajadora para os estudantes. Ainda, o Yumpu disponibiliza análises de desempenho, permitindo acompanhar o alcance e o impacto da revista.

A construção da consciência histórica, como defendida por Certeau (1992), é fundamental para a formação de cidadãos críticos. A consciência histórica permite que os indivíduos se situem no tempo, compreendam as relações entre passado, presente e futuro, e utilizem o conhecimento histórico para agir no mundo.

A aprendizagem histórica, por sua vez, vai além da memorização de datas e fatos. Segundo Kohlberg (1981), ela envolve a construção de significados e a compreensão das complexidades do passado. Ao abordar temas como a história dos trabalhadores negros no movimento operário e as políticas eugenistas do governo Vargas, a revista busca promover uma aprendizagem significativa e transformadora, que possibilite aos estudantes questionar as narrativas históricas dominantes e construir suas próprias interpretações sobre o passado.

Mediante a abordagem de temas relevantes e atuais, a revista contribui para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e engajados na construção de um futuro mais justo e igualitário. Ao estimular o desenvolvimento de habilidades, como análise crítica, interpretação de fontes históricas e problematização de questões sociais, a revista prepara os estudantes para atuarem como cidadãos ativos e transformadores.

2 HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E OS TRABALHADORES NEGROS

2.1 Historiografia brasileira e os operários negros

O primeiro censo do Brasil foi realizado em 1872, motivado pela necessidade de conhecer melhor a população e o território brasileiro, para fins de planejamento econômico, político e social, mas apenas em caráter simbólico, pois visava mostrar ao mundo que o Brasil era uma nação civilizada e moderna, capaz de realizar uma operação estatística de grande porte (IBGE, 1872; Silva, 2023). O censo coletou informações sobre o número de habitantes, a cor, o sexo, o estado civil, a nacionalidade, a religião, a ocupação, a alfabetização, a condição de livre ou escravo e a localização geográfica (IBGE, 1872; Silva, 2023). O resultado do censo de 1872 revelou que o Brasil tinha uma população estimada em 10.112.061 de habitantes assim distribuídos: 38,1% de brancos, 19,7% de pretos, 11,4% de pardos, 3,9% de caboclos, 0,3% de indígenas e 26,6% de estrangeiros. Dos habitantes 15,2% eram escravos, 84,8% eram livres e 1,8% eram libertos (IBGE, 1872; Silva, 2023).

Portanto, se assumirmos que a proporção de negros na indústria era a mesma da população geral, podemos estimar que havia cerca de 310 mil trabalhadores negros nas fábricas em 1872 no Brasil. No entanto, essa estimativa pode ser imprecisa, pois não leva em conta as diferenças regionais, setoriais e sociais que afetavam o acesso dos negros ao mercado de trabalho. Por exemplo, sabemos que a região Sudeste era a mais industrializada e a mais populosa do país, mas também a que tinha a maior concentração de escravos. Além disso, sabemos que algumas atividades industriais, como a têxtil, a metalúrgica e a de construção civil empregavam mais negros do que outras, como a de alimentos e bebidas. Também sabemos que os negros livres e libertos enfrentavam discriminação e dificuldades para conseguir empregos formais e salários dignos (Geledes, 2013).

Uma historiografia mais comprometida com a realidade do pós-abolição deveria reconhecer o papel dos trabalhadores negros na história do movimento operário brasileiro, iniciado pela luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX. Esses trabalhadores se organizaram coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de diversas formas. Eles articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista (Chalhoub, 2001, p. 78). Diante deste contexto, são necessárias uma reparação e uma busca da historiografia não só pela cor da classe operária, mas

também pelas suas características peculiares e pelas suas estratégias de luta. A cor da classe operária, nesse sentido, se refere à origem étnica e racial dos trabalhadores que compuseram a força de trabalho no Brasil, marcada pela escravidão e pela pós-abolição. A historiografia tradicional tendeu a invisibilizar ou a marginalizar os trabalhadores negros ou mestiços, que foram descendentes de escravos ou ex-escravos, e a privilegiar as perspectivas dos imigrantes europeus, os quais trouxeram as ideias do anarquismo e do socialismo. Essa historiografia também reproduziu alguns mitos sobre a escravidão, os trabalhadores e a sociedade brasileira, que precisam ser desfeitos. Para isso, é preciso reconhecer a agência, a pluralidade e a complexidade dos trabalhadores negros e mestiços, que se organizaram e resistiram de diversas formas, que se diferenciavam por vários aspectos, que se relacionavam com outros sujeitos sociais de maneira ambígua e conflituosa. É preciso também levar em consideração as práticas políticas e culturais dos trabalhadores negros e mestiços, isto é, formas de expressão e de negociação dos interesses, das identidades e das subjetividades dos trabalhadores.

A História Pública poderia contribuir para a reparação moral, o reforço da autoestima e outras conquistas aos negros contemporâneos, que sofrem até hoje com as mazelas provocadas pelo racismo. Ao se abster do debate, o historiador faz justamente o contrário: não contribui para o combate ao racismo e reproduz as mesmas lacunas deixadas por autores no passado, recente ou não (Mattos, 2015, p. 272).

Durante muito tempo, a sociedade acreditou que o negro foi um agente passivo da História, sem capacidade de resistir ou de se adaptar às mudanças. No entanto, percebe-se que o negro foi ativo e se rebelou contra a escravidão e a exploração. Essa visão de que o negro foi passivo e não se adequou ao trabalho fabril e ao regime capitalista industrial orientou algumas pesquisas sobre o tema, mas precisa ser revista: eles apresentaram elementos de contracultura à opressão dos senhores de engenho e à catequização e, ao mesmo tempo, se opuseram à exploração nas fábricas (Nascimento, 2016, p. 79).

A historiografia brasileira precisa se atentar à nova fase da história social do trabalho, a fim de superar o eurocentrismo e buscar uma perspectiva global do entendimento da classe trabalhadora; no caso do Brasil, ainda mais a sua especificidade, ou seja, buscar compreender as relações de trabalho, as movimentações sociais e as transformações ocasionadas em cada país (van der Linden, 2009, p. 19). A discussão sobre a participação dos trabalhadores negros na história do movimento operário brasileiro, marcada pela escravidão e pela pós-abolição, constitui uma crítica ao que Nascimento (2016, p. 80) chama paradigma da ausência, que invisibiliza os trabalhadores negros na historiografia do movimento operário brasileiro, e

propõe o paradigma da agência, ao reconhecer a sua atuação e resistência. O autor também questiona alguns mitos construídos sobre a escravidão e os trabalhadores urbanos pobres no Brasil, os quais foram desfeitos por diversas pesquisas a partir dos anos 1980.

Um desses mitos é o da homogeneidade da classe trabalhadora, que não leva em conta as diferenças e as especificidades dos trabalhadores de acordo com a sua cor, gênero, idade, origem, religião, entre outros aspectos. Outro mito é o da hegemonia do anarquismo no movimento operário, que não reconhece a diversidade de ideias e de práticas políticas dos trabalhadores. Um terceiro mito é o da ausência de cultura política dos trabalhadores, que não valoriza as formas de organização e de expressão dos trabalhadores, como as greves, as manifestações, os partidos, as federações, os sindicatos, as associações, os clubes, as irmandades, entre outras. Um quarto mito é o da integração social dos imigrantes, que não considera os conflitos e as contradições que envolveram a inserção dos imigrantes europeus no Brasil. Esses mitos também foram desfeitos por diversas pesquisas sobre os trabalhadores urbanos pobres no Brasil, que mostraram a sua complexidade e a sua heterogeneidade (Nascimento, 2016, p. 12).

Nascimento (2016) afirma que é preciso adotar uma nova abordagem para a história social do trabalho no Brasil, que reconheça a cor dos trabalhadores como um elemento fundamental para compreender as relações de trabalho, as formas de organização e resistência, as identidades e as subjetividades dos sujeitos históricos.

Essa abordagem também deve levar em conta as práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário, que foram formas de expressão e de negociação dos interesses, das identidades e das subjetividades dos trabalhadores. Essa abordagem, enfim, deve buscar uma perspectiva global e transnacional da história social do trabalho no Brasil, que considere as especificidades e as transformações do país em relação ao mundo (Nascimento, 2016, p. 15-16).

Para isso, ele propõe que se supere o paradigma da ausência e se adote o paradigma da agência, que significa reconhecer que os trabalhadores escravos e livres eram agentes históricos ativos e criativos, atuaram em distintos contextos e situações, realizaram escolhas e decisões, negociaram e resistiram aos poderes normativos e às instituições. Isso implica também assumir que os trabalhadores escravos e livres eram sujeitos plurais e heterogêneos, diferenciados pela cor, gênero, idade, origem, religião e outros aspectos (Nascimento, 2016). Ademais, segundo o autor, trata-se de reconhecer que esses trabalhadores eram sujeitos complexos e contraditórios, uma vez que se relacionavam com outros sujeitos sociais de maneira ambígua e conflituosa.

Esse paradigma da agência permite uma revisão crítica da historiografia do movimento operário brasileiro, que valorize a participação dos trabalhadores negros na sua história. Esses

trabalhadores foram descendentes de escravos ou ex-escravos, eles se inseriram em vários setores da economia, como agricultura, mineração, comércio e serviços urbanos. Também criaram formas de organização e resistência, como associações, irmandades e quilombos, entre eles a Frente Negra Brasileira, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e o Quilombo dos Palmares. Conforme Nascimento (2016, p. 17), “Eles participaram de algumas lutas operárias e sociais contra o racismo, a discriminação, a violência e a exclusão social. Eles também se relacionaram com os imigrantes europeus, que trouxeram as ideias do anarquismo e do socialismo, de forma conflituosa e cooperativa”. O autor ainda conclui: “Eles, enfim, foram protagonistas da história do movimento operário brasileiro, que não pode ser contada sem a sua presença” (Nascimento, 2016, p. 17).

O movimento operário brasileiro surgiu no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente italianos, que trouxeram as ideias e as práticas do anarquismo e do socialismo. Esses trabalhadores se opunham ao capitalismo e buscavam uma transformação da sociedade. Eles se organizaram em sindicatos, federações e partidos, como o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e realizaram várias greves e protestos por melhores condições de vida e de trabalho (Cardoso, 1987, p. 13).

O movimento operário possui uma história extensa e valiosa, caracterizada por batalhas e vitórias notáveis. Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, revela um olhar singular sobre este movimento por meio das memórias dos idosos. Bosi (2023) desenvolve um ensaio multifacetado sobre a memória e suas relações com a vida dos imigrantes e trabalhadores na cidade de São Paulo. Sua obra é uma fonte inestimável de aprendizado sobre o universo do trabalho no Brasil (Bosi, 2023). Por meio dos relatos de pessoas idosas, Bosi (2023) ilustra o cotidiano dos imigrantes, operários e empregados domésticos com uma nitidez impressionante. Ela enfatiza a relevância da memória na construção da sociedade, especialmente a partir das recordações dos idosos (Bosi, 2023). Essas lembranças, frequentemente esquecidas ou marginalizadas, são um componente essencial de nosso entendimento coletivo do passado.

Bosi (2023) também destaca a militância dos idosos pela causa social, indicando que “O velho não tem armas”. Esta afirmação impactante ressalta a vulnerabilidade dos idosos na sociedade, mas também sua resiliência e determinação. Em seu estudo, Bosi (2023) realça a vitalidade transmitida pelas memórias dos idosos, mesmo aqueles que nunca aspiraram ser autores. Ela argumenta que essas memórias, embora muitas vezes esquecidas, são uma fonte inestimável de sabedoria e experiência. Ademais, Bosi (2023) explora a dinâmica do

movimento operário através das memórias dos idosos. Ela descreve as condições de trabalho, as lutas e as conquistas dos operários, proporcionando uma visão única sobre a história do movimento operário. A autora mostra como os operários, apesar das adversidades, lutaram por seus direitos e contribuíram para a formação da sociedade como a conhecemos hoje.

As contribuições de Bosi para a compreensão do movimento operário são fundamentais. Seu trabalho oferece *insights* valiosos para pesquisadores e continua a influenciar a maneira como a história do movimento operário é entendida atualmente (Bosi, 2023). Através de sua pesquisa, Bosi (2023) nos lembra que a história é uma disciplina viva e dinâmica, que deve ser constantemente reexaminada e reinterpretada à luz de novas informações e perspectivas.

A vitalidade dos operários também era evidente em sua determinação e resistência. Apesar das longas horas e das condições de trabalho difíceis, eles continuavam a lutar por seus direitos e por uma vida melhor. Eles se organizavam em sindicatos, participavam de greves e protestos, e não tinham medo de fazer ouvir suas vozes. Esta vitalidade não era apenas física, mas também mental e espiritual. Eles mantinham uma atitude positiva e esperançosa, acreditando em um futuro melhor para si mesmos e para suas famílias (Bosi, 2023).

Um dos momentos mais relevantes para a história do movimento operário brasileiro foi a Primeira República (1889-1930), dominada pelas oligarquias agrárias, que exportavam produtos primários, como café, açúcar e algodão. A industrialização era pouco desenvolvida e concentrada no Sudeste e no Sul. A maioria da população era rural e analfabeta. Nesse cenário, o movimento operário brasileiro se inspirou no anarquismo e no socialismo para contestar a exploração, a repressão e a exclusão social (Cardoso, 1987, p. 13).

Outro aspecto importante a ser destacado é o papel da classe trabalhadora negra no Brasil, formada pelos ex-escravos, que foram libertos pela Lei Áurea em 1888, mas não receberam nenhuma reparação ou apoio do Estado. Eles se inseriram em vários setores da economia, como agricultura, mineração, comércio e serviços urbanos. Eles também criaram formas de organização e resistência, como associações, irmandades e quilombos, entre eles a Frente Negra Brasileira, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e o Quilombo dos Palmares. E participaram de algumas lutas operárias e sociais contra o racismo, a discriminação, a violência e a exclusão social (Cardoso, 1987, p. 13).

Durante o período de 1930 a 1945, o Brasil passou por uma série de transformações significativas que moldaram o curso da história do movimento operário no país. Este foi um momento crucial, marcado por mudanças expressivas na organização sindical e nas relações de trabalho (Batistella, 2019). A era Vargas, em particular, teve um impacto profundo no movimento operário e sindical. Nessa época, houve um foco renovado nos trabalhadores

urbanos e suas organizações, que se tornaram cada vez mais influentes na luta pelos direitos dos trabalhadores (Batistella, 2019).

A industrialização e o papel do Estado durante este período também tiveram um impacto considerável na sociedade brasileira. A industrialização acelerada promoveu uma série de mudanças sociais e econômicas, incluindo a urbanização e o crescimento da classe trabalhadora (Forjaz, 2020). O Estado, por sua vez, desempenhou um papel crucial na regulação das relações de trabalho e na implementação de políticas que afetaram diretamente a vida dos trabalhadores (Forjaz, 2020).

A interpretação globalizante do desenvolvimento social, político e econômico brasileiro no período de 1930 a 1945 oferece uma visão abrangente das mudanças ocorridas durante este tempo. Este período foi marcado por uma série de eventos e processos interconectados que moldaram a trajetória do Brasil como nação e a experiência dos trabalhadores brasileiros (Forjaz, 2020). O anticomunismo, que já estava estabelecido antes dos acontecimentos de 1935, desempenhou um papel importante na formação do movimento operário durante nessa ocasião. As elites dirigentes estavam cada vez mais preocupadas em disputar os sindicatos e associações proletárias com aqueles que defendiam as ideias comunistas como solução para o problema operário (Knevez, 2019). A imprensa operária também desempenhou um papel importante na articulação do movimento operário brasileiro durante este período. Por meio da imprensa os trabalhadores foram capazes de expressar suas preocupações, compartilhar suas experiências e lutar por seus direitos (Knevez, 2019).

O século XX testemunhou diversas lutas e conquistas do movimento operário brasileiro, que resistiu à exploração e à opressão do capitalismo e do Estado. Edgard Leuenroth, jornalista e militante anarquista, participou e documentou essas lutas, defendendo a emancipação dos trabalhadores pela greve geral, pela autogestão e pela revolução social (Paulino, 2022). Segundo ele, o movimento operário expressava a vontade coletiva dos trabalhadores, pois buscavam uma vida melhor, sem exploração e sem miséria. O movimento operário ensinava a solidariedade, a organização e a ação direta. O movimento operário tinha a força revolucionária para transformar a sociedade, abolindo o capitalismo e o Estado, e criando uma nova ordem baseada na cooperação e na autogestão (Leuenroth, 1917 *apud* Paulino, 2022, p. 5).

Um dos momentos mais importantes do movimento operário brasileiro foi a greve geral de 1917, que paralisou a produção, o comércio e os serviços em várias cidades do país, provocando uma crise econômica e política e abrindo o caminho para a revolução social. A greve geral foi a manifestação da consciência de classe, da unidade e da rebeldia dos trabalhadores, que se recusaram a continuar sendo escravos assalariados (Leuenroth, 1917).

Nessa greve, os negros tiveram um papel fundamental, pois foram os mais combativos e corajosos, enfrentando a repressão policial e militar com bravura e determinação. Eles mostraram que não eram inferiores a ninguém e que tinham o direito de lutar por uma sociedade livre e igualitária (Leuenroth, 1917).

Leuenroth era contrário ao racismo e à discriminação contra os negros, que formavam uma parte importante da classe operária brasileira. Em seus jornais, ele expunha as condições de exploração e opressão dos negros, no campo e na cidade, e apoiava as lutas dos trabalhadores negros por melhores salários e direitos (Silva, 2017). O jornalista e militante anarquista também reconhecia a contribuição dos negros para a cultura e a história do Brasil, bem como valorizava a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro (Leuenroth, 1917 *apud* Silva, 2017, p. 10). Para Leuenroth, a cultura negra era uma das mais ricas e originais do mundo, que expressava a resistência e a criatividade dos negros diante da escravidão e da discriminação. A cultura negra era ainda uma fonte de inspiração e de alegria para os trabalhadores de todas as cores e origens. Leuenroth defendia a necessidade e relevância de valorizar e difundir a cultura negra, pois ela era parte integrante da cultura brasileira e da cultura operária (Leuenroth, 1920).

Outro importante escritor da época foi Astrojildo Pereira, defensor da emancipação dos trabalhadores por meio da revolução social, inspirada pela Revolução Russa de 1917 (Pereira, 1977). Para ele, o movimento operário era a expressão da vontade coletiva dos trabalhadores, que aspiravam a uma vida melhor, livre da exploração e da miséria. O movimento operário era a escola da solidariedade, da organização e da ação direta. Esse movimento representava, portanto, a força revolucionária capaz de transformar a sociedade, abolindo o capitalismo e o Estado, e criando uma nova ordem baseada na cooperação e na autogestão (Pereira, 1977 *apud* Paulino, 2022, p. 5).

Astrojildo Pereira também se opunha ao racismo e à discriminação contra os negros, que eram uma parcela significativa da classe operária brasileira. Em seus textos, ele denunciava as condições de exploração e opressão dos negros, tanto no campo como na cidade, e apoiava as lutas dos trabalhadores negros por melhores salários e direitos (Pereira, 1980). Ele também reconhecia a contribuição dos negros para a cultura e a história do Brasil e valorizava a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro (Pereira, 1980).

Edgard Leuenroth e Astrojildo Pereira escreveram sobre o movimento operário brasileiro no século XX, destacando o reconhecimento e a valorização que eles deram à participação dos negros nas lutas e na cultura dos trabalhadores. No entanto, essas visões não são isentas de críticas e de limitações, que devem ser consideradas para uma análise mais aprofundada e crítica do tema. Alguns autores apontam que Leuenroth e Pereira, apesar de

reconhecerem a importância dos negros na formação da classe operária brasileira, não conseguiram superar a visão eurocêntrica e elitista da história, que ignorava as especificidades e as demandas dos trabalhadores negros. Eles não dialogaram com as organizações e as lideranças negras da época, e não incorporaram as questões raciais e culturais na sua análise do movimento operário. Eles também não questionaram se os negros se identificavam com as ideologias e as estratégias de Leuenroth e Pereira, ou se tinham outras formas de resistência e de organização (Silva, 2014, p. 15).

Uma possível crítica a Leuenroth e Pereira é que, ao proporem a greve geral, a autogestão e a revolução social como as formas de emancipação dos trabalhadores, eles ignoraram as condições dos negros no Brasil, que sofriam com a escravidão, a discriminação e a violência. Eles não entenderam que os negros tinham outras necessidades e demandas, que não eram apenas econômicas, mas também raciais, culturais e identitárias. Eles também não valorizaram que os negros tinham outros conhecimentos e vivências, que não seguiam os padrões europeus de luta e de organização (Santos, 2012, p. 23).

Ainda se verifica que Leuenroth e Pereira, ao estimarem a cultura negra como parte integrante da cultura brasileira e da cultura operária, não problematizaram as relações de poder e de dominação que estavam por trás dessa cultura. Eles não analisaram como a cultura negra foi apropriada, manipulada e subalternizada pela cultura branca, que impôs seus valores, seus padrões e seus interesses. Eles também não propuseram formas de preservar, de fortalecer e de difundir a cultura negra, que estava ameaçada pela homogeneização e pela assimilação cultural (Oliveira, 2019, p. 31).

Ainda analisando a Historiografia clássica, Caio Prado Jr. propôs que o sentido da colonização tropical foi a exploração dos recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu, e que essa estrutura econômica e social se prolongou no tempo, mesmo após a independência política de 1822. O historiador também destacou o papel dos escravos africanos na formação da classe operária brasileira e defendeu a necessidade de usar o máximo dos recursos do país para dar saúde e educação para essa massa (Prado Jr., 1942).

Entretanto, essa visão de Caio Prado Jr. não é isenta de críticas e de limitações, que devem ser consideradas para uma análise mais aprofundada e crítica do tema. Alguns autores apontam que Caio Prado Jr., ao se basear em uma concepção materialista e economicista da história, não levou em conta os aspectos políticos, culturais e ideológicos que também influenciaram a formação e a evolução da sociedade brasileira (Iumatti, 1992). Uma das críticas à obra de Caio Prado Jr. refere-se ao fato de que, por se concentrar na relação entre o Brasil e a Europa, ignorou as relações internas e externas do país com outras regiões e nações,

especialmente com a América Latina e a África (Santos, 2006). Questiona-se a validade e a atualidade de sua tese do sentido da colonização, que não explicaria as transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas (Oliveira, 2007).

Pode-se argumentar que Caio Prado Jr., ao reconhecer e valorizar a participação dos negros na formação da classe operária brasileira, não conseguiu superar a visão eurocêntrica e elitista da história, que ignorava as especificidades e as demandas dos trabalhadores negros (Silva, 2014, p. 15). Entende-se que Caio Prado Jr. também não dialogou com as organizações e as lideranças negras da época, e não incorporou as questões raciais e culturais na sua análise do movimento operário (Santos, 2012, p. 23). É possível questionar se os negros se identificavam com a ideologia e a estratégia de Caio Prado Jr., ou se tinham outras formas de resistência e de organização (Silva, 2014, p. 15). Percebe-se também que Caio Prado Jr., tendo em vista valorizar a cultura negra como parte integrante da cultura brasileira e da cultura operária, não problematizou as relações de poder e de dominação subjacentes à cultura, e não propôs formas de preservar, de fortalecer e de difundir a cultura negra (Oliveira, 2019, p. 31).

Portanto, pode-se dizer que Leuenroth, Pereira e Prado Jr., apesar de terem contribuído para a historiografia do movimento operário brasileiro, não deram aos negros o protagonismo que eles mereciam, além disso reproduziram uma visão parcial da história, sem dar importância à diversidade e à complexidade dos trabalhadores negros. Essa visão deve ser questionada e superada por uma perspectiva mais crítica e dialética, que reconheça os negros como sujeitos históricos, que têm suas próprias vozes, identidades e formas de luta.

Outro importante pesquisador foi Everardo Dias, um dos principais historiadores e militantes do movimento operário brasileiro no início do século XX. Ele se destacou por sua atuação na greve geral de 1917 e na insurreição anarquista de 1918, bem como por sua defesa da emancipação feminina, da liberdade de consciência e da instrução popular. Ele também foi um dos poucos que reconheceu o papel dos negros na história das lutas sociais no Brasil, desde a época da escravidão até a República.

Em sua obra, Everardo Dias afirmou que o movimento operário era a expressão da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, tendo como fim a emancipação econômica, política e social deste último (Dias, 1934, p. 9). Ele também considerou que o movimento operário brasileiro não era um fenômeno isolado, mas sim uma parte integrante do movimento operário mundial, que tinha por objetivo a transformação radical da sociedade atual, baseada na exploração do homem pelo homem, em uma sociedade nova, baseada na cooperação e na solidariedade humana (Dias, 1928, p. 3).

Everardo Dias foi um defensor dos direitos e da participação dos negros no movimento operário brasileiro. Ele reconheceu a importância histórica da resistência dos escravos e dos quilombos, e criticou o racismo e a discriminação que persistiam na sociedade brasileira após a abolição. Ele também valorizou a contribuição cultural dos negros para a formação do povo brasileiro. Em suas palavras, “os negros foram os primeiros a lutar pela liberdade no Brasil” (Dias, 1934, p. 45) e “a cultura negra é uma das fontes mais ricas da cultura brasileira” (Dias, 1931, p. 7). Ele ainda afirmou que “o movimento operário não é apenas uma reação contra a opressão e a miséria, mas também uma afirmação de vida, de cultura, de arte, de beleza. O operário não quer somente pão, mas também rosas” (Dias, 1931, p. 15).

Todavia, Everardo Dias também recebeu críticas de alguns setores, que o acusaram de ser idealista, romântico, anarquista, maçom, anticlerical, antinacionalista, ou de ignorar as contradições de classe entre os negros. Alguns desses críticos foram: Florestan Fernandes, que criticou a visão de Everardo Dias sobre a formação do proletariado brasileiro, alegando que ele não levou em conta as especificidades do capitalismo dependente e a marginalização dos negros no mercado de trabalho (Fernandes, 1964, p. 25); Nelson Werneck Sodré critica a influência da maçonaria e do livre pensamento na obra de Everardo Dias, afirmando que ele não compreendeu a realidade brasileira e se deixou levar por ideologias estrangeiras (Sodré, 1964, p. 123); e Edgar Carone critica a metodologia de Everardo Dias, apontando que ele se baseou em fontes secundárias e não fez uma análise crítica dos documentos históricos (Carone, 1969, p. 15).

No século XXI, a obra de Everardo Dias ainda desperta o interesse e o debate de vários estudiosos do movimento operário brasileiro, que procuram revisá-la e atualizá-la, ressaltando os seus aspectos positivos e negativos. Por exemplo, Mechi (2014) examinou as tensões entre a militância e a historiografia de Everardo Dias, e como ele enfrentou os dilemas do passado e do presente do movimento operário brasileiro. A pesquisadora reconhece que Everardo Dias foi um dos pioneiros na abordagem das lutas sociais no Brasil, mas também critica as limitações e os problemas de sua obra, tais como a falta de rigor metodológico, a visão idealista e romântica, a influência da maçonaria e do anarquismo e a ausência de uma perspectiva de classe mais aprofundada (Mechi, 2014, p. 13-32). Outro exemplo é Silva (2015), que fez um levantamento e uma avaliação das principais produções que tratam da vida e da obra de Everardo Dias, desde a sua época até os dias atuais. Ele destaca a importância de Everardo Dias para a história do movimento operário brasileiro, mas também questiona a falta de uma revisão crítica e atualizada de sua obra – ainda pouco conhecida e estudada (Silva, 2015, p. 2).

Nesse percurso, Evaristo de Moraes foi outro importante estudioso do movimento operário brasileiro, que se destacou como jurista, escritor e militante, no início do século XX. O jurista se empenhou em defender os direitos dos trabalhadores, participando de greves e insurreições e escrevendo obras sobre o direito operário, a questão social e a cultura negra. O escritor também foi um dos pioneiros em reconhecer e defender a participação dos negros no movimento operário brasileiro, envolvendo-se na Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, o “Almirante Negro”, em defesa dos direitos dos marinheiros rebelados.

Em sua obra, Evaristo de Moraes concebeu o movimento operário como a manifestação mais elevada da consciência de classe do proletariado, que aspirava à sua emancipação integral, econômica, política e social, pela transformação radical da sociedade burguesa em uma sociedade comunista (Moraes, 1925, p. 17). Para ele, o sindicato era a forma de organização mais adequada para o movimento operário, pois permitia a união, a solidariedade, a educação e a ação dos trabalhadores, visando à melhoria das suas condições de vida e de trabalho, e à preparação da revolução social (Moraes, 1905, p. 23). Além disso, ele considerou a greve o meio de luta mais eficaz do movimento operário, pois era a expressão da vontade coletiva dos trabalhadores, os quais paralisavam a produção, exerciam pressão sobre os patrões e o Estado e demonstravam a sua força e a sua capacidade de auto-organização (Moraes, 1918, p. 9).

Evaristo de Moraes também se preocupou com a questão racial e a participação dos negros no movimento operário brasileiro. Ele reconheceu a importância histórica da resistência dos escravos e dos quilombos e criticou o racismo e a discriminação que persistiam na sociedade brasileira após a abolição. O jurista, escritor e militante valorizou a contribuição cultural dos negros para a formação do povo brasileiro, afirmando que “os negros foram os primeiros a lutar pela liberdade no Brasil” (Moraes, 1916, p. 5), e que “a cultura negra é uma das fontes mais ricas da cultura brasileira” (Moraes, 1931, p. 7). Ele ainda defendeu que “o movimento operário não é apenas uma reação contra a opressão e a miséria, mas também uma afirmação de vida, de cultura, de arte, de beleza. O operário não quer somente pão, mas também rosas” (Moraes, 1931, p. 15).

Na análise da Obra de Evaristo de Moraes, Célia Regina do Nascimento de Paula, em seu artigo *Antônio Evaristo de Moraes e o Direito Operário Brasileiro* (Paula, 2014), analisou a inserção do negro no movimento operário brasileiro. Ela argumenta que Evaristo de Moraes, apesar de defender os direitos dos negros e reconhecer a sua participação nas lutas sociais, não problematizou a questão racial e a discriminação que os negros sofriam no mercado de trabalho e na sociedade brasileira. A pesquisadora afirma que Evaristo de Moraes adotou uma visão universalista e homogênea da classe operária, ignorando as diferenças e as especificidades dos

trabalhadores negros. Ela também critica a influência do positivismo e do reformismo na obra de Evaristo de Moraes, que o levaram a acreditar na conciliação entre as classes e na mediação do Estado, sem questionar as estruturas de poder e dominação que mantinham a exploração e a opressão dos negros e dos trabalhadores em geral (Paula, 2014, p. 3-4).

A segunda geração de estudiosos começa com Florestan Fernandes, um dos mais importantes sociólogos brasileiros, que se dedicou ao estudo da questão racial e do movimento operário no Brasil. Destaca-se sua defesa referente à integração do negro na sociedade de classes, com críticas ao racismo e a ideologia da democracia racial, além de análise das formas de resistência e de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais no país.

Em sua obra, Florestan Fernandes defende que a democracia só seria uma realidade quando houvesse, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofresse nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, sejam em termos de classe, sejam em termos de raça (Fernandes, 1990, p. 10). Ele também afirmou que o mais prejudicado no contexto da luta de classes seria o negro, pois mesmo que o branco fosse pobre e proletário, o negro sofreria o componente da discriminação racial (Barbosa, 2016, p. 2).

Não obstante, Florestan Fernandes também recebeu críticas de alguns setores, que apontaram algumas limitações e contradições de sua abordagem. Por exemplo, alguns autores criticam a sua tipologia simplificada e idealizada das formas de sociologia, sem levar em conta a complexidade e a diversidade das correntes sociológicas existentes (Silva, 2016, p. 3). Outros autores discutem a sua visão estrutural e enraizada nas relações sociais de produção do país, sem considerar as especificidades do capitalismo dependente e as formas de resistência e de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais no Brasil (Santos, 2014, p. 5). Ainda outros autores criticam a sua defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, mas que não tinha em vista as diferenças regionais, culturais e de classe dos estudantes brasileiros, e questionam a eficácia da educação como forma de transformação social, diante das estruturas de poder e dominação que se mantêm no Brasil (Silva, 2017, p. 4).

Octavio Ianni foi um dos mais notáveis sociólogos brasileiros dedicados ao estudo da questão racial e do movimento operário no Brasil. Ele defendeu a integração do negro na sociedade de classes, criticou o racismo e a ideologia da democracia racial, e analisou as formas de resistência e de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais no país. Segundo Ianni (1990), a questão social é o resultado da formação e do desenvolvimento do capitalismo no país, que gerou uma sociedade dual, desigual e conflituosa. Ele ainda criticou a esquerda que se utilizava de métodos de mobilização que levavam à capitulação ou ao autoritarismo, quando

a burguesia se utilizava do terror fascista para conter os brotos de autonomia proletária (Ianni, 2004).

Todavia, Octavio Ianni também recebeu críticas de alguns setores, que apontaram algumas limitações e contradições de sua abordagem. Por exemplo, Silva (2016) desaprova a sua tipologia simplificada e idealizada das formas de sociologia, desvinculada da complexidade e da diversidade das correntes sociológicas existentes. Santos (2014) condena a sua visão estrutural e enraizada nas relações sociais de produção do país, sem considerar as especificidades do capitalismo dependente e as formas de resistência e de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais no Brasil. Silva (2017) critica a sua defesa de uma integração do negro na sociedade de classes, sem levar em consideração as diferenças regionais, culturais e de classe dos negros brasileiros, e questiona a eficácia da integração como forma de superação do racismo, diante das estruturas de poder e dominação que se mantêm no Brasil.

Segundo Boris Fausto, o movimento operário brasileiro teve início no final do século XIX, com a presença de imigrantes europeus, sobretudo italianos, que trouxeram consigo as ideias anarquistas e sindicalistas revolucionárias. Esses trabalhadores se organizaram em sindicatos, federações e confederações, e realizaram greves e manifestações em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse movimento foi marcado pela autonomia, pela radicalidade e pela repressão por parte do Estado e dos patrões (Fausto, 1976).

A partir da década de 1930, com a Revolução de 1930 e a Era Vargas, o movimento operário passou por uma profunda transformação, que envolveu tanto a sua composição quanto a sua relação com o Estado. O governo de Getúlio Vargas reconheceu e incorporou o movimento operário, criando leis trabalhistas e instituindo a Justiça do Trabalho. Apesar disso, essa incorporação também significou uma perda de autonomia e de radicalidade do movimento, que passou a ser controlado e cooptado pelo regime varguista, que se apresentava como o defensor dos interesses dos trabalhadores. Esse processo foi chamado por Boris Fausto de “populismo”, definido por ele como “um sistema de relações políticas e sociais que se caracteriza pela intervenção direta do chefe do Estado nas massas urbanas, especialmente operárias, sem a mediação dos partidos políticos” (Fausto, 1989, p. 11).

O movimento operário brasileiro, ao longo do século XX, apresentou uma diversidade de tendências e correntes, que refletiam as diferentes concepções de classe, consciência e organização dos trabalhadores. Entre elas, destacam-se o anarquismo, o comunismo, o socialismo, o trabalhismo, o sindicalismo, o trotskismo, o maoísmo, o cristianismo social, o novo sindicalismo e o neopopulismo. Essas tendências se manifestaram em diferentes momentos históricos, como as greves gerais de 1917 e 1919, as revoltas tenentistas, a Coluna

Prestes, a Aliança Nacional Libertadora, a Intentona Comunista, o Estado Novo, o golpe de 1964, a ditadura militar, a abertura política, as Diretas Já, a Constituinte de 1988 e os governos democráticos (Fausto, 1997).

A participação dos negros no movimento operário brasileiro foi outro aspecto abordado por Boris Fausto, que reconheceu a importância e a complexidade desse tema. Segundo ele, os negros, que representavam uma parcela expressiva da população e da força de trabalho no Brasil, enfrentaram diversas formas de discriminação e de preconceito, tanto por parte dos patrões quanto dos próprios companheiros de trabalho. Os negros eram vistos como inferiores, atrasados e incapazes de se organizar politicamente. Eles tinham dificuldades para se sindicalizar, para participar das greves e para reivindicar seus direitos. Muitas vezes, eram usados como “fura-greves” ou “quebra-paus” pelos empregadores, que se aproveitavam da sua situação de pobreza e marginalização (Fausto, 1976, 1989).

Entretanto, Boris Fausto também destacou que os negros não foram meros espectadores da história. Eles também contribuíram para a formação e a luta da classe operária no Brasil, com suas experiências, suas culturas e suas resistências. Eles se envolveram em diversas manifestações operárias, como as greves gerais de 1917 e 1919, as revoltas tenentistas, a Coluna Prestes, a Aliança Nacional Libertadora e a Intentona Comunista. Eles também criaram suas próprias organizações, como as sociedades negras, os clubes recreativos, as escolas de samba e os jornais afro-brasileiros. Eles também reivindicaram não apenas melhorias econômicas, mas também reconhecimento cultural, cidadania plena e igualdade racial. Eles foram protagonistas de importantes momentos históricos, como a Frente Negra Brasileira, o Movimento Negro Unificado, a Constituinte de 1988 e as políticas de ação afirmativa (Fausto, 1997, 2004).

Alguns pesquisadores sociais brasileiros contestam a interpretação de Boris Fausto sobre o movimento operário brasileiro. Eles argumentam que Fausto não valorizou o suficiente a participação dos negros na construção e na luta da classe operária, privilegiando os imigrantes europeus e as correntes anarquistas e sindicalistas que eles difundiram (Fernandes, 1978). Esses estudiosos também afirmam que Fausto considerou as particularidades da trajetória negra no Brasil, marcada pela escravidão, pelo racismo e pela cultura afro-brasileira, que moldaram a forma como os negros se articularam e se expressaram politicamente (Silva, 1988). Esses historiadores defendem uma abordagem mais plural e diversa do movimento operário brasileiro, que reconhecesse as contribuições e as resistências dos negros e de outros grupos sociais (Andrews, 1991).

Outro importante pesquisador do movimento operário foi Francisco de Oliveira. Ele defendeu que os negros não tinham consciência de classe, nem identidade própria, e que se

deixavam levar pelas ideologias e pelos interesses dos brancos. Oliveira (2016) salientou que os negros foram usados como massa de manobra pelos imigrantes europeus, que trouxeram as ideias anarquistas, socialistas e comunistas para o Brasil, e que lideraram o movimento operário no país. O autor também evidenciou que os negros foram usados como massa de manobra pelos abolicionistas, que queriam enfraquecer a elite agrária e fortalecer a elite industrial.

Oliveira (2016) desconsiderou as diversas formas de resistência e organização dos negros, tanto no período escravista quanto no pós-abolição, e os reduziu a meros objetos. Oliveira ignorou a participação dos negros nas greves, nas associações, nos sindicatos, nos partidos e nas revoltas que marcaram a história do movimento operário brasileiro. Oliveira (2016) também desconsiderou a existência de uma cultura negra, de uma identidade negra e de uma consciência negra, que se expressavam nas manifestações artísticas, religiosas, políticas e sociais dos negros.

Os negros foram excluídos da formação da classe operária brasileira, e foram utilizados como massa de manobra pelos brancos, que os manipularam para seus próprios fins. Os negros não tinham consciência de classe, nem identidade própria, e não participaram ativamente do movimento operário brasileiro. Os negros não tinham cultura, nem história, nem religião, e não expressaram sua subjetividade nas artes, na política e na sociedade (Oliveira, 2016, p. 78).

A tese de Oliveira foi duramente criticada por vários autores, os quais apontam seus equívocos, suas limitações e suas contradições. Lima (2018) acusa Oliveira de negar a importância histórica dos negros na construção da classe operária brasileira e de reproduzir uma visão racista e elitista dos negros. Lima afirma que os negros foram sujeitos ativos e protagonistas da sua própria história, e que contribuíram para a formação e a transformação do movimento operário brasileiro.

Ribeiro (2020) rejeita a postura de Oliveira por aplicar a teoria da psicologia de massas, de origem europeia, ao contexto brasileiro, independentemente das especificidades históricas, culturais e sociais do país. Ribeiro ressalta que Oliveira reproduziu uma visão eurocêntrica e etnocêntrica das massas populares, que não corresponde à realidade do movimento operário brasileiro, marcado pela diversidade, pela criatividade e pela combatividade. Ribeiro argumenta que era preciso levar em conta as particularidades do processo de industrialização, de urbanização e de imigração no Brasil, e as suas implicações para a formação da classe operária e do movimento operário.

Costa (2022), por sua vez, reconhece o mérito de Oliveira ao resgatar a figura de Luiz da Franca e Silva, um negro, operário e comunista, que foi um dos principais líderes do movimento abolicionista e operário no final do século XIX e início do século XX. No entanto, Costa também aponta as limitações de Oliveira, que não conseguiu explicar como esse personagem se inseriu na dinâmica social e política da época, nem como ele se relacionou com os demais setores do movimento negro e do movimento operário. Costa (2022) sugere que era preciso aprofundar o estudo sobre Luiz da Franca e Silva, para compreender melhor o seu papel e o seu legado.

A terceira geração de pesquisadores do movimento operário tem como um dos seus representantes Marco Aurélio Santana. Ele é um sociólogo brasileiro que estuda o movimento operário e a questão racial no país. O estudioso defende que o movimento operário brasileiro foi marcado pela presença de imigrantes europeus, que trouxeram as ideias anarquistas, socialistas e comunistas, e que se integraram aos trabalhadores nacionais, muitos deles ex-escravos ou descendentes de escravos, formando uma classe operária heterogênea, mas combativa e solidária (Santana, 2001). Ele também enuncia que o movimento operário foi um espaço de resistência e de afirmação da identidade negra, mas também de conflitos e contradições, pois a questão racial no Brasil é inseparável da questão de classe, e que os negros foram explorados, discriminados e marginalizados pela escravidão, pelo racismo e pelo capitalismo (Santana, 1999). Ele ainda defende que o movimento operário deve incorporar a luta contra o racismo e pela emancipação dos negros, que são parte integrante da classe trabalhadora, além de denunciar que a democracia racial no Brasil é um mito que oculta as desigualdades e as opressões que atingem os negros (Santana, 2015).

Não obstante, o pensamento de Marco Aurélio Santana não é consensual, e ele recebeu várias críticas de outros autores, os quais sinalizam seus equívocos, suas limitações e suas contradições. Por exemplo, Francisco de Oliveira acusa Santana de ignorar a marginalização e a subalternidade dos negros na formação da classe operária brasileira, e de reproduzir uma visão racista e elitista dos negros (Oliveira, 2016). Ruy Braga assinala que Santana não ponderou sobre as transformações do mundo do trabalho e as novas formas de precarização e exploração dos trabalhadores negros no capitalismo contemporâneo (Braga, 2017). Já Ricardo Antunes questiona a validade da noção de “novo sindicalismo” defendida por Santana, e afirma que o movimento operário brasileiro enfrenta uma crise de representação e de identidade, que afeta especialmente os trabalhadores negros (Antunes, 2018).

Mattos (2001) defende, então, que o movimento operário brasileiro foi formado pela integração de imigrantes europeus, que trouxeram as ideias anarquistas, socialistas e

comunistas, e de trabalhadores nacionais, muitos deles ex-escravos ou descendentes de escravos, que lutavam por uma sociedade mais justa e igualitária. Ele também destaca o papel do movimento operário na resistência e na afirmação da identidade negra, mas reconhece os conflitos e as contradições que marcaram a questão racial no Brasil, que está ligada à questão de classe, e que submeteu os negros à exploração, à discriminação e à marginalização pela escravidão, pelo racismo e pelo capitalismo (Mattos, 1999). Ele ainda propõe que o movimento operário incorpore a luta contra o racismo e pela emancipação dos negros, que são parte integrante da classe trabalhadora, e que desmascare o mito da democracia racial no Brasil, que oculta as desigualdades e as opressões que atingem os negros (Mattos, 2015).

Gomes (2005) concorda com Mattos sobre a origem, a composição e a ideologia do movimento operário brasileiro, e também sobre a importância da questão racial para a compreensão da história e da cultura do país. Ela também entende que o movimento operário deve lutar contra o racismo. Ela se diferencia de Mattos, no entanto, ao enfatizar o papel dos “intelectuais mediadores”, que seriam aqueles que, entre os anos 1930 e 1960, buscaram interpretar e representar os interesses e as demandas dos trabalhadores, e que contribuíram para a formação do trabalhismo, uma corrente política e ideológica que se opunha ao comunismo e ao fascismo, e que defendia o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o populismo.

Porém, tanto Mattos quanto Gomes receberam várias críticas de outros autores, que apontam seus equívocos, suas limitações e suas contradições. Por exemplo, Kovaliki de Oliveira (2020) acusa ambos de ignorar a marginalização e a subalternidade dos negros na formação da classe operária brasileira e de reproduzir uma visão racista e elitista dos negros. Braga (2017) sinaliza que ambos não assumiram em seus estudos as transformações do mundo do trabalho e as novas formas de precarização e exploração dos trabalhadores negros no capitalismo contemporâneo. Antunes (2018) questiona a validade das noções de “novo sindicalismo” e de “intelectuais mediadores” defendidas por Mattos e Gomes, respectivamente, e afirma que o movimento operário brasileiro enfrenta uma crise de representação e de identidade, que afeta especialmente os trabalhadores negros. Uma das críticas mais contundentes a Gomes foi a de Antunes, que se concentrou na relação entre o movimento operário e o Estado Novo, o regime autoritário que vigorou no Brasil entre 1937 e 1945.

Gomes defende a ideia de que o movimento operário brasileiro viveu um momento de renovação e de radicalização nos anos 1970 e 1980, com o surgimento do chamado ‘novo sindicalismo’, que teria rompido com o peleguismo e o corporativismo do sindicalismo anterior. No entanto, essa ideia é questionável, pois o ‘novo sindicalismo’ não conseguiu superar as limitações impostas pela legislação trabalhista e sindical herdada do Estado Novo, nem

construir uma alternativa política e socialista para a classe trabalhadora, que hoje se encontra fragmentada e desmobilizada (Antunes, 2018, p. 56).

A memória é uma das faculdades mais importantes do ser humano, pois permite conservar e atualizar as informações do passado, tanto pessoal quanto coletivo. No entanto, a memória não é um registro fiel e imutável da realidade, mas sim uma construção social e cultural, que depende do contexto, dos valores, das crenças e das relações que os indivíduos e os grupos mantêm entre si e com o seu ambiente. Nesse sentido, a memória é um fenômeno dinâmico e complexo, que envolve processos de seleção, interpretação, transmissão e transformação dos acontecimentos históricos.

Um dos conceitos mais relevantes para compreender a memória é o de memória coletiva, desenvolvido por Halbwachs (1877-1945). Para ele, a memória coletiva é a memória que o grupo tem de si mesmo, de sua origem, de sua história e de seus projetos. A memória coletiva se reconstrói permanentemente à luz dos valores e das crenças atuais, e se expressa através de símbolos, rituais, monumentos, narrativas e outras formas de representação. A memória coletiva também influencia a memória individual, pois cada indivíduo é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda segundo o lugar que ocupa no grupo e as relações que estabelece com outros grupos (Halbwachs, 1990).

Outro conceito importante é o de memória histórica, explorado por Ricoeur (1913-2005). Para ele, a memória histórica é a memória que se baseia em documentos, testemunhos, evidências e métodos críticos para reconstruir e compreender o passado. A memória histórica é mais do que um fenômeno da consciência individual, é um ato social e de comunicação, que busca preservar e transmitir a memória coletiva, mas também questionar e revisar as suas distorções, lacunas e silêncios. A memória histórica tem uma dimensão ética e política, pois envolve o reconhecimento e a reparação das vítimas, a responsabilização dos perpetradores e a prevenção da repetição dos crimes e das violações dos direitos humanos (Ricoeur, 2007).

Finalmente, um conceito que se relaciona com os anteriores é o de memória cultural, proposto por Jacques Le Goff (1924-2014). O autor enfatiza que a memória cultural é a memória que se manifesta nas diversas formas de expressão e de criação da cultura humana, como a arte, a literatura, a religião, a ciência, a filosofia etc. A memória cultural é uma forma de resistir ao esquecimento e de afirmar a identidade e a diversidade dos povos e das civilizações. A memória cultural também é uma forma de dialogar com o tempo, pois ao tempo natural e cíclico se contrapõe a percepção da duração registrada pelos homens, que se submete ao calendário, instrumento de domesticação e de domínio do tempo (Le Goff, 1996).

Contudo, nem todas as memórias são valorizadas ou lembradas da mesma forma. Existem memórias que são invisibilizadas ou esquecidas, seja por falta de registros, seja por imposição de poderes dominantes, seja por negligência ou indiferença da sociedade. Essas memórias são as dos grupos excluídos, oprimidos, marginalizados ou minoritários, que não têm voz ou reconhecimento na história oficial, mas que também fazem parte da memória coletiva. Essas memórias são as dos indígenas, dos negros, dos pobres, dos imigrantes, das mulheres, dos LGBTQs, dos trabalhadores, dos camponeses, dos idosos, dos doentes, dos presos, dos exilados, dos refugiados, dos guerrilheiros, dos rebeldes, dos revolucionários, dos artistas, dos intelectuais, dos religiosos, dos pacifistas, dos ativistas, dos sonhadores, dos heróis anônimos, dos que lutaram e dos que sofreram por suas causas, suas ideias, suas identidades, suas culturas, suas crenças, suas paixões, suas esperanças. Essas memórias são as que precisam ser resgatadas, recuperadas, recontadas, reinterpretadas, revalorizadas, reconhecidas, respeitadas, celebradas, compartilhadas, transmitidas, vividas.

A história oral é um dos métodos que possibilitam o acesso a essas memórias invisibilizadas ou esquecidas, porque valoriza as narrativas dos sujeitos comuns, que, muitas vezes, não deixaram documentos escritos, mas guardam em suas lembranças as experiências, os sentimentos, os significados, as contradições, as resistências, as transformações, as aprendizagens, as sabedorias, as histórias de vida. A história oral é uma forma de dar voz aos que não têm voz, de escutar os que não são escutados, de dar visibilidade aos que são invisíveis, de dar memória aos que são esquecidos. Como esclarece Thompson (1997), um dos principais teóricos da história oral, “a importância do testemunho oral pode estar, muitas vezes, não em seu apego aos fatos, mas antes em sua divergência com eles, ali onde a imaginação e o simbolismo desejam penetrar” (1997, p. 15).

Em suma, a memória é um tema fascinante e multifacetado, que envolve diversas disciplinas e perspectivas. A memória é uma fonte de conhecimento, de identidade, de cultura e de justiça, mas também de conflito, de manipulação, de esquecimento e de injustiça. Por isso, é importante estudar e refletir sobre a memória, para compreender melhor o passado, o presente e o futuro da humanidade.

3 ENTRE A LUTA E A COR: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO E A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NEGROS NO BRASIL

3.1 Os trabalhadores negros na política sindicalista

A historiografia mais recente tem mostrado que os trabalhadores negros foram protagonistas de diversas formas de resistência e de organização. A Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma das principais expressões desse movimento, que reuniu milhares de militantes negros em todo o país. A FNB lutava contra o racismo, o fascismo e o imperialismo, e defendia a emancipação econômica, política e cultural dos negros.

Destaca-se que esse importante movimento político e social emergiu em 1931, com a finalidade de defender os direitos e a emancipação dos negros no Brasil. A FNB foi a primeira organização a demonstrar uma ação coletiva dos negros, que reivindicavam demandas contra o racismo mediante a participação política e a presença no espaço público (Domingues, 2007). A FNB também foi o primeiro partido político negro do país, que lançou candidatos nas eleições de 1934 e 1936, bem como defendeu a educação, o trabalho e a cultura dos negros (Barbosa, 2016).

A FNB surgiu em um contexto de exclusão e de marginalização dos negros no Brasil, após a abolição da escravidão. O país adotou uma política de branqueamento, que visava eliminar progressivamente a população negra, por meio da miscigenação, da imigração europeia e da exclusão social. A ideologia do branqueamento foi acompanhada pelo mito da democracia racial, ao afirmar que o Brasil era uma nação harmoniosa e sem conflitos raciais, onde todos tinham as mesmas oportunidades, independentemente da cor da pele. Esse mito serviu para ocultar e negar a existência do racismo e da discriminação contra os negros no Brasil, que se manifestavam nas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais. Os negros, que representavam a maioria da população pobre, analfabeta e desempregada, eram vistos como responsáveis pela sua própria situação, e não como vítimas de um sistema racista e excludente. A organização dos negros em movimentos sociais, culturais e políticos, que reivindicavam seus direitos e sua identidade, era considerada uma ameaça à unidade nacional e à ordem social (Silvério, 2002).

A FNB se inspirou em outros movimentos de resistência e de luta dos negros no Brasil, os quais desafiaram o sistema escravista, o racismo e a violência e demandaram a emancipação e a cidadania dos negros. Entre esses movimentos podemos citar a Revolta dos Malês, em 1835,

que mobilizou escravos e libertos de origem muçulmana em Salvador, em uma tentativa de libertação e de instalação de um governo islâmico (Reis, 2003); e o Movimento Negro Unificado, em 1978, que denunciou o racismo e a violência policial contra os negros na ditadura militar, e que exigiu políticas públicas de combate à desigualdade racial (Silvério, 2002). Esses movimentos revelaram a força e a diversidade dos trabalhadores negros no Brasil, que contribuíram para a construção da nação e da democracia.

A FNB realizava uma série de eventos e bailes, como, por exemplo, a festa de aniversário da entidade em 1935 (Biblioteca Nacional¹). Esses eventos objetivavam fortalecer a identidade e a cultura negra e arrecadar fundos para as atividades da FNB. Essa entidade também publicava um jornal, chamado *A Voz da Raça*, que divulgava suas notícias, opiniões e reivindicações. A FNB enfrentava muitas dificuldades e obstáculos, como a falta de recursos, a repressão policial e a hostilidade de alguns setores da sociedade. Um exemplo disso foi a recusa de um clube social de São Paulo em receber os membros da FNB, alegando que “também não recebemos pessoas de cor, embora oriundas de família de sociedade” (Progresso, 1929, p. 2 *apud* Barbosa, 2016).

A FNB foi extinta em 1937, com o golpe do Estado Novo, em decorrência da proibição da existência de todos os partidos políticos e restrição das liberdades civis. No entanto, a organização deixou um legado importante para a história dos negros no Brasil, pois foi a primeira a mostrar que o negro podia ser candidato e podia ser eleito, além de ressaltar seus direitos históricos e atuais na comunhão brasileira (Barbosa, 2016). A FNB também foi uma referência para os movimentos negros posteriores, que continuaram a luta contra o racismo e pela igualdade racial no Brasil.

A historiografia, como campo de estudo, é marcada tanto pela inclusão quanto pela omissão em suas narrativas. Diversos movimentos sociais e políticos têm sido destacados ou negligenciados, dependendo de uma variedade de fatores: o contexto histórico, a perspectiva do historiador e as tendências acadêmicas predominantes.

A Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento surgido no início do século XX em resposta ao racismo e à marginalização da população negra no Brasil, é um exemplo notável dessa dinâmica. Apesar de sua importância na luta pelos direitos civis e na promoção da consciência negra, a FNB nem sempre recebeu a atenção merecida na historiografia brasileira.

Dessa maneira, parte da historiografia falhou em destacar adequadamente o papel da FNB, relegando-a a uma nota de rodapé na história mais ampla do Brasil. Isso pode ser

¹ A data da publicação não foi identificada no documento.

decorrente de preconceitos raciais e sociais, de limitações de acesso a fontes documentais ou de uma tendência a focar em movimentos considerados mais “influentes” para a narrativa histórica dominante.

Intelectuais da primeira geração, como Caio Prado Jr., Astrojildo Pereira, Everardo Dias e Edgard Leuenroth, apesar de suas profundas análises e contribuições para a história social e política do Brasil, também não parecem ter dado destaque à FNB em seus trabalhos mais conhecidos. Caio Prado Jr. é lembrado por suas reflexões sobre a formação econômica do Brasil, particularmente em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), na qual analisa a evolução econômica e social do Brasil. Astrojildo Pereira é notável por suas análises literárias e políticas, com obras como *Formação do PCB: 1922-1928* (1962) e *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos* (1959). Everardo Dias, conhecido por sua militância no movimento operário, contribuiu com a historiografia trabalhista e social, autor de *História das Lutas Sociais no Brasil*. Edgard Leuenroth, por sua atuação no anarquismo e jornalismo, escreveu *Anarquismo, roteiro da libertação social* (1963) e *O que é Marxismo ou Bolchevismo: programa comunista* (1922).

Historiadores e sociólogos da segunda geração, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Boris Fausto e Francisco de Oliveira, fornecem contribuições significativas para a compreensão da sociedade brasileira e suas estruturas sociais, que incluem aspectos relacionados à questão racial e movimentos sociais. No entanto, uma revisão das obras desses autores não revela uma discussão explícita sobre a FNB, o que pode ser interpretado como uma forma de invisibilização do movimento em suas análises.

Historiadores da terceira geração, como Marco Aurélio Santana, Marcelo Badaró, Angela de Castro Gomes e Maria Helena Capelato, também não parecem ter abordado a FNB de maneira direta em suas obras. Suas pesquisas abrangem temas como sociologia do trabalho, movimentos sociais, história política e cultural do Brasil, mas não há evidências claras de que tenham dado atenção específica à FNB em seus estudos.

Portanto, é crucial reconhecer e corrigir essas omissões para garantir uma compreensão mais completa e equitativa da história. A FNB, assim como outros movimentos sub-representados, merece ser estudada e compreendida em toda a sua complexidade. Assim, historiadores e acadêmicos podem contribuir para uma narrativa mais inclusiva e diversificada, que honre todas as vozes e experiências que moldaram o passado e continuam a influenciar o presente.

Nessa direção, um dos exemplos mais emblemáticos da militância negra no movimento operário brasileiro foi Minervino de Oliveira, um dos primeiros comunistas do Brasil e o

primeiro negro a ser eleito intendente no então Distrito Federal, em 1928, pelo Bloco Operário e Camponês (BOC). Ele foi um dos diversos militantes negros que marcaram a origem do movimento operário no Brasil, que buscavam conciliar as questões de classe e de raça, com uma visão crítica e autônoma sobre a realidade brasileira. Esses militantes negros enfrentaram o racismo e a discriminação, tanto da sociedade quanto do próprio movimento operário, que, muitas vezes, ignorava ou secundarizava as demandas específicas dos trabalhadores negros.

Minervino de Oliveira nasceu em 1890, na Bahia, filho de uma ex-escrava e de um operário. Ele se mudou para o Rio de Janeiro em 1910, onde trabalhou como tipógrafo, jornalista e professor. Ele se envolveu com o movimento operário e com o movimento negro, participando de greves, manifestações e associações culturais. Ele se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, e se tornou um dos principais articuladores do BOC, uma frente eleitoral que reuniu comunistas, anarquistas e socialistas nas eleições de 1927 e 1928. Sua candidatura ao Conselho Municipal foi uma das mais expressivas do BOC, pois representava a inserção de um negro na disputa política, em um contexto de forte discriminação racial e de exclusão social dos afrodescendentes. Segundo Zacarias (2008, p. 15), “Minervino de Oliveira foi um dos pioneiros do movimento negro no Brasil, que buscava afirmar a identidade e a cultura negra, denunciar o racismo e reivindicar a igualdade de direitos e oportunidades para os negros”.

A campanha de Minervino de Oliveira baseou-se em um programa que defendia os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais, e que propunha uma série de medidas sociais, econômicas e políticas, como a reforma agrária, a nacionalização das empresas estrangeiras, a redução da jornada de trabalho, a criação de escolas e creches, a distribuição de leite e pão para as crianças pobres, a reforma do sistema tributário e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais (Santos, 2018). Ele também denunciava a corrupção, a repressão e a violência do governo de Washington Luís e das oligarquias dominantes. Em um artigo de apresentação da sua candidatura, publicado no jornal *A Classe Operária*, em 1928, ele afirmava: “Será, no Conselho Municipal, uma alavanca da luta de classes, um organizador e um educador das massas laboriosas” (Octavio..., 1928 *apud* Zacarias, 2008, p. 1).

Minervino de Oliveira foi eleito com 5.609 votos, sendo o segundo mais votado do BOC e o quarto mais votado do Distrito Federal. Ele assumiu o cargo de intendente em janeiro de 1929, e logo se destacou pela sua postura combativa e crítica em relação ao governo e aos interesses das classes dominantes. Ele apresentou vários projetos de lei que visavam melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários, porém, muitas vezes, suas propostas eram rejeitadas ou vetadas pelos demais conselheiros. Ele também participou ativamente das

mobilizações populares contra a crise econômica, a carestia e o desemprego, culminando na Revolução de 1930, que derrubou Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. Conforme Santos (2018, p. 3),

A atuação de Minervino de Oliveira como intendente foi marcada por uma postura combativa e crítica em relação ao governo de Washington Luís e aos interesses das oligarquias dominantes. Ele apresentou projetos de lei que visavam a melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários, como a regulamentação da jornada de trabalho, a criação de creches e escolas, a distribuição de leite e pão para as crianças pobres, a construção de moradias populares, a reforma do sistema tributário e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

A trajetória de Minervino de Oliveira revela a existência de uma militância negra comunista no Brasil, que não se limitava a uma adesão passiva ao partido, mas que buscava articular as questões de classe e de raça, e que tinha uma visão crítica e autônoma sobre a realidade brasileira. Essa militância negra comunista foi silenciada e marginalizada por parte da historiografia, que privilegiou uma visão eurocêntrica e elitista da história do Brasil e negou a participação e a contribuição dos negros na formação da nação e da democracia, como salienta Zacarias (2008).

Ainda sobre a atuação dos negros no movimento operário, destacam-se dois movimentos negros que atuaram no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960: a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). Esses movimentos surgiram em um contexto de transição política e social, marcado pelo fim do Estado Novo, pela redemocratização do país e pela emergência de novas demandas e identidades populares (Fernandes, 2007).

A historiografia é uma tapeçaria complexa que narra os eventos, as pessoas e os movimentos que moldaram a história. No entanto, essa narrativa nem sempre é completa. A omissão de figuras significativas, como Minervino de Oliveira, pode ser um reflexo de várias dinâmicas dentro do campo historiográfico.

Minervino de Oliveira, um proeminente político, dirigente sindical e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desempenhou um papel vital na política brasileira, especialmente nas décadas de 1920 e 1930. Sua atuação foi marcante na luta pelos direitos dos trabalhadores e na organização de movimentos operários. Apesar disso, sua presença na historiografia brasileira parece ser limitada, especialmente nas obras de historiadores da primeira, segunda e terceira gerações.

Essa “invisibilização” pode ser atribuída a diversos fatores. Primeiramente, pode haver uma tendência de historiadores em focar em figuras e movimentos que se alinham mais estreitamente com as narrativas dominantes ou com os interesses políticos e ideológicos de suas épocas. Além disso, a acessibilidade a fontes documentais e a disponibilidade de registros históricos também podem influenciar a visibilidade de determinadas personalidades na historiografia.

Outro aspecto relevante é a própria evolução da historiografia, que passa por fases de revisão e reinterpretação. O que era considerado marginal ou secundário em um período pode ganhar nova importância à luz de abordagens historiográficas contemporâneas. A terceira geração de historiadores, por exemplo, pode ter novas perspectivas e metodologias que diferem das gerações anteriores, o que poderia levar a uma reavaliação do papel de figuras como Minervino de Oliveira.

A invisibilização de Minervino de Oliveira na historiografia brasileira é um lembrete da necessidade constante de revisão crítica e inclusão de todas as vozes que contribuíram para a rica tapeçaria da história. Reconhecer e abordar essas lacunas é essencial para uma compreensão mais completa e equitativa do passado, permitindo que as contribuições de todos os atores históricos sejam devidamente valorizadas.

Vale mencionar, aqui, também, a União dos Homens de Cor (UHC) – uma das primeiras organizações negras a se constituir como um movimento nacional, com ramificações em vários estados da federação. A UHC foi fundada em Porto Alegre, em 1943, por João Cabral Alves, um advogado e militante negro, que se inspirou na experiência da Frente Negra Brasileira, da década de 1930. A UHC tinha como objetivo principal “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (Silva, 2003, p. 264). Para isso, a UHC desenvolvia atividades educacionais, assistenciais, profissionais e culturais, buscando integrar os negros à sociedade brasileira e combater o preconceito e a discriminação. A UHC também editava um jornal próprio, o Nosso Jornal, que servia como um canal de comunicação e divulgação das ideias e das ações do movimento. A UHC foi extinta durante o regime militar de 1964, após sofrer perseguições e repressões das autoridades (Silva, 2003).

Ao longo das gerações, os historiadores brasileiros têm se debruçado sobre diferentes aspectos do movimento negro. A primeira geração, com figuras como Caio Prado Jr. e Astrojildo Pereira, focou na formação social e política do Brasil, mas não há registros claros de que tenham abordado especificamente a UHC.

A segunda geração, representada por Florestan Fernandes e Boris Fausto, trouxe contribuições significativas para a compreensão das estruturas sociais brasileiras, incluindo a questão racial. Florestan Fernandes, como faz na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), abordou a questão racial com profundidade, mas não se concentrou na UHC. Boris Fausto é reconhecido por sua análise da história política do Brasil, como em *A Revolução de 1930: Historiografia e História* (1970), mas também não evidenciou a UHC.

A terceira geração, com historiadores como Angela de Castro Gomes e Maria Helena Capelato, apesar de seu foco em movimentos sociais e história política e cultural do Brasil, não deu destaque à UHC em suas pesquisas. Angela de Castro Gomes é conhecida por seus estudos sobre a história do trabalho e do trabalhismo no Brasil, como em *A Invenção do Trabalhismo* (2005), e Maria Helena Capelato tem se destacado por suas análises da propaganda política e do populismo, como em *Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo* (2009), mas sem enfatizar especificamente a UHC.

De acordo com Domingues (2007), a União dos Homens de Cor (UHC) é reconhecida como um dos principais agrupamentos do movimento negro organizado durante a República, tendo sido fundada em 1943 e expandido sua atuação em diversos estados brasileiros. A organização, que também era conhecida pelo acrônimo “Uagacê”, desempenhou um papel significativo na luta antirracista, promovendo a inclusão social e combatendo o racismo. Domingues destaca que a UHC foi uma das organizações que adotou diversas estratégias na busca por direitos e reconhecimento para a população negra no Brasil.

Além disso, Domingues (2007) observa que a chegada da ditadura militar em 1964 impactou negativamente muitos grupos do movimento social, incluindo a UHC, que sofreu reveses em suas atividades. O trabalho de Domingues é essencial para compreender a importância da UHC dentro do movimento negro e sua contribuição para a luta contínua contra o racismo e pela afirmação da identidade negra no país.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), por sua vez, foi outro movimento negro de expressão nacional que se destacou pela produção artística e política voltada para a valorização e a emancipação dos negros. O TEN foi fundado no Rio de Janeiro, em 1944, por Abdias do Nascimento, um escritor, artista e ativista negro, que se inspirou na experiência do teatro negro norte-americano, especialmente na obra de Langston Hughes. O TEN tinha como proposta usar a arte e a educação como meios de conscientização e libertação dos negros, rompendo com a visão estereotipada e subalterna que a sociedade branca impunha sobre eles. O TEN realizou diversos espetáculos teatrais, com textos nacionais e estrangeiros, que tratavam da situação existencial e histórica dos negros no Brasil, e também promoveu concursos de artes plásticas,

de beleza e eventos sociopolíticos. A companhia teatral editou o jornal Quilombo, que denunciava o racismo e divulgava a cultura negra no mundo, e criou entidades como a Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional de Mulheres Negras (Nascimento, 2004).

O TEN também organizou a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em 1945 e 1946, em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, com a participação de representantes de várias organizações e partidos políticos, como a UHC, a UDN², o PCB e o PSD. A Convenção foi um marco na história do movimento negro brasileiro, pois foi a primeira vez que se reuniu um conjunto amplo e diverso de lideranças e entidades negras, com o objetivo de elaborar um programa político comum para os negros no país. A Convenção elaborou um manifesto que reivindicava a proibição da discriminação racial, a participação dos negros na vida pública e a valorização da cultura afro-brasileira, mas o documento não foi aprovado pela Assembleia Constituinte de 1946. O PCB, que apoiou a Convenção, se opôs à inclusão do item “proibição da discriminação racial” na Constituição, argumentando que isso limitaria o sentido mais amplo de democracia e que a questão racial deveria ser subordinada à questão de classe (Rossi, 2018).

Além das organizações negras, o movimento negro brasileiro também contou com a atuação de importantes intelectuais negros, dedicados ao estudo e à valorização da cultura e da história dos afrodescendentes no país. Entre eles destacaram-se Alberto Guerreiro Ramos, considerado o ideólogo da negritude no TEN, e Edison Carneiro, um dos organizadores do II Congresso Afro-Brasileiro da Bahia, em 1937, e da Conferência e do Congresso do Negro, em 1949 e 1950. Esses intelectuais contribuíram com suas pesquisas, obras e reflexões sobre a história, a cultura e a política dos negros no Brasil, buscando resgatar a memória e a identidade dos afrodescendentes e denunciar as contradições e as desigualdades da sociedade brasileira. Porém, eles também enfrentaram divergências e tensões entre si e com outros grupos políticos, como a UDN e o PCB, que os acusavam de serem racistas às avessas, por defenderem a identidade e a autonomia dos negros, em detrimento da unidade nacional e da luta de classes (Maia, 2015).

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento em 1944, é uma expressão significativa do movimento negro no Brasil, destacando-se pela sua produção artística e política voltada para a valorização e emancipação dos negros. A historiografia sobre o TEN, no entanto, revela uma tendência de invisibilização por parte de diferentes gerações de historiadores.

² União Democrática Nacional.

A primeira geração de historiadores, como Caio Prado Jr. e Astrojildo Pereira, destacou a formação social e política do Brasil, mas não há registros claros de que tenham abordado especificamente o TEN em seus estudos. A segunda geração, representada por Florestan Fernandes e Boris Fausto, trouxe contribuições significativas para a compreensão das estruturas sociais brasileiras, incluindo a questão racial, mas, novamente, o TEN não parece ser um tema central em suas obras. A terceira geração, com historiadores como Angela de Castro Gomes e Maria Helena Capelato, também não destacou o TEN em suas pesquisas, apesar de seu foco em movimentos sociais e história política e cultural do Brasil.

Petrônio Domingues, por outro lado, oferece uma perspectiva mais atenta ao movimento negro e suas organizações. Em seus estudos, ele reconhece a importância de grupos como o TEN na luta antirracista no país. No entanto, mesmo com o trabalho de Domingues, a falta de referências mais amplas ao TEN nas obras de historiadores das diferentes gerações sugere uma certa invisibilização desse movimento na narrativa histórica brasileira.

O legado do TEN e a luta de Abdias do Nascimento são essenciais para entender a resistência contra o racismo e a afirmação da identidade negra no Brasil. A invisibilização do TEN na historiografia reflete a necessidade de uma revisão crítica e inclusiva da história, que reconheça todas as vozes e contribuições que moldaram a sociedade brasileira.

O Partido Trabalhista do Brasil (PTB) foi um partido que exerceu um papel de liderança política no país, representando os interesses de diversos grupos sociais, especialmente os imigrantes e os negros, que buscavam o reconhecimento de sua identidade e de sua contribuição para a formação da nação. A ideologia nacionalista, que defendia a soberania e o desenvolvimento nacional, foi um elemento que uniu o PTB a esses grupos, que chegaram ao Brasil entre as décadas de 1930 e 1950 (Silva, 2018).

O PTB surgiu em 1945, como uma dissidência do Partido Social Democrático (PSD), que era o partido de Vargas. O PTB apresentava-se como o partido dos trabalhadores, dos sindicatos e das classes populares, que eram beneficiadas pelas leis trabalhistas e sociais de Vargas. O PTB também se aproximou dos imigrantes, especialmente os de origem europeia, que vieram para o Brasil fugindo das guerras e da miséria em seus países de origem. Esses imigrantes se instalaram principalmente no Sul e no Sudeste do Brasil, onde formaram colônias agrícolas e industriais. Esse partido procurou atender às demandas desses grupos, que queriam preservar sua cultura, sua língua e sua religião, mas também se integrar à sociedade brasileira (Silva, 2018).

O PTB aliou-se, ainda, aos negros, uma parcela significativa da população brasileira, mas que sofriam com o racismo e a discriminação. Os negros reivindicavam o reconhecimento

de sua história, de sua cultura e de sua participação na construção do Brasil. A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, foi uma das primeiras organizações que lutaram pelos direitos dos negros no Brasil. Em 1933, os líderes da Frente Negra foram recebidos por Vargas no Palácio do Governo, onde manifestaram seu apoio ao projeto nacionalista de Vargas, que prometia uma maior inclusão social e econômica dos negros. Essa aliança foi fundamental para a consolidação do Estado Novo, que foi instaurado em 1937, com o apoio dos militares, dos sindicatos e dos grupos nacionalistas (Santos, 2019).

A Frente Negra Brasileira (FNB), estabelecida em 1931, é reconhecida como a primeira organização negra do Brasil e uma precursora dos movimentos ativistas que persistem na luta contra o racismo até hoje. A FNB destacou-se por promover eventos significativos e buscar a integração e valorização da população negra, mantendo-se ativa até ser dissolvida pelo governo de Getúlio Vargas em 1937 (Machado, 2020).

No entanto, a FNB sofreu um processo de invisibilização na historiografia brasileira, um fenômeno que também afetou intelectuais e movimentos negros, exemplificado pelo caso de Beatriz Nascimento. Esse apagamento histórico é reflexo de estruturas de poder que buscam manter privilégios e silenciar contribuições intelectuais negras (Pinn, 2019).

Embora não haja uma relação direta entre a FNB e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a escassez de referências à FNB nas obras de historiadores de diversas gerações indica uma tendência a invisibilizar o movimento. Isso sublinha a importância de revisitar a história brasileira de maneira crítica e inclusiva, reconhecendo todas as vozes e contribuições que formaram a sociedade (Domingues, 2019).

A estratégia nacionalista de Vargas e do PTB fundou-se na ideia de que o Brasil deveria ser um país soberano, independente e desenvolvido, capaz de enfrentar as potências estrangeiras que tentavam dominar o país. Para isso, era preciso fortalecer o estado, que deveria intervir na economia, na política e na cultura, para garantir os interesses nacionais. O nacionalismo econômico se expressava na defesa das estatizações e da produção nacional, que visavam proteger o mercado interno e estimular a industrialização. O nacionalismo também se manifestava na superestrutura, por meio dos órgãos culturais, políticos e educativos, que difundiam a ideologia nacionalista. Um exemplo disso foi a nacionalização do ensino, porquanto determinava que a língua portuguesa fosse a única usada nas escolas, para evitar a influência estrangeira e para unificar a nação (Kovaliki de Oliveira, 2020).

A hegemonia do PTB pode ser analisada a partir do conceito de Bloco Histórico, proposto por Antonio Gramsci, que compreende a estrutura econômica e a superestrutura ideológica de uma sociedade. O Bloco Histórico é formado pela articulação entre a classe

dominante e as classes subalternas, que aceitam a sua dominação em troca de certas concessões e benefícios. O PTB situava-se no Bloco Histórico por meio do nacionalismo econômico, que atraía as classes trabalhadoras (recebiam melhores salários e condições de trabalho), e o nacionalismo cultural, que atraía os imigrantes e os negros (sentiam-se valorizados e integrados à nação). O PTB se tornou, assim, o partido hegemônico no Brasil, porque exercia a vontade coletiva das massas, mas também mantinha os interesses da elite, que controlava o estado e a economia (Kovaliki de Oliveira, 2020).

O bloco histórico, no sentido de unidade entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade dialética de contrários distintos e não de identidades metafísicas, é a realidade concreta e efetiva, que é “história”, isto é, luta de classes, evolução, transformação, progresso (Gramsci, 2001, p. 12).

O partido comunista e os trabalhadores negros se relacionaram no Brasil entre 1930 e 1945. Esse período foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, que afetaram as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, bem como as formas de organização e de luta dos movimentos sociais.

3.2 Sindicalismo e comunismo: o esquecimento e a lembrança dos trabalhadores negros

Entre 1930 e 1945, o sindicalismo brasileiro enfrentou um período de contradições: por um lado, obteve algumas conquistas sociais e trabalhistas, como o salário mínimo, a jornada de oito horas, as férias remuneradas, entre outros; por outro lado, sofreu uma intensa repressão e controle estatal, que limitou sua autonomia e sua capacidade de mobilização. Essa situação foi resultado da política do governo de Getúlio Vargas, que se iniciou com a Revolução de 1930 e se consolidou com o Estado Novo em 1937. O Estado Novo foi um regime autoritário e intervencionista, que buscou controlar todos os setores da sociedade, inclusive o sindical. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, foi uma forma de conceder alguns direitos aos trabalhadores, mas também de submetê-los à tutela do Estado, que passou a intervir nas negociações coletivas, nas eleições sindicais e nas greves (Gomes, 1994). Os sindicatos foram transformados em órgãos auxiliares do Estado, que fiscalizava e controlava suas atividades. Além disso, os sindicatos foram proibidos de fazer greves ou manifestações, que eram consideradas atos subversivos e punidos com prisão ou deportação. O sindicalismo, nesse contexto, perdeu sua força e sua resistência e foi visto como uma ameaça à ordem e à segurança nacional. Nas palavras de Santos (2010, p. 23):

O sindicalismo brasileiro, entre 1930 e 1945, viveu um período de intensa repressão e controle estatal, mas também de importantes conquistas sociais e trabalhistas. O governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo, entre outras medidas que regulamentaram as relações entre capital e trabalho. No entanto, essas medidas também visavam a cooptar e enfraquecer o movimento sindical, que era visto como uma ameaça à ordem e à segurança nacional.

Além do controle dos sindicatos, os trabalhadores também enfrentaram o populismo Varguista. O populismo é um conceito polêmico e multifacetado, que pode ser usado para descrever diferentes fenômenos políticos e sociais.

O populismo pode ser entendido como uma forma de governar que busca uma maior proximidade com o povo, por meio de políticas de assistência social e de propaganda pessoal do governante. O populismo também se caracteriza por um desenvolvimentismo econômico, que visa a aumentar o crescimento e a industrialização do país. No entanto, o populismo também pode ser visto como uma forma de demagogia, que visa a conquistar o apoio popular sem resolver os problemas estruturais da sociedade (Amadeo, 2017, p. 9).

O populismo, nesse sentido, se baseia na construção de uma identidade coletiva, que opõe o povo a um inimigo comum, que pode ser a elite, a oligarquia, o imperialismo, ou qualquer outro grupo que ameace os interesses e os valores do povo. O líder populista se apresenta como o representante legítimo e o defensor do povo, que fala em seu nome e atende as suas demandas. O líder populista também usa uma linguagem simples e emocional, que busca criar uma conexão direta e carismática com o povo, sem a mediação das instituições políticas tradicionais, como os partidos, o parlamento, a imprensa, etc. Em consonância com Laclau (2013, p. 18), o populismo é uma forma de fazer política que se funda na criação de uma cadeia de equivalências entre as diferentes demandas insatisfeitas do povo, que se unem em torno de um significante vazio, que pode ser o líder, um símbolo, ou uma ideia.

No Brasil, o populismo teve início em 1930, com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Vargas foi o principal líder populista do país, que governou de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Vargas fomentou a industrialização e a infraestrutura do país, buscando a modernização e a autonomia econômica. Vargas também se aproximou dos trabalhadores, por meio de discursos e de comemorações, como o Dia do Trabalhador, em 1º de maio. Por essas razões, Vargas ficou conhecido como o “pai dos pobres”.

A criação dos direitos trabalhistas foi uma das principais estratégias do varguismo para controlar e manipular as massas, conhecidas como sindicalismo pelego. O termo pelego se refere a um tipo de sindicalista que se submete aos interesses do governo e dos patrões, em troca de favores e benefícios, e que não defende os direitos e as reivindicações dos trabalhadores. O sindicalismo pelego foi uma forma de cooptar e enfraquecer o movimento sindical, que era visto como uma ameaça à ordem e à segurança nacional.

Gomes (1994, p. 76) indica que a CLT foi uma forma de conceder alguns direitos aos trabalhadores, mas também de submetê-los à égide do Estado, intervindo nas negociações coletivas, nas eleições sindicais e nas greves. A CLT reconheceu os sindicatos como representantes legais dos trabalhadores, mas também os subordinou à Confederação Nacional do Trabalho, que era controlada pelo Ministério do Trabalho.

Para Oliveira (2010, p. 58), o sindicalismo pelego foi uma forma de organização social e política com vistas a integrar os diferentes setores da sociedade em torno de um projeto nacional, sob a direção do Estado. O sindicalismo pelego negava a existência de classes sociais antagônicas e propunha a harmonia entre o capital e o trabalho, mediante a intervenção do Estado.

Consoante Silva e Costa (2002, p. 163), o sindicalismo pelego foi uma forma de resistência dos trabalhadores diante da repressão e do controle estatal, que buscava garantir a sobrevivência e a manutenção de alguns direitos. O sindicalismo pelego foi uma forma de adaptação e de negociação dos trabalhadores com o poder, sem excluir a possibilidade de conflitos e de contestações.

Todavia, Vargas também impôs um regime autoritário e centralizador, que restringiu as liberdades políticas e sociais. Em 1937, Vargas deu um golpe de Estado e instaurou o Estado Novo, que durou até 1945. O Estado Novo foi inspirado nos modelos fascistas da Europa, que defendiam um Estado forte, nacionalista e corporativista. O Estado Novo proibiu os partidos políticos, as eleições diretas, a liberdade de imprensa, de reunião e de associação. O Estado Novo também controlou os sindicatos, transformados em órgãos auxiliares do Estado, que fiscalizava e controlava suas atividades. Os sindicatos também foram proibidos de fazer greves ou manifestações, que eram consideradas atos subversivos e punidos com prisão ou deportação.

A análise do populismo varguista em relação ao movimento negro revela uma complexidade que transcende a mera concessão de direitos trabalhistas. Durante o governo de Getúlio Vargas houve esforços para incorporar as demandas das classes trabalhadoras, incluindo as da população negra, dentro de uma narrativa de unidade nacional. No entanto, essa abordagem muitas vezes resultou na invisibilização das especificidades raciais, contribuindo

para a marginalização contínua dos afro-brasileiros na sociedade e na historiografia (Domingues, 2018).

A política de Vargas buscou criar uma identidade nacional homogênea, subsumindo as diferenças étnico-raciais em favor de uma “raça brasileira”. Esse processo, embora tenha promovido uma certa integração social, também pode ter silenciado as vozes e as lutas específicas do movimento negro, que buscava reconhecimento e igualdade dentro de um contexto de discriminação e segregação persistentes (Domingues, 2018).

Portanto, é essencial reconhecer que, apesar dos avanços sociais e trabalhistas promovidos pelo populismo varguista, a relação com o movimento negro é marcada por uma tensão entre inclusão e invisibilização, exigindo uma análise crítica que considere tanto os benefícios quanto as limitações impostas pelo contexto político e social da época (Domingues, 2018).

Conforme mencionado, o Estado Novo foi inspirado nos modelos fascistas da Europa, especialmente da Itália e da Polônia, que defendiam a ideia de um Estado forte, centralizado e nacionalista, que suprimisse as liberdades individuais e coletivas em nome da ordem e da segurança. Vargas, que já havia governado o Brasil desde a Revolução de 1930, aproveitou-se de um suposto plano comunista para dar um golpe de Estado e instaurar uma ditadura, que durou até 1945.

O golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, foi preparado em segredo por um grupo restrito de colaboradores de Vargas, com o apoio de setores militares. A justificativa apresentada foi a de que havia uma conspiração comunista em andamento, baseada em um documento forjado, conhecido como Plano Cohen.

A Constituição de 1937, que ficou conhecida como “polaca”, concedeu amplos poderes a Vargas, que podia nomear e destituir ministros, interventores estaduais, juízes e até mesmo dissolver o Congresso Nacional. A Constituição também proibiu os partidos políticos, as eleições diretas, a liberdade de imprensa, de reunião e de associação. Além disso, a Constituição estabeleceu o princípio do corporativismo, que consistia na organização da sociedade em categorias profissionais, subordinadas ao Estado, que deveriam colaborar entre si, sem conflitos de classe. Como salienta Capelato (2000, p. 54):

A Constituição de 1937 foi elaborada por Francisco Campos, inspirado nos modelos fascistas da Itália e da Polônia. A Constituição consagrou o princípio do corporativismo, que negava a existência de classes sociais antagônicas e propunha a harmonia entre o capital e o trabalho, sob a mediação do Estado. A Constituição também criou o Conselho de Economia Nacional, formado por

representantes das categorias profissionais, que tinha a função de assessorar o presidente da República nas questões econômicas e sociais.

Nesse sentido, o Estado Novo buscou controlar as relações entre patrões e empregados, por meio de uma legislação trabalhista que regulamentava os direitos e deveres de cada parte. A CLT, promulgada em 1943, foi o principal instrumento dessa política, que concedeu aos trabalhadores urbanos alguns benefícios, como o salário mínimo, a jornada de oito horas, as férias remuneradas, o décimo terceiro salário, a carteira de trabalho, o seguro social, entre outros. Contudo, esses benefícios também tinham o objetivo de submeter os trabalhadores à tutela do Estado, que passou a intervir nas negociações coletivas, nas eleições sindicais e nas greves.

A CLT foi uma obra de conciliação entre os interesses do Estado, do capital e do trabalho, que visava garantir a paz social e a produtividade econômica. A CLT reconheceu alguns direitos dos trabalhadores, mas também os subordinou à autoridade do Estado, que passou a controlar os sindicatos e a arbitrar os conflitos trabalhistas. A CLT também excluiu os trabalhadores rurais, os domésticos e os funcionários públicos, que ficaram à margem da legislação trabalhista.

Quanto ao sindicalismo e os partidos políticos, destaca-se o partido comunista, que, por sua vez, “[...] foi o primeiro partido político a incorporar a questão racial em seu programa, ainda na década de 1930. O PCB defendia a igualdade de direitos entre brancos e negros, a abolição das formas de discriminação e preconceito e a integração dos negros na luta de classes” (Silva, 2012, p. 45). O PCB também participou de diversas greves e manifestações populares, como a Intentona Comunista de 1935, duramente reprimida pelo governo.

A Intentona Comunista foi uma tentativa de golpe de Estado liderada por Luís Carlos Prestes, à época presidente do PCB e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), contra o governo de Vargas. O objetivo era instaurar uma república socialista no Brasil, inspirada na União Soviética. A revolta ocorreu em três estados: Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, mas foi rapidamente sufocada pelas forças governistas. A repressão foi violenta e resultou em centenas de mortos, feridos e presos, entre eles Prestes e sua esposa, Olga Benário, que foi deportada para a Alemanha nazista. Na opinião de Badaró (2015, p. 48):

A Intentona Comunista foi um episódio traumático na história do Brasil, que revelou a fragilidade da democracia e a força do autoritarismo. O fracasso da revolta serviu de pretexto para Vargas endurecer ainda mais o seu regime, que passou a perseguir e a censurar todos os seus opositores, especialmente os comunistas. A Intentona também marcou o início de uma longa e difícil

trajetória do PCB, que teve que se adaptar às mudanças políticas e ideológicas do século XX.

Outra estratégia importante foi a criação pelo governo de uma chamada “identidade nacional”. Esse conceito é forjado em diversos momentos da história, conforme as visões políticas que predominam em cada época e a forma como nos relacionamos com o outro. É importante evidenciar que, segundo o conceito de identidade nacional descrito por Giacon (2012), esta é sempre um produto discursivo dos grupos dominantes, para sermos específicos da elite intelectual e política. Podemos concluir que a identidade nacional sofre constantes processos de construção e reconstrução durante a história. Há momentos específicos no qual este tema ganha maior importância política ou maior inquietação intelectual. Fábio Tadeu Vighy Hanna (2016), assim como Octavio Ianni (2004), elege três períodos históricos em que este termo ganha destaque na elite de intelectuais brasileiros, sendo eles: a independência; a abolição e Proclamação da República; e a Revolução de 1930.

Contudo, não é irreal; o sentimento de pertencer a esta comunidade imaginária nos faz agir, por várias vezes, em coletivo. Partindo da discussão teórica, abordamos, nesta pesquisa, a construção da identidade nacional como um elemento discursivo associado à criação da comunidade imaginária que gera no indivíduo o sentimento de consciência de grupo, isto é, o nacionalismo. No Brasil, o Estado foi um dos grandes responsáveis pela formulação da identidade nacional, tendo como aliado os grandes intelectuais que desenvolveram propostas nacionalistas que unissem o povo. O movimento intelectual defendeu os interesses da elite governamental, seu discurso destacou a singularidade brasileira, sendo esta individualidade responsável por constituir a nação.

O Estado teve seu papel ativo neste processo de construção da identidade recorrendo a aspectos da cultura popular, como, por exemplo, o rádio, o futebol e o samba, para criar o sentimento de unidade nacional. O movimento de construção da identidade nacional passa pela criação de símbolos nacionais, algo que comprove/fortaleça a existência de um Estado. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira.

Dessa forma, a historiografia sobre a Era Vargas e a contribuição dos negros para a identidade nacional brasileira destaca o uso estratégico de elementos da cultura popular pelo Estado. O rádio, o futebol e o samba, frequentemente associados à cultura afro-brasileira, foram

promovidos como emblemas da nação. Essa promoção visava fortalecer a unidade nacional, mas também servia para estereotipar e controlar a representação da cultura negra, integrando-a ao projeto de nação do Estado Novo de uma forma que, paradoxalmente, poderia silenciar as lutas específicas do movimento negro (Barcelos, 2017).

A obra de Freyre foi instrumental nesse processo, ao propor um paradigma de mestiçagem que permitiu a inclusão positiva do negro na identidade nacional. No entanto, essa inclusão era, muitas vezes, superficial e não refletia as complexidades das relações raciais no Brasil. Assim, enquanto os símbolos nacionais derivados da cultura negra eram celebrados, as contribuições reais e as lutas do movimento negro permaneciam frequentemente marginalizadas e invisíveis na narrativa histórica nacional (Montero, 1999).

É neste contexto histórico que são formuladas, pela primeira vez, no regime republicano, as políticas culturais na ótica de preservação e criação do nosso patrimônio histórico. Há um processo de incorporação de valores culturais populares nos símbolos nacionais por parte dos grupos hegemônicos. Ao destacarmos a participação dos intelectuais no projeto de invenção do Brasil devemos nos atentar para a propaganda política e a educação no governo Vargas, em especial do Estado Novo. Os intelectuais, ao se apresentarem como o grupo mais lúcido da sociedade, buscavam “educar” o povo. Englobando essa “educação” da coletividade, reconhecemos como estratégia de atuação o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em 1937, por meio constitucional, a imprensa passa a ser subordinada ao poder público; acredita-se que com essa subordinação o Estado iria garantir a comunicação direta entre governo e sociedade sem a necessidade de “intermediários nocivos ao progresso”. No projeto educativo proposto pelo Estado Novo, o Estado aparece como único interlocutor legítimo para falar com e pela sociedade. Fica claro, então, o empenho do governo no sentido de utilizar as manifestações da cultura popular como canal de disseminação da ideologia oficial. Como comenta Velloso (1987): “No Estado Novo a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade ganha outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e reflexão”.

No Estado Novo de 1937, a imprensa foi subordinada ao poder público, refletindo a intenção do governo de Vargas de estabelecer uma comunicação direta com a sociedade, sem intermediários que pudessem obstruir o progresso. O Estado se posicionou como o único interlocutor legítimo, utilizando a cultura popular – rádio, cinema, esporte, música – como veículo para a educação coletiva e a disseminação da ideologia oficial. Velloso (1987) observa que essa era foi marcada pela redefinição do ‘popular’ e sua valorização positiva, contrastando com a visão anterior, que culpava o povo pelo atraso nacional.

A Frente Negra Brasileira (FNB), ativa durante o Estado Novo, é notável por sua relação com o integralismo. Embora tenha apoiado inicialmente o governo Vargas, a FNB foi dissolvida em 1937, refletindo as complexidades políticas da época. A aproximação com o integralismo foi vista por alguns membros como uma estratégia contra o racismo, enquanto outros se opuseram a Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932, formando a Legião Negra. Essa divisão interna demonstra as diferentes perspectivas dentro do movimento negro sobre como navegar a política racial e os direitos civis sob o regime de Vargas (Machado, 2020)

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), estabelecido durante o Estado Novo, foi essencial na construção da identidade nacional, controlando os meios de comunicação e promovendo eventos cívicos para reforçar a imagem do governo Vargas. Através de slogans e hinos o DIP procurava estimular o patriotismo e o nacionalismo, ao mesmo tempo em que censurava críticas e oposições, de acordo com Silva (2014).

No que diz respeito à população negra, a estratégia do DIP e do Estado Novo foi ambivalente. Embora a cultura afro-brasileira fosse incorporada e celebrada como parte da identidade nacional, especialmente em manifestações culturais como o samba, a população negra continuou a enfrentar marginalização e exclusão social. Suas lutas e contribuições específicas raramente eram reconhecidas ou valorizadas na narrativa oficial promovida pelo DIP, refletindo a complexidade das políticas de Vargas que buscavam construir uma identidade nacional inclusiva, mas que, na prática, muitas vezes perpetuavam a invisibilização e a marginalização dos afro-brasileiros (Felipe; Teruya, 2015).

Um exemplo da ambiguidade da política varguista estava relacionado à capoeira, uma expressão cultural afro-brasileira proibida durante o governo Vargas, refletindo a repressão cultural e a marginalização das expressões afro-brasileiras. Apesar da proibição, a capoeira continuou a ser praticada clandestinamente e, com o tempo, começou a ser reconhecida como uma expressão cultural importante do Brasil (Assunção; Vieira, 1999).

Uma terceira estratégia do Estado para construir a identidade nacional foi a promoção da cultura nacional, por meio de incentivos à música, ao cinema, à literatura e ao folclore brasileiros. O Estado apoiou e financiou diversos artistas e intelectuais, que expressavam os valores e as tradições nacionais em suas obras. O Estado também criou instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Cinema etc. O Estado também patrocinou eventos culturais, como a Semana de Arte Moderna, o Congresso Afro-Brasileiro, a Bienal de São Paulo etc. O Estado tinha como objetivo valorizar e divulgar a cultura nacional para criar uma identidade cultural brasileira. Segundo uma análise de Carvalho (2016, p. 45), a cultura nacional e a identidade brasileira no Estado Novo foram

promovidas pelo Estado, que incentivou e financiou diversos artistas e intelectuais, os quais expressavam os valores e as tradições nacionais em suas obras, como a música, o cinema, a literatura e o folclore brasileiros.

Na década de 1930, o samba, profundamente enraizado na cultura afro-brasileira, ascendeu das camadas populares e se estabeleceu como um símbolo da identidade nacional brasileira. Durante o governo de Getúlio Vargas, houve um esforço deliberado para promover o samba por meio de rádios e eventos patrocinados pelo Estado, refletindo a política cultural do Estado Novo. No entanto, essa promoção não ocorreu sem um controle rigoroso. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi responsável por exercer censura e garantir que as manifestações culturais estivessem em conformidade com os ideais do governo. A popularização do samba era uma tendência inevitável, mas foi indubitavelmente acelerada pela política cultural de Vargas, que desempenhou um papel crucial em sua consolidação no cenário nacional (Fenerick, 2010).

Nesse percurso, portanto, Salgado (1941) descreveu a música brasileira da época como uma mistura de ritmos exóticos africanos e europeus menos aristocráticos que se adaptaram ao Brasil, ilustrando a diversidade rítmica e cultural que caracterizava a música popular durante o Estado Novo.

Na historiografia do movimento operário, cada período histórico desempenha um papel crucial na construção de nossa compreensão. Os historiadores, ao se dedicarem a esse campo, enfrentam desafios e oportunidades específicas, moldadas pelas circunstâncias temporais e contextos históricos.

Cada período histórico traz consigo nuances e particularidades. Os historiadores do movimento operário, ao investigarem esses momentos, precisam considerar os eventos, as mudanças sociais e as condições econômicas específicas da época. Essa contextualização é fundamental para compreender as motivações, as estratégias e os desafios enfrentados pelos trabalhadores.

Cada historiador tem sua própria abordagem para explicar a história do movimento operário. Alguns enfatizam a luta de classes, enquanto outros exploram a relação entre sindicatos e partidos políticos. Essas perspectivas variadas enriquecem o campo e oferecem diferentes ângulos de análise. Por exemplo, alguns pesquisadores podem se concentrar nas lideranças sindicais, como Luiz Carlos Prestes ou Astrogildo Pereira, enquanto outros preferem investigar as bases, os conflitos cotidianos e as experiências dos trabalhadores comuns.

A busca por diferentes perspectivas revela lacunas na historiografia. Existem momentos pouco explorados, figuras menos conhecidas e eventos que merecem maior atenção. Identificar

essas lacunas é fundamental para uma análise completa e inclusiva. Além disso, os desafios metodológicos também são relevantes. Como acessar fontes primárias? Como superar vieses e limitações? Essas questões estimulam os historiadores a buscar novas abordagens.

Cada período histórico empreende forças que moldam o movimento operário. Por exemplo, a Revolução de 1930 no Brasil trouxe mudanças políticas e sociais significativas. O governo de Getúlio Vargas implementou políticas trabalhistas, criando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Essa legislação impactou diretamente os trabalhadores e sindicatos, moldando suas lutas e reivindicações. Além disso, a Segunda Guerra Mundial teve implicações profundas para o movimento operário em todo o mundo. Muitos sindicatos se envolveram na resistência contra regimes fascistas, enquanto outros colaboraram com os governos de seus países. A guerra também afetou a economia, a produção industrial e as condições de trabalho, influenciando as estratégias e demandas dos trabalhadores.

Ao explorar a historiografia do movimento operário entre 1930 e 1945, devemos considerar esses eventos históricos, as mudanças nas condições de trabalho e as diferentes perspectivas dos pesquisadores. A busca por novas formas de visualizar esse período enriquece nossa compreensão do passado e nos ajuda a construir uma narrativa mais completa e contextualizada sobre as forças que moldaram o mundo em que vivemos.

3.3 Eugenia e Racismo: As Políticas de Identidade na Era Vargas

O racismo no Brasil tem uma origem histórica que envolve diversos elementos, entre eles, o religioso. No entanto, no século XIX, novos elementos foram incorporados ao imaginário social, como as teorias biológicas e o imperialismo. O imperialismo foi a prática de expansão territorial, econômica e cultural das nações industrializadas europeias sobre os continentes africano e asiático, visando à obtenção de vantagens e recursos. Vários pesquisadores europeus tentaram comparar a evolução das espécies com a espécie humana, buscando encontrar elementos que justificassem a superioridade de certos grupos raciais sobre outros. Esses pesquisadores defendiam que os elementos biológicos eram transmitidos de um grupo para outro, e que a miscigenação era prejudicial para a humanidade. Essas ideias influenciaram a forma como os brasileiros viam a sua própria composição racial e cultural, gerando preconceitos e discriminações. Desde o século XVIII, a fisiologia vinha se desenvolvendo bastante no continente europeu, fornecendo novos campos de estudos aos homens das ciências e das letras que procuravam compreender a sociedade. O conceito de raça,

deslocado do argumento teológico ou do mito fundador da nação, passava a calcar-se no caráter biológico e hereditário na nova perspectiva da fisiologia (Souza, 2013, p. 23).

Um pensador do século XIX, o conde de Gobineau (1816-1882), fez diversas análises sobre a degeneração da humanidade. Segundo o conde, a miscigenação levaria a humanidade ao declínio. Ele defendia que a raça ariana era a responsável pela civilização europeia e que sua mistura com outras raças resultaria em sua decadência. Segundo Souza (2013), apesar da pouca acessibilidade aos seus contemporâneos, as ideias do conde de Gobineau ganharam notoriedade pela difusão por Ludwig Schemann (1852-1938), que dedicou sua vida a resgatar a obra e a figura de Gobineau. Este foi bastante popularizado na Alemanha nazista, que usou suas teorias para justificar sua política de superioridade racial e expansão territorial. Não obstante, o conde jamais defendeu um arianismo nos moldes do Nazismo conhecido no início do século XX. Suas ideias foram bastante utilizadas posteriormente pelos nazistas em seu processo de expansão, mas ele não era um defensor da violência ou da segregação racial.

O principal livro de Ludwig Schemann que trata sobre Gobineau intitula-se *Gobineau: eine Biographie*, publicado em quatro volumes entre 1913 e 1916. Nessa obra, Schemann apresenta a vida e o pensamento de Gobineau, destacando sua influência na cultura alemã e defendendo sua visão sobre as raças humanas.

Gobineau foi o primeiro a reconhecer a importância decisiva da raça para a história e a cultura dos povos. O conde fundou a antropologia histórica e tornou-se precursor da sociologia racial. Foi também o primeiro a mostrar que a história não é apenas o resultado de fatores geográficos, econômicos, políticos e religiosos, mas também e principalmente de fatores biológicos e hereditários. Ele foi o primeiro a provar que a raça é o elemento mais estável e duradouro na vida dos povos, e que a mistura das raças é a causa principal da decadência e da degeneração das civilizações (Schemann, 2005, p. 15).

O Brasil, segundo o conde de Gobineau (1816-1882), era um país destinado ao fracasso por causa da mistura de raças entre índios, negros e portugueses. Em suas cartas ao imperador D. Pedro II (1825-1891), ele expressava sua visão negativa sobre o futuro do país, alegando que os mestiços eram inferiores e degenerados, incapazes de manter uma civilização. Ele contrapunha a raça ariana, que seria a responsável pelo progresso da Europa, às demais raças, que seriam decadentes e inferiores. O imperador, por sua vez, não concordava com essas ideias, embora tivesse simpatia pela figura do conde (Souza, 2013).

Francis Galton (1822-1911) foi outro defensor da teoria da superioridade racial no século XIX. Ele criou o conceito de eugenia, que era o estudo da reprodução humana com o objetivo de melhorar as características hereditárias dos indivíduos. Ele propunha que se

estimulasse a reprodução dos mais aptos e fortes, e que se restringisse a reprodução dos mais fracos e não aptos. Ele se baseava na ideia de que as raças humanas eram desiguais e que poderiam ser aprimoradas por meio da seleção artificial (Geraldo, 2007).

O darwinismo social foi uma corrente de pensamento que aplicou as leis da natureza à sociedade. Os darwinistas sociais defendiam que a luta pela vida, a concorrência e a seleção natural eram os mecanismos que determinavam o destino dos povos e dos indivíduos. Eles acreditavam que o indivíduo superior deveria triunfar sobre os demais e buscar o aperfeiçoamento da espécie humana, em direção ao super-homem (Diwan, 2007).

O Brasil não ficou indiferente às “novidades científicas”. Jovens intelectuais brasileiros da classe média ergueram as bandeiras da abolição da escravatura, da reforma política e do estabelecimento da República. Tinham como ponto central de defesa o poder da técnica e da ciência, combatendo o conservadorismo arraigado na sociedade e na elite arcaica e monarquista. Se colocavam como expoentes do que havia de mais moderno na ciência. Ao contrário daqueles que tinham uma visão idealizada e romântica sobre a realidade brasileira, esses jovens intelectuais advogavam pela necessidade de uma análise mais científica dessa realidade. Foram inspirados principalmente pelas “novas” teorias europeias (Maio; Santos, 2014). Foi sobretudo mais à frente, nos anos de 1870, que o tema miscigenação tornou-se uma ferramenta mais efetiva no interior da ciência que se praticava no Brasil de então. Com uma produção intelectual que era, ao mesmo tempo, atuação política, a “geração” de intelectuais de 1870 desenvolveu uma perspectiva extremamente crítica da sociedade do Segundo Reinado e, em especial, do seu núcleo de poder constituído pelos monarquistas conservadores (Alonso, 2002 *apud* Maio; Santos, 2014, p. 35).

As instituições de ensino superior no Brasil foram o palco dos debates entre as novas concepções científicas vindas da Europa e a velha geração de monarquistas. Entre os defensores das novas ideias, destacaram-se Sílvio Romero (1851-1914) e Tobias Barreto (1839-1889), que eram filósofos, escritores e juristas. Romero, que foi aluno e depois professor da Faculdade de Direito do Recife, defendeu a ideia de que as teorias sobre “raça”, ambiente e evolução davam ao direito um caráter mais científico. Ele também difundiu suas ideias no Rio de Janeiro, onde fundou a Academia Brasileira de Letras. Romero era influenciado pelo evolucionismo e pelo racionalismo da filosofia alemã, especialmente por Ernest Haeckel e Buckle. Ele defendia que a miscigenação era um fator de degeneração racial e que o Brasil precisava de uma política de imigração europeia para “embranquecer” a população.

Sílvio Romero foi um dos principais representantes da Escola do Recife, que buscava renovar o pensamento jurídico e filosófico brasileiro com base nas novas teorias europeias. Ele

defendia que o direito deveria ser estudado de forma científica, levando em conta os fatores históricos, sociais e naturais que influenciavam as leis e as instituições. Ele também se dedicou ao estudo da literatura, da história e da cultura brasileiras, buscando compreender as origens e as características do povo brasileiro. Romero foi um dos primeiros a usar o método comparativo e a classificar as escolas literárias brasileiras. Ele também foi um crítico severo da escravidão, do imperialismo e do clericalismo, defendendo a abolição, a república e a separação entre a igreja e o estado.

Uma das obras mais importantes de Sílvio Romero é *História da literatura Brasileira*, publicada em sete volumes entre 1888 e 1902. Nessa obra, ele analisa a evolução da literatura nacional desde o período colonial até o final do século XIX, destacando os principais autores, obras e movimentos literários. Ele também faz uma crítica à influência portuguesa e à falta de originalidade da literatura brasileira, propondo uma valorização das raízes indígenas e africanas. Ele também elogia os escritores que expressaram o sentimento nacional, como Gonçalves Dias, José de Alencar e Castro Alves (Romero, 1943-1953). Além disso, ele defendia a ideia de que a miscigenação era um fator de degeneração racial e que o Brasil precisava de uma política de imigração europeia para “embranquecer” a população. O estudioso se baseava nas teorias de Spencer e Haeckel, que afirmavam a existência de raças superiores e inferiores, e que propunham a eugenia como forma de melhorar as características hereditárias dos indivíduos. Ele também criticava o papel dos negros e dos índios na formação da nacionalidade brasileira, considerando-os elementos nocivos e atrasados. Essas ideias estão presentes em sua obra *Ensaio de crítica parlamentar*, publicada em 1892, na qual ele analisa a situação política e social do Brasil após a proclamação da República (Romero, 1892).

Tobias Barreto foi o fundador da Escola do Recife, ou seja, um movimento intelectual que surgiu na Faculdade de Direito do Recife na segunda metade do século XIX. Ele foi um dos primeiros a introduzir no Brasil as ideias da filosofia alemã, especialmente de Hegel, Kant e Schopenhauer. Ele defendia que o direito deveria ser estudado de forma filosófica, levando em conta os princípios racionais e universais que regem a justiça e a moral. Barreto também se interessou pelo estudo da linguística, da religião e da arte, buscando compreender os fenômenos culturais e espirituais da humanidade. Ele foi um crítico da escravidão, do imperialismo e do positivismo, defendendo a liberdade, a democracia e o idealismo. Uma das obras mais importantes de Tobias Barreto é *Estudos de filosofia e direito*, publicada em 1878. Nessa obra, ele reúne uma série de ensaios sobre temas variados, como o direito natural, o direito romano, o direito internacional, a filosofia da história, a filosofia da religião, a filosofia da arte, a linguística, a estética, a política e a educação. Ele mostra sua erudição, sua originalidade e sua

capacidade crítica, demonstrando seu domínio das principais correntes filosóficas da época (Barreto, 1931).

Ele também defendia a ideia de que a raça era um fator determinante na evolução das sociedades e que o Brasil sofria de um atraso civilizatório por causa da presença de elementos não arianos. Barreto se baseava nas teorias de Gobineau e de Haeckel, que afirmavam a superioridade da raça branca e a inferioridade das demais raças, especialmente dos negros e dos índios. Ele também propunha a necessidade de uma reforma educacional e cultural que valorizasse a influência germânica no Brasil, em detrimento da influência latina. Essas ideias estão presentes em sua obra *Dias e noites*, publicada em 1881, na qual ele reúne uma série de poemas, artigos e discursos sobre temas diversos, como a literatura, a política, a religião, a ciência e a arte (Barreto, 1881).

Essas ideias foram apropriadas pelo darwinismo social – uma corrente de pensamento que aplicava as leis da natureza à sociedade. Os darwinistas sociais defendiam que a luta pela vida, a concorrência e a seleção natural eram os mecanismos que determinavam o destino dos povos e dos indivíduos. Eles acreditavam que o indivíduo superior deveria triunfar sobre os demais e buscar o aperfeiçoamento da espécie humana, em direção ao super-homem (Diwan, 2007).

Os intelectuais brasileiros do século XIX enfrentavam o desafio de compreender o Brasil diante das teorias deterministas que marcavam a época. Essas teorias afirmavam que o homem era condicionado pelo seu meio geográfico, pela sua raça e pelo seu estágio de evolução. Segundo essas teorias, o Brasil seria um país atrasado e inviável, pois teria um clima tropical, uma população mestiça e uma cultura primitiva, fatores que o impediriam de alcançar um alto nível de civilização. Romero, porém, discordava dessa visão pessimista e fatalista. Ele reconhecia que o Brasil era fruto da miscigenação entre brancos, negros e índios, mas não via isso como um problema. Pelo contrário, ele defendia que a mestiçagem era uma forma de regeneração e não de degeneração, pois a raça branca, dominante e superior, se sobressairia na mistura e produziria um mestiço superior. Essa era a sua tese principal para o branqueamento do povo brasileiro, um processo físico e cultural que levaria o Brasil a um maior grau de civilização (Romero, 1943-1953).

Romero expressou essa tese em sua obra *História da literatura brasileira*, publicada em sete volumes entre 1888 e 1902. Nessa obra, ele analisou a evolução da literatura nacional desde o período colonial até o final do século XIX, destacando os principais autores, obras e movimentos literários. Ele também teceu críticas à influência portuguesa e à falta de originalidade da literatura brasileira, propondo uma valorização das raízes indígenas e

africanas. Também elogiou os escritores que expressaram o sentimento nacional, como Gonçalves Dias, José de Alencar e Castro Alves. Para ele, nossa cultura era uma cultura mestiça, em que o elemento europeu predominava, porém o elemento africano e o elemento indígena representavam também uma parte considerável (Romero, 1943-1953, p. 17).

No século XIX, o pensamento brasileiro foi influenciado pelas doutrinas racistas que vinham da Europa, as quais defendiam as desigualdades entre as raças e a inferioridade dos mestiços. Essas doutrinas também afirmavam que os povos de raça negra eram incapazes de atingir a civilização sem a orientação do ocidente. No entanto, os intelectuais brasileiros tinham uma particularidade nacional, que consistia na crença de que a inferioridade dos mestiços não era absoluta e que era possível produzir uma seleção natural a partir da miscigenação das raças inferiores com as superiores, segundo os critérios dos brancos. Assim, eles acreditavam que o Brasil poderia se tornar um país mais branco e evoluído do que as outras raças, graças à baixa fertilidade dos negros e mulatos, à tradição portuguesa de cruzamentos e à imigração europeia, que transformariam o povo e a cultura brasileiros em um padrão mais próximo do ideal europeu (Maio; Santos, 2014).

O eugenismo significa um movimento que defendia a melhoria da espécie humana por meio da intervenção na hereditariedade. Ele teve vários adeptos no Brasil, que hoje são homenageados com nomes de ruas e avenidas em capitais brasileiras. Entre eles, podemos citar Belisário Pena, que fundou a Liga Pró-Saneamento do Brasil e foi parceiro dos movimentos eugenistas e sanitaristas; Arthur Neiva, que foi político e discípulo de Oswaldo Cruz; João Batista de Lacerda, que foi diretor do Museu Nacional e representante do Brasil no Congresso Universal de Raças, em 1911; e Raimundo Nina Rodrigues, que foi médico e acreditava na delinquência natural da população negra. O eugenismo também marcou presença na literatura brasileira, nas obras de Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, e de Monteiro Lobato, que patrocinou e auxiliou na distribuição das publicações do movimento em 1919.

Raimundo Nina Rodrigues foi um dos principais difusores da ideologia de raças no Brasil. Ele era médico e ensinava na Faculdade de Medicina da Bahia. Ele viveu, na década de 1870, um período de muitas mudanças, em que se tentou adaptar os princípios higienistas europeus à realidade social brasileira, valorizando o clima e a raça como causas das doenças, e legitimando as práticas médicas brasileiras. Nina Rodrigues também aplicou as ideias racialistas no campo da justiça, defendendo que o crime era determinado pela biologia e pela hereditariedade, e que a raça influenciava na conduta criminoso. Ele considerava os negros inferiores e incapazes de serem cidadãos plenos, e que deveriam ser tratados de forma diferente dos brancos. Ele também estudou o negro ou o africano como objeto de investigação, buscando

compreender a sua cultura e a sua psicologia. Nina Rodrigues tinha uma visão diversificada do povo brasileiro, que ele via como marcado pela diversidade racial, desde a sua origem até o seu futuro. Segundo o médico, a biologia mostrava que a mestiçagem não eliminava as diferenças raciais, mas criava novos tipos de mestiços ou reproduzia os tipos originais. Em alguns casos, a mestiçagem gerava produtos inferiores às raças de origem. Ele também acreditava que nem uma forte presença europeia poderia resolver os problemas causados por essa mestiçagem (Maio; Santos, 2014).

Euclides da Cunha foi um escritor que se destacou na literatura brasileira por criar um estilo original, que combinava elementos científicos e artísticos. Ele é o autor de *Os Sertões*, uma obra que relata a Guerra de Canudos, um conflito que aconteceu no sertão da Bahia, entre 1896 e 1897, entre o governo republicano e um grupo de sertanejos liderados por Antônio Conselheiro, um líder religioso que defendia a monarquia. Euclides da Cunha foi enviado pelo jornal Estado de São Paulo para cobrir a guerra como correspondente, e a partir dessa experiência, ele escreveu sua obra-prima. O escritor acreditava que o Brasil era formado por três raças diferentes: o branco civilizado, que vivia no litoral; o índio selvagem, que habitava o interior; e o negro inferior, que era escravo ou liberto. Ele também acreditava que a natureza era um fator determinante para o desenvolvimento dos povos, e que o progresso e a civilização eram os objetivos a serem alcançados. Ele era positivista e republicano, e defendia um estado forte e centralizado e a difusão de escolas técnicas. Euclides da Cunha tinha uma visão otimista do Brasil, mas essa visão foi abalada quando ele conheceu a realidade de Canudos, e viu que ela era muito mais complexa e contraditória do que ele imaginava. Ele percebeu que os sertanejos não eram apenas fanáticos e atrasados, mas também heróis e resistentes, que lutavam por sua sobrevivência e dignidade. Ele ampliou o debate sobre a identidade do povo brasileiro, mostrando sua diversidade e sua riqueza cultural (Oliveira, 2002).

No Brasil, tanto as teorias raciais quanto o movimento eugenista foram incorporados e adaptados especialmente por médicos, já que instituições de pesquisa científica ainda eram nascentes no país. Segundo Stepan, os cientistas brasileiros estavam bastante interessados nos desenvolvimentos científicos europeus, pois em 1918 foi criada a primeira sociedade eugenista brasileira, dez anos após o surgimento da sociedade eugenista britânica e seis anos após a francesa (Geraldo, 2015, p. 12).

O movimento eugenista no Brasil tinha uma particularidade em relação ao que se passava na Europa, pois levava em conta a condição da mestiçagem do país, que resultava da miscigenação entre brancos, negros e índios. Os intelectuais e médicos brasileiros acreditavam que poderiam mudar o valor atribuído à mestiçagem, que era visto como um sinal de

degeneração e inferioridade. Eles passaram a defender a mestiçagem como um meio de branqueamento gradual da população, pois supunham que o sangue do branco, considerado superior ao do negro, acabaria prevalecendo na mistura. Essa ideia de branqueamento baseava-se em teorias raciais e biológicas que ignoravam os aspectos históricos, culturais e sociais que determinavam a situação do povo brasileiro. No ano de 1929, Renato Kehl, no livro *Lições de eugenia*, decretou: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano!”. Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas (Diwan, 2015, p. 87).

A construção do pensamento eugenista no Brasil ganhou destaque em 1917, quando o jovem médico e farmacêutico Renato Kehl iniciou uma grande campanha de divulgação das ideias eugênicas no meio médico e intelectual. O entusiasmo de Kehl causou grande impacto e, em janeiro de 1918, após a mobilização e os esforços da elite médica de São Paulo, foi criada a primeira sociedade eugênica da América Latina. Ela contava com 140 membros, entre eles prestigiados cientistas e intelectuais brasileiros. Essa instituição se considerava uma associação científica de estudos e propaganda sobre a regeneração racial da população brasileira. Para o eugenista Renato Kehl, a eugenia representava muito mais do que um sinal de modernidade cultural: “ela é mais que ciência, é religião, religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade”. Segundo Marques (*apud* Geraldo, 2015, p. 53-5), a

Sociedade Eugênica de São Paulo, a exemplo das sociedades eugênicas europeias, também pautava suas atividades por estudos da hereditariedade, pela educação moral, educação higiênica e sexual. A regulamentação dos casamentos era outra tarefa tomada para si pelos eugenistas assim como a regulamentação da imigração e a sujeição dos indesejáveis (prostitutas, loucos, sífilíticos, tuberculosos, entre outros).

Na década de 1920, o fortalecimento da eugenia no Brasil acabou interferindo no processo migratório, ou seja, na entrada de imigrantes estrangeiros no país. Os eugenistas defendiam que apenas os imigrantes considerados racialmente superiores, como os europeus do norte, deveriam ser aceitos no Brasil, pois contribuiriam para o branqueamento e o progresso da nação. Em 1923, foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental, uma instituição fundada pelo psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934), que reunia a elite da psiquiatria nacional, além de médicos, educadores, juristas e intelectuais que se tornaram partidários ostensivos do “aprimoramento racial”. Essa expressão significava a aplicação de medidas eugenistas para selecionar os indivíduos mais aptos para se reproduzir e eliminar os considerados degenerados

ou inferiores. Esses indivíduos incluíam os doentes mentais, os criminosos, os alcoólatras, os analfabetos, os negros e os indígenas. A Liga Brasileira de Higiene Mental tinha como objetivo principal melhorar a assistência aos doentes mentais através da modernização do atendimento psiquiátrico. Além disso, a Liga realizava campanhas de prevenção e educação sobre higiene mental e eugenia, que eram divulgadas nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, uma revista científica fundada pela própria Liga em 1925 (Souza; Almeida, 2015).

O antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) destacou-se no cenário intelectual brasileiro não apenas como antropólogo, mas também como um pensador crítico e humanista. Sua visão sobre a eugenia, que contrastava com as ideias radicais de purificação racial defendidas por contemporâneos como Renato Kehl, enfatizava a diversidade racial do Brasil como um ativo cultural e social. O intelectual argumentava que as diferenças entre as raças eram influenciadas mais por fatores educacionais e sociais do que pela hereditariedade, uma perspectiva que refletia seu compromisso com a educação e a saúde pública como pilares para o desenvolvimento nacional (Souza, 2016).

Ele foi pioneiro na utilização da radiodifusão como ferramenta educacional e na criação de instituições que promoveram reformas sociais significativas no Brasil. Ele também foi um dos primeiros a documentar a prática social e científica através de diários de campo, que incluíam registros em diversos formatos, desde a paisagem natural até a cultura material e imaterial dos povos indígenas que estudou (Keuller, 2007).

A abordagem de Roquette-Pinto em relação à eugenia era parte de um movimento mais amplo no Brasil, que se caracterizava por sua diversidade de projetos e ideologias. O antropólogo defendia uma eugenia focada na melhoria das condições de vida e saúde, em contraste com políticas de segregação e controle da reprodução. Sua obra e pensamento continuam a inspirar estudos e reflexões sobre a importância de abordar questões de raça e hereditariedade com uma perspectiva crítica e inclusiva (Lima; Sá, 2008).

No Brasil, o movimento eugenista ganhou força no início do século XX, com médicos, engenheiros e jornalistas vendo na eugenia a ‘solução’ para o desenvolvimento do país. Eles buscavam respaldo na biogenética para excluir negros, imigrantes asiáticos e deficientes, promovendo, assim, uma “raça superior”. No entanto, a eugenia no Brasil adotou um modelo menos radical do que em países como os EUA e a Alemanha, concentrando-se mais em políticas de saneamento, higiene e educação (Geledés, 2017).

Ao presidir o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, Edgard Roquette-Pinto adotou uma abordagem progressista à eugenia, defendendo sua aplicação como forma de promover melhorias nas condições de saúde e educação da população brasileira.

Diferentemente de outros eugenistas da época, que tinham uma visão mais rígida e excludente, Roquette-Pinto via na eugenia um meio para o avanço social, e não como um instrumento de segregação ou discriminação racial (Tamano, 2022).

Artur Neiva, médico, cientista e político brasileiro, foi uma figura proeminente no início do século XX, conhecido por suas contribuições em diversas áreas, incluindo a eugenia. Nascido em Salvador em 1880, Neiva concluiu seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e tornou-se discípulo de Oswaldo Cruz, com quem trabalhou no Instituto Soroterápico, atual Fundação Oswaldo Cruz (Silveira, 2002).

Como cientista, Neiva dedicou-se à profilaxia e à entomologia médica, tornando-se um conhecido especialista em insetos transmissores da doença de Chagas. Sua carreira também incluiu viagens científicas pelo Brasil e trabalho junto ao governo da Argentina, além de dirigir o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e o Instituto Biológico do Estado de São Paulo (Silveira, 2002).

No campo da eugenia, Artur Neiva é reconhecido por suas ideias relacionadas ao “branqueamento” da população brasileira. Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, Neiva, juntamente com outros médicos, defendeu teses científicas baseadas no darwinismo social e na eugenia racial. Essas teses propunham a necessidade do “branqueamento” da população brasileira e pediam o fim da imigração de grupos considerados “degenerados”, como os imigrantes japoneses (Silveira, 2002).

A visão de Neiva sobre a eugenia refletia uma corrente de pensamento da época que via na ciência uma forma de “melhorar” a sociedade através da seleção e do controle reprodutivo. No entanto, essas ideias foram amplamente criticadas e hoje são consideradas pseudocientíficas e discriminatórias (Silveira, 2002). Artur Neiva deixou um legado complexo, com contribuições significativas para a ciência e a saúde pública, mas também com associações a ideologias eugenistas que hoje são rejeitadas por promoverem práticas discriminatórias e preconceituosas (Silveira, 2002).

Belisário Penna (1868-1939), médico sanitarista brasileiro, teve um papel significativo na história da saúde pública no Brasil, especialmente durante as décadas de 1920 e 1930. Sua abordagem ao saneamento como uma forma de eugenia “preventiva” reflete a complexidade do pensamento social brasileiro da época. Penna via a questão racial brasileira como central para aderir à concepção eugênica aliada à medicina social e ao seu projeto de “consciência sanitária” (Carvalho, 2022).

Penna rejeitou o determinismo racial e acreditava que a regeneração da “raça brasileira” poderia ser alcançada através da educação higiênica e das reformas sociais e do meio. Ele

defendeu uma eugenia classificada como “preventiva”, que se baseava na melhoria das condições de saúde e educação, em contraste com a eugenia “negativa”, que se pautava no racismo científico (Kovaliki de Oliveira, 2020).

A contribuição de Belisário Penna à saúde pública é retratada a partir de sua militância e dos combates que travou em defesa do saneamento rural e pela melhoria das condições de saúde de toda a população brasileira. Seu legado é um capítulo importante da história da saúde pública no país (Castro-Santos; Figueiredo, 2022).

No Brasil, a eugenia ganhou força na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, que buscava modernizar o país e criar uma identidade nacional. Nesse período, ocorreu o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), em 1929, no Rio de Janeiro, que reuniu médicos, cientistas, intelectuais e políticos que defendiam a aplicação de medidas eugenistas para selecionar os indivíduos mais aptos para se reproduzir e eliminar os considerados degenerados ou inferiores. Esses indivíduos incluíam os doentes mentais, os criminosos, os alcoólatras, os analfabetos, os negros e os indígenas. Entre as propostas do CBE estavam a esterilização, o controle dos casamentos a partir de exames pré-nupciais, a educação eugênica, o controle de natalidade e a proteção à nacionalidade (Stephanou, 2005).

O congresso de Eugenia deixou claro que a influência europeia foi muito grande no Brasil. Seus temas percorreram jornais e até mesmo escolas. Resultou que esse tema foi bastante debatido, construindo um forte elemento para a consolidação do racismo e do preconceito no Brasil. Além disso, o CBE teve o apoio do Estado Novo, que implantou uma série de leis inspiradas nas ideias eugenistas, como o Código Penal de 1940, que previa a castração química dos criminosos sexuais, e o Código Eleitoral de 1932, que proibia o voto dos analfabetos. O racismo e o preconceito no Brasil também foram alimentados pela propaganda do governo Vargas, que exaltava a figura do homem branco como símbolo da nação e marginalizava as expressões culturais dos negros e dos indígenas; assim, a eugenia no Brasil foi um instrumento de dominação política e social das elites sobre as camadas populares, que sofreram as consequências da discriminação e da exclusão (Santos; Maio, 2010).

Na Era Vargas, a educação foi empregada estrategicamente para promover os ideais eugênicos e construir uma identidade nacional que estivesse em sintonia com os valores do governo. As reformas educacionais, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a implementação da Reforma Francisco Campos refletiram a influência da eugenia, enfatizando a saúde e a higiene como componentes essenciais para o desenvolvimento da nação (Silva, 2003).

Desse modo, essas políticas educacionais buscavam transformar a educação brasileira, diminuindo a autonomia dos governos estaduais e centralizando o controle sob leis federais. A resistência a essas mudanças foi significativa, mas elas marcaram profundamente o sistema educacional do país e refletiram a visão eugênica de que a educação física e atitudes higienistas nas escolas eram fundamentais para ‘melhorar’ a população (Silva, 2003).

Além disso, o otimismo do início do século XX no Brasil, em contraste com a Europa pós-guerra, estava ligado ao pensamento eugênico. A regeneração racial era vista como a chave para a regeneração nacional e um papel mais proeminente no cenário internacional. A eugenia estava associada ao patriotismo e à ideia de progresso, refletindo um desejo de regeneração não apenas racial, mas também social e econômica (Silva, 2003).

Com o fortalecimento do Estado Novo sob Getúlio Vargas, as políticas eugênicas foram ampliadas, e ações sanitárias e políticas médicas foram implementadas para melhorar a saúde da população. Essas medidas refletiam a crença de que o país poderia superar suas ‘doenças’ e se regenerar através da ciência e do trabalho, superando, assim, a condenação racial e contribuindo para a construção de algumas políticas médicas efetivas (Silva, 2003).

As políticas sanitárias do governo Vargas, implementadas entre 1930 e 1945, refletiram uma complexa interseção de ideais sanitários, eugenistas e higienistas. A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, foi um período de transição significativa, marcado pela necessidade de reformas sociais e pela influência de movimentos como a Liga Pró-Saneamento e a Liga de Higiene Mental. Estas organizações, juntamente com o governo, promoveram ações que visavam ao desenvolvimento da sociedade brasileira através da melhoria das condições de saúde e trabalho, muitas vezes alinhadas com os ideais eugenistas da época (Silva, 2018).

Durante a Era Vargas, a saúde pública foi institucionalizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, e a previdência social e saúde ocupacional foram consolidadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Essas ações incluíram a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), que estenderam a previdência social à maior parte dos trabalhadores urbanos, refletindo um esforço para melhorar a saúde e o bem-estar da população trabalhadora (Silva, 2018).

Essas medidas, embora justificadas como essenciais para o progresso nacional, também carregavam consigo uma ideologia eugênica que buscava ‘melhorar’ a composição genética da população brasileira. A eugenia no Brasil, influenciada por teorias internacionais, foi adaptada a um contexto nacional que enfatizava a saúde e a higiene como meios de construir uma nação mais forte e produtiva (Silva, 2018).

Durante a Era Vargas, a eugenia teve uma forte presença nas propostas políticas e educacionais, especialmente no que diz respeito aos cuidados com o corpo, como o combate aos vícios, a maternidade consciente, o controle da imigração e a promulgação de leis trabalhistas (Pizolate, 2018).

A Constituição de 1934, que durou até 1937, era um documento de compromisso entre o liberalismo e o intervencionismo. Adotou, ao lado da representação política tradicional, a representação corporativa de influência fascista (Romano, 2020). Ao lado da clássica declaração de direitos e garantias individuais, inscreveu um título sobre a ordem econômica e social e outro sobre a família, a educação e a cultura, com normas quase todas programáticas, sob a influência da Constituição alemã de Weimar (Romano, 2020).

Em 1934, os eugenistas estavam bem organizados, fizeram lobby e conseguiram a aprovação de artigos baseados na teoria eugênica (Romano, 2020). O Artigo 138 da Constituição de 1934 determinava a responsabilidade da União, dos Estados e Municípios, nos termos da respectiva lei, do estímulo à educação eugênica, condicionando a educação como prática de melhoramento racial (Romano, 2020).

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

No ano de 1934, os defensores da eugenia estavam bem estabelecidos, exerceram influência e conseguiram a aprovação de artigos que se baseavam na teoria eugênica. Eles consideravam a imigração japonesa uma ameaça e, de maneira sutil, foi instituído um sistema

de cotas para cada nacionalidade. No entanto, o cálculo dessa cota foi manipulado para limitar os japoneses (Geraldo, 2007).

Com o Decreto-Lei 3.010, de 1938, a pessoa que solicitava o visto tinha que se apresentar pessoalmente ao cônsul para que o diplomata pudesse avaliar o candidato e relatar se era branco, negro, se tinha alguma deficiência física etc. (Geraldo, 2007). Nesse ínterim, o Brasil limitava a entrada de estrangeiros não brancos, aleijados, cegos, idosos, crianças com deficiências físicas e mentais. No entanto, ao mesmo tempo, havia interesse em receber imigrantes para ocupar o campo (Geraldo, 2007). Alguns argumentavam que os portugueses eram excelentes por serem católicos, vinham de um país que estava sob uma ditadura e falavam o mesmo idioma (Geraldo, 2007).

Como Rocha (2011) aponta, é muito provável que os incisos *a* e *f* do Artigo 138 da Constituição Federal de 1934 tenham sido fortemente influenciados pelas forças políticas que simpatizavam com a eugenia. No inciso *a*, que defende o “estímulo à educação eugênica”, a educação era vista como um meio de conscientização eugênica para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos. O objetivo era promover o casamento entre pessoas da mesma classe social e étnica, e não apenas o conhecimento de teorias e leis sobre hereditariedade.

No inciso *f*, saúde e higiene social foram discutidas no mesmo nível, sendo consideradas características hereditárias. Ou seja, as medidas legislativas e administrativas que impediam a propagação de doenças transmissíveis eram tratadas como fatores exclusivamente genéticos, e não sociais (Rocha, 2011).

As ações voltadas para a educação constituíam parte do que era conhecido como “eugenia positiva”. Como Octavio Domingues expressou, a eugenia positiva tinha como objetivo uma ação social que incentivasse a fecundidade dos indivíduos considerados normais, estabelecendo meios legais e humanitários que facilitassem a vida familiar e aumentassem os recursos necessários para a educação das crianças. As ações de natureza negativa geralmente tinham um caráter proibitivo para os indivíduos que possuíam uma condição hereditária ou congênita considerada prejudicial, com o objetivo de reduzir a presença de elementos raciais considerados inferiores.

De acordo com o autor, o PRP (Partido Republicano Paulista) havia sabiamente incluído na seção referente à organização educacional um item que previa a “organização de um plano geral para o desenvolvimento da eugenia no Brasil”, como Octávio Domingues mencionou em *A eugenia e os recentes programas políticos* (1933, p. 7).

Durante a Era Vargas, a eugenia teve uma forte influência nas políticas públicas e sociais, especialmente nas áreas de trabalho e saúde. As medidas sanitárias tomadas durante esse período estavam frequentemente vinculadas aos ideais sanitaristas, eugenistas e higienistas. A eugenia, como uma filosofia social que visa melhorar a qualidade genética da população humana, foi incorporada em várias políticas governamentais durante esse período. Isso incluiu esforços para melhorar a saúde pública através de programas de saneamento e saúde ocupacional (Silva, 2015).

Em 1930, o Governo Vargas instituiu o Ministério da Saúde e Educação Pública. Este ministério foi responsável por implementar várias medidas sanitárias com base na eugenia. Por exemplo, houve um foco na higiene nas áreas pobres da cidade, que eram consideradas propagadoras das “doenças” sociais. Essas medidas incluíam a melhoria do saneamento e a promoção de práticas de higiene pessoal. A ideia era que, ao melhorar as condições de vida nessas áreas, seria possível favorecer a saúde geral da população e, assim, “melhorar” a raça (Pizolate, 2018).

Além disso, a eugenia também influenciou a legislação trabalhista durante a Era Vargas. A ideia era que a promoção das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores causaria uma “melhoria” da raça. Isso incluiu a implementação de leis trabalhistas que promoviam condições de trabalho seguras e saudáveis, bem como a efetivação de práticas de saúde ocupacional (Padilha; Padilha; Zanetti, 2017).

A historiografia brasileira tem dedicado crescente atenção à complexa relação entre racismo, eugenia e movimento operário. Ao analisar esse entrelaçamento, é possível compreender como as desigualdades sociais e as hierarquias raciais moldaram a experiência dos trabalhadores negros no Brasil.

Segundo Gomes (2009), o racismo no Brasil não se limita à esfera individual, mas se manifesta de forma estrutural, permeando as instituições sociais e as relações de poder. No contexto do movimento operário, o racismo se expressou em desigualdades salariais, segregação no mercado de trabalho e limitação de oportunidades de ascensão social para os trabalhadores negros.

A eugenia, ideologia que defendia a melhoria genética da população através de políticas de controle reprodutivo, encontrou um terreno fértil no Brasil do início do século XX. Como aponta Schwarcz (1993), as ideias eugenistas influenciaram as políticas públicas brasileiras, legitimando o racismo e a discriminação contra os negros. A associação entre raça e características negativas, como a preguiça e a inferioridade intelectual, serviu para justificar a desigualdade social e a exclusão dos negros.

A participação dos trabalhadores negros no movimento operário brasileiro foi marcada por uma dupla jornada de luta: contra a exploração capitalista e contra o racismo. Como argumenta Munanga (2004), os trabalhadores negros enfrentaram uma série de obstáculos para se organizar e reivindicar seus direitos, devido à discriminação racial e à fragmentação da classe trabalhadora.

No entanto, a historiografia tem demonstrado que os trabalhadores negros desenvolveram diversas estratégias de resistência. A formação de sindicatos, associações e movimentos sociais, a utilização de símbolos e práticas culturais e a aliança com outros grupos sociais foram fundamentais para a luta por direitos e reconhecimento.

4 REVISTA DIGITAL: SILÊNCIO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS NEGROS NO MOVIMENTO OPERÁRIO (1930-1945)

O ensino de história é uma disciplina complexa que requer uma abordagem cuidadosa e bem fundamentada. Schmidt (2023) propõe uma abordagem teórica e metodológica para o ensino de história que está pautada na ciência de referência. Esta abordagem busca levar a ciência para a sala de aula de uma maneira que seja acessível e relevante para os alunos (Schmidt, 2023). Ela acredita que a história deve ser ensinada de uma maneira que permita aos alunos compreenderem o passado e como ele se relaciona com o presente.

Schmidt (2023) também estrutura a aula de História na mesma perspectiva de Jörn Rüsen, um renomado teórico da didática da história. Ela aborda a relação tipológica entre a vida prática e a ciência, destacando a importância de conectar o conhecimento teórico com a realidade vivida pelos alunos (Schmidt, 2023). Isso significa que o ensino de história não deve ser apenas uma recitação de fatos e datas, mas uma exploração de como esses eventos se encaixam no contexto maior da história humana.

Além disso, em um de seus textos, Schmidt (2023) discute a importância de considerar as diferenças regionais, sociais e étnicas no ensino de história. Ela argumenta que essas diferenças devem ser consideradas ao ensinar história, a fim de proporcionar uma educação mais inclusiva e representativa. Além disso, a autora destaca o peso das igrejas na origem e na vivência do conhecimento histórico escolar, ressaltando a influência da religião na formação da identidade histórica (Schmidt, 2023). Isso sugere que a história não é apenas uma série de eventos isolados, mas uma tapeçaria complexa de experiências e influências culturais.

O ensino de história da escravidão ou qualquer tema relativo à História e as minorias constitui um tema complexo que requer uma abordagem cuidadosa e bem fundamentada. Ivo e Guedes, em sua obra *Escravidão: Seus temas e problemas em aulas de História*, oferecem uma perspectiva única sobre este tema. Os autores discutem questões importantes sobre o ensino de história na educação básica, como o distanciamento entre as pesquisas de ponta nas universidades e o cotidiano escolar, e como superar essa distância (Ivo; Guedes, 2023).

Ivo e Guedes (2023) também exploram os desafios atuais e futuros que incidem sobre a área a partir da implementação, ou não, da Base Nacional Curricular Comum. Eles questionam como o presentismo, a militância política e uma pedagogia centrada na ‘realidade do aluno’, se exacerbadamente orientados por questões e identidades políticas e sociais da atualidade, podem levar ao anacronismo e à deturpação do ensino de história (Ivo; Guedes, 2023). Além disso, os pesquisadores abordam como as demandas sociais e políticas da contemporaneidade interferem

no ensino nos níveis básico, médio e superior. Eles argumentam que essas demandas, embora importantes, devem ser equilibradas com uma compreensão rigorosa e contextualizada da história da escravidão (Ivo; Guedes, 2023). As contribuições dos autores para a compreensão do ensino de história da escravidão são fundamentais. Seu trabalho oferece *insights* valiosos para educadores e pesquisadores, e continua a influenciar a maneira como a história da escravidão é ensinada nas salas de aula hoje (Ivo; Guedes, 2023).

A Lei nº 10.639, sancionada em 2003, marcou um momento significativo na educação brasileira. Ela tornou obrigatório o ensino da história africana, afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras (Lei nº 10.639, 2003). Esta lei representa um passo importante para a inclusão e o reconhecimento da diversidade cultural e histórica do Brasil. A lei acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) os artigos 26-A e 79-B, que estabelecem o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras (Lei nº 10.639, 2003). O artigo 26-A especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional (Lei nº 10.639, 2003). Esta lei tem implicações profundas para o ensino de história, pois desafia os educadores a repensar a maneira como a história é ensinada, incentivando-os a incluir perspectivas e vozes muitas vezes marginalizadas. Além disso, a lei destaca a importância de ensinar aos alunos sobre a rica e diversificada história da África e da diáspora africana (Lei nº 10.639, 2003).

No entanto, a implementação desta lei tem sido um desafio. De acordo com um estudo de 2018, a implementação da Lei nº 10.639/03 é atravessada por uma série de controvérsias, e a efetivação e a difusão desta medida caminham a passos demasiadamente lentos (Camata, 2018). O estudo discute os fatores dificultadores e facilitadores para a implementação da lei, e propõe pensar currículo e proposta político-pedagógica entendendo que excelência educacional é uma questão que não deve ser descolada da noção de equidade (Camata, 2018).

Outro estudo de 2014 analisa a formação de professores com vistas à implementação do estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira, conforme dispõe a lei federal nº 10.639/2003 (Tiburtino, 2014). O estudo evidencia a invisibilidade do tema investigado antes do ano 2000 e a crescente demanda pelos estudos desta natureza nos anos posteriores (Tiburtino, 2014). A lei representa um marco na educação brasileira. Todavia, a implementação desta lei tem sido um desafio, e é necessário um esforço contínuo para garantir que a história africana, afro-brasileira e indígena seja adequadamente ensinada nas escolas brasileiras (Pereira; Rodrigues, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, estabelece um conjunto de habilidades e competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo de

sua jornada educacional (BNCC, 2017). No campo do ensino de história, a BNCC propõe uma progressão de habilidades do 1º ao 9º ano, exigindo que os professores dos anos iniciais e finais trabalhem juntos para manter seus programas curriculares alinhados, favorecendo a transição e a integração entre as etapas da educação básica (BNCC, 2017).

No entanto, a implementação dessas habilidades e competências no ensino de história tem sido desafiador. Os professores podem enfrentar dificuldades para integrar essas habilidades e competências em suas práticas de ensino, especialmente se não tiverem recebido formação adequada nessa área (Silva, 2021). Além disso, a falta de recursos e apoio institucional pode dificultar a implementação efetiva dessas habilidades e competências (Silva, 2021).

Apesar dessas dificuldades, o uso de habilidades e competências no ensino de história tem muitos benefícios. Ele pode ajudar os alunos a desenvolverem uma compreensão mais profunda e matizada da história, e a se tornarem pensadores críticos e engajados (Silva, 2021). Além disso, o desenvolvimento dessas habilidades e competências pode preparar os alunos para o sucesso em uma variedade de campos e carreiras, e pode contribuir para a formação de cidadãos informados e ativos (Silva, 2021).

Em suma, a implementação das habilidades e competências no ensino de história é um processo complexo que apresenta tanto desafios quanto oportunidades. É necessário um esforço contínuo para superar as barreiras à implementação e para aproveitar ao máximo os benefícios potenciais dessas habilidades e competências (Silva, 2021).

A pedagogia histórico-crítica constitui uma alternativa aos modelos pedagógicos reprodutivistas e ao modelo bancário tradicional. Conforme essa perspectiva, acredita-se que a escola pode contribuir para a transformação social, desafiando os modelos apresentados pelas escolas como aparelho ideológico do estado e a serviço do capitalismo (Saviani, 2015). O domínio do conhecimento é uma das ferramentas que a classe dominante usa para neutralizar ações potencialmente revolucionárias. Portanto, é essencial que a escola pública desempenhe seu papel de garantir a socialização dos conhecimentos construídos historicamente pela humanidade (Saviani, 2015). A proposta entende que a escola é formada a partir de elementos sociais e é influenciada pelo modo de produção capitalista, que é dividido em classes com interesses antagônicos (Saviani, 2008). Portanto, a escola sofre com conflitos de interesses. A classe dominante não tem inclinação à transformação histórica da escola, pois entende que a manutenção das estruturas a favorece e, conseqüentemente, possibilita a preservação de seu domínio. O princípio fundamental é defender o acesso da classe trabalhadora ao patrimônio cultural humano desenvolvido pela sociedade ao longo dos séculos. O conteúdo tem um papel

essencial no processo de educação formal, uma vez que a aquisição de conteúdo pelos estudantes passa a ser central no processo educativo (Saviani, 2015).

Além disso, a pedagogia histórico-crítica é um marco na educação brasileira, embora seja pouco praticada no cotidiano escolar. Seus fundamentos epistemológicos estão no Método Dialético de Elaboração do Conhecimento e na Teoria Histórico-Cultural. Ela mantém uma relação íntima com a realidade escolar presente, sendo esta a raiz de sua origem e tendo sido pensada para as problemáticas hodiernas e comuns a educadores e educandos. A pedagogia histórico-crítica parte do princípio da relação entre história e filosofia como elementos fundantes para compreender e efetivar a prática pedagógica na esfera escolar. Ela busca a elaboração de uma concepção pedagógica em consonância com a concepção de mundo e de homem própria do materialismo histórico (Saviani, 2012). Trata-se de uma teoria que concebe a pedagogia como capaz de influenciar os rumos de uma sociedade. Ela é crítica no sentido de acreditar numa sociedade que é capaz de – ela mesma – interferir nas práticas educacionais (Maia; Sacardo, 2023).

A prática pedagógica na esfera escolar deve, de maneira predominante, estar fundamentada por uma determinada teoria pedagógica, isto é, uma pedagogia. Por consequência, nas entrelinhas das distintas pedagogias existem elementos teórico-metodológicos que devem elucidar aspectos pertinentes para a prática pedagógica, tais como: concepção de mundo, concepção de educação, relação entre professor e aluno, método de ensino etc. (Maia; Sacardo, 2023). A pedagogia histórico-crítica é uma prática pedagógica que visa trabalhar o saber sistematizado transformando-o em saber significativo, de modo que, no processo de transmissão e assimilação, o aluno seja capaz de realizar conexões relevantes entre as diversas disciplinas e a realidade contextual da qual ele faz parte, entendendo o conhecimento como historicamente elaborado (Gasparin, 2005).

Por meio de uma abordagem fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, incentivamos os estudantes a analisar o passado com um olhar questionador e reflexivo, reconhecendo a importância de entender o contexto histórico e social para formar cidadãos conscientes e críticos. Assim, a revista explora temas como o racismo na historiografia, a invisibilização de grupos marginalizados e o papel dos excluídos na história, promovendo uma visão mais inclusiva e diversificada do passado.

“O Operário da História” é uma publicação digital pioneira, dedicada a resgatar e amplificar as narrativas dos que foram marginalizados e esquecidos por parte da historiografia tradicional. Nosso propósito é abrir caminho para que as histórias não contadas e as vozes que o tempo tentou silenciar sejam ouvidas. Comprometemo-nos a oferecer aos alunos do ensino

médio ferramentas para uma análise crítica da sociedade, destacando a importância da contribuição de cada um na tessitura dos eventos históricos.

A ideia da revista surgiu da necessidade de tornar minha dissertação acessível aos estudantes, enfatizando a discussão sobre o movimento operário e, em especial, o papel das pessoas negras nessa história. Frequentemente, os alunos não percebem que a história é construída por pessoas comuns, como nós, e tendem a imaginar figuras heroicas realizando grandes feitos. A Era Vargas, um dos temas recorrentes em vestibulares e material didático, muitas vezes omite a contribuição das pessoas comuns, particularmente dos negros.

Ao analisar os livros didáticos, notei a ausência dessa narrativa e a necessidade de destacar o protagonismo desses indivíduos anônimos. Logo, a revista foi criada para recontar os eventos históricos de maneira mais palpável e alinhada à realidade dos estudantes. Durante a concepção da revista, busquei a opinião dos alunos sobre o conteúdo, desde a escolha das cores até as ilustrações, memes e imagens, transformando-a em um projeto colaborativo.

Vivemos em um mundo digital, e essa revista reflete essa realidade, podendo ser útil para todos. Como professores, raramente temos acesso a materiais que abordam a participação ativa das pessoas negras na história do movimento operário. Essa revista serve como um recurso valioso para introduzir essas discussões em sala de aula.

Ela é particularmente relevante para alunos do terceiro ano do Ensino Médio, servindo como preparação para o vestibular e como um recurso educacional a fim de enriquecer o ensino da história, melhorar a sociedade e empoderar os estudantes como agentes ativos em seu aprendizado.

Minha experiência como educador revelou a necessidade de materiais didáticos que vão além do convencional, promovendo uma conexão mais profunda com a realidade dos alunos e suas diversas origens sociais. Acredito firmemente que a educação deve ser um diálogo, onde os estudantes se veem refletidos e ouvidos, contribuindo ativamente para o conteúdo que lhes é destinado.

Na criação da revista esse princípio orientou cada decisão. Os alunos participaram ativamente, sugerindo ajustes e conteúdo que ressoassem com suas vivências. Eles preferiram textos concisos e diretos, que permitissem uma compreensão rápida e a capacidade de estabelecer conexões relevantes. Essa abordagem é essencial, especialmente ao abordar temas como movimentos operários, racismo e preconceito, que são cruciais para entender a dinâmica social e a história de grupos frequentemente marginalizados, como os estudantes negros e pardos em escolas públicas.

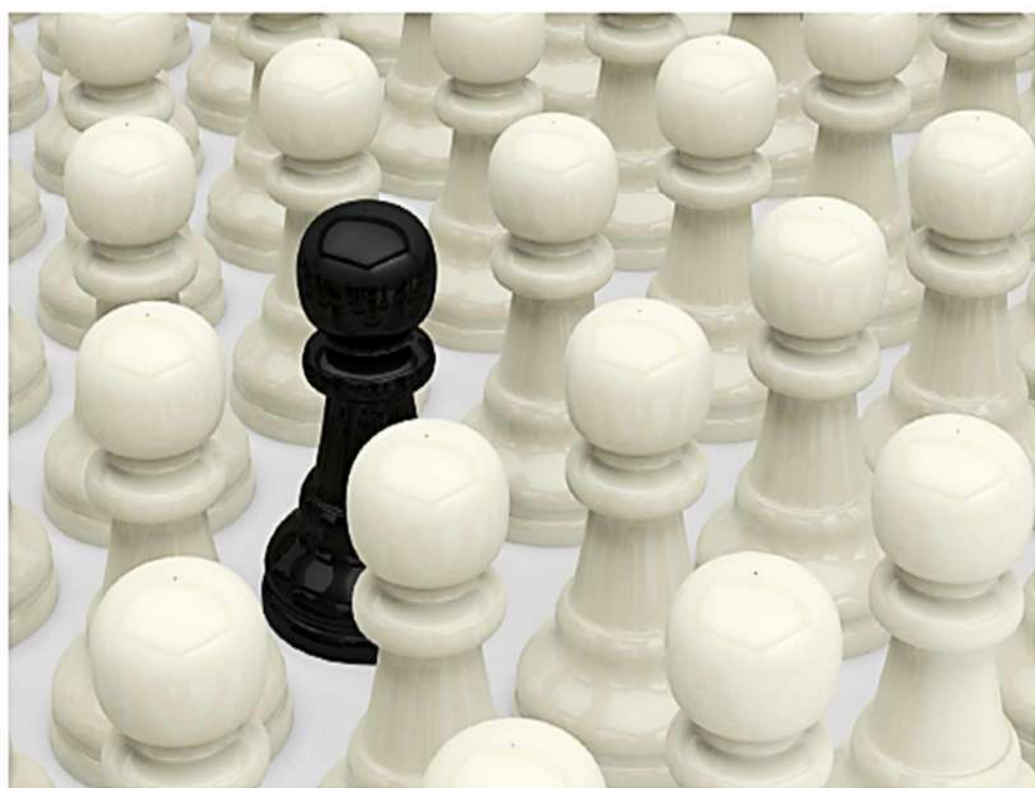
A educação, portanto, é vista como um agente de mudança, um meio revolucionário que não apenas informa, mas também capacita e inspira. Mesmo que, como professores, possamos, às vezes, errar, nosso objetivo é sempre situar o estudante no centro do processo educativo, equipando-o com o conhecimento e os instrumentos necessários para transformar sua própria realidade.

Durante o desenvolvimento da revista a colaboração dos alunos foi inestimável. Como mencionado anteriormente, eles participaram de tudo, desde a escolha das cores até a decisão sobre a inclusão de perguntas. Essa interação foi incrivelmente gratificante e, sem dúvida, o aspecto mais emocionante de todo o meu trabalho acadêmico. Aguardo ansiosamente o momento em que poderemos compartilhar o produto final com eles.

A diversidade de recursos presentes em “O Operário da História” contribui para um aprendizado mais completo e significativo. A inclusão de questões de vestibulares anteriores, além de preparar os alunos para os desafios acadêmicos, os estimula a aplicar os conhecimentos adquiridos em diferentes contextos. A combinação de recursos visuais, indicações de músicas e filmes torna as aulas mais dinâmicas e envolventes, facilitando a compreensão de conceitos complexos e a construção de um conhecimento mais abrangente. Ao explorar a história através de diferentes mídias, os alunos são convidados a pensar de forma crítica e a questionar as narrativas históricas estabelecidas.

Nas páginas seguintes apresentamos a revista digital, por meio da captura de imagens. Esperamos que esta revista sirva como uma ferramenta valiosa para os estudantes, ajudando-os a desenvolver uma compreensão crítica da história e a reconhecer a importância de todos os indivíduos na construção do nosso passado coletivo.

SILÊNCIO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS NEGROS NO MOVIMENTO OPERÁRIO (1930-1945)



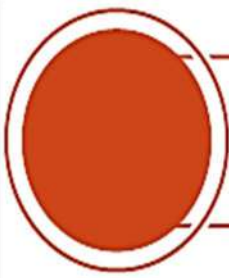
EDIÇÃO I

Mestrando: Marcelo Prado
Moreira Almeida (Xêxa)
Orientadora: Isnara Pereira Ivo
Diagramação: Letícia Ferreira



PROF HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



EDITORIAL

O silêncio na historiografia sobre os negros no movimento operário: Uma nova perspectiva para o ensino da Era Vargas

A revista "O silêncio na historiografia sobre os negros no movimento operário" propõe uma abordagem inovadora e crítica para o ensino da história, especialmente no contexto da Era Vargas. Ao convidar os estudantes a adotarem um olhar mais atento e questionador sobre o passado, a publicação busca desmistificar narrativas históricas tradicionais e promover uma compreensão mais profunda e complexa dos processos históricos.

Uma proposta pedagógica rica e diversificada

A revista pode ser utilizada de diversas formas em sala de aula, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Uma sugestão é integrá-la a uma aula expositiva sobre a Era Vargas, combinando a teoria com a prática. Após a apresentação dos principais acontecimentos e características do período, os estudantes podem ser desafiados a resolver questões sobre o tema, aprofundando seus conhecimentos e estimulando o pensamento crítico. Para complementar a abordagem, a exibição do filme "Olga" pode proporcionar uma experiência imersiva e emocionante. O professor pode elaborar um roteiro de análise, orientando os alunos a observarem elementos como a representação da mulher, a luta política, a censura e a relação entre o indivíduo e o Estado. Essa atividade permite que os estudantes estabeleçam conexões entre a história e a ficção, desenvolvendo habilidades de interpretação e análise de diferentes fontes históricas.

O movimento operário e a questão racial

Um dos pontos fortes da revista "O silêncio na historiografia sobre os negros no movimento operário" é a sua atenção para as questões sociais e as desigualdades. Ao abordar o movimento operário, a publicação convida os estudantes a refletir sobre a participação dos trabalhadores negros nesse processo e a questionar por que suas histórias muitas vezes são invisibilizadas nos livros didáticos.

A utilização de textos da própria revista, que tratam especificamente do tema do racismo e da eugenia, permite que os estudantes aprofundem sua compreensão sobre as relações raciais no Brasil e as suas implicações para a história do trabalho. Ao confrontar as ideias eugenistas com as experiências dos trabalhadores negros, os alunos podem desenvolver uma consciência crítica sobre a construção das identidades e a importância da luta por direitos.



EDITORIAL

Benefícios da utilização da revista em sala de aula:

Desmistificação de narrativas históricas: A revista contribui para a construção de uma visão mais crítica e complexa da história, questionando as narrativas dominantes e valorizando as vozes marginalizadas.

- **Desenvolvimento de habilidades:** Estimula o desenvolvimento de habilidades como análise de fontes históricas, pensamento crítico, interpretação de textos e produção de argumentos.
- **Engajamento dos estudantes:** Torna o aprendizado da história mais dinâmico e interessante, despertando a curiosidade e o interesse dos estudantes.
- **Interdisciplinaridade:** Permite a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como história, sociologia, filosofia e literatura.

Conclusão

A revista "O silêncio na historiografia sobre os negros no movimento operário" representa uma ferramenta valiosa para professores que buscam renovar suas práticas pedagógicas e oferecer aos seus alunos uma educação histórica mais relevante e engajadora. Ao utilizar a revista em sala de aula, os professores podem contribuir para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e engajados com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Possíveis atividades complementares:

- Debate sobre a importância da memória e da luta por direitos.
- Produção de trabalhos escritos ou audiovisuais sobre a temática.
- Visita a museus e centros de memória.
- Convite a pesquisadores e ativistas para palestras e debates.



RACISMO E EUGENIA NA ERA VARGAS



- 05 GOVERNO PROVISÓRIO
- 06 GOVERNO CONSTITUCIONAL
- 07 ESTADO NOVO
- 13 MOVIMENTO OPERÁRIO NEGRO
- 16 RACISMO
- 17 EUGENIA

O GOVERNO PROVISÓRIO

(1930-1934)

O Governo Provisório começou com a Revolução de 1930, que derrubou o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, eleito nas eleições fraudulentas de 1930. A Revolução de 1930 foi liderada por uma aliança entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que se sentiam prejudicados pela política do café com leite, que favorecia São Paulo e Minas Gerais alternadamente na presidência da República. Essa aliança ficou conhecida como Aliança Liberal e tinha como candidato à presidência Getúlio Vargas, que era governador do Rio Grande do Sul.

Com a vitória da Revolução de 1930, Vargas assumiu o poder como presidente provisório, sem ter sido eleito pelo povo. Ele dissolveu o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais, e nomeou interventores federais para governar os estados. Ele também criou novos ministérios, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, para modernizar o país e atender às demandas dos trabalhadores urbanos e dos intelectuais.

No entanto, o Governo Provisório enfrentou resistências de vários setores da sociedade, que exigiam a convocação de uma Assembleia Constituinte e a realização de eleições. A oposição mais forte veio de São Paulo, que se sentia prejudicado pela perda de poder político e econômico. Em 1932, os paulistas iniciaram uma rebelião armada contra Vargas, chamada de Revolução Constitucionalista, que foi derrotada pelas forças federais.



<https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%AAdias/on-october-7-1933-in-official-visit-in-rio-de-fotografia-de-not%C3%AAdias/105217232?adppcpup=true>

Para acalmar os ânimos, Vargas prometeu fazer uma nova Constituição para o país e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte em 1933. A Assembleia Constituinte elaborou a Constituição de 1934, que foi promulgada em 16 de julho de 1934. Essa Constituição estabeleceu o voto secreto, o voto feminino, o ensino primário gratuito e obrigatório, a Justiça do Trabalho, a nacionalização das empresas e a intervenção do Estado na economia. A Constituição de 1934 também elegeu indiretamente Vargas como presidente constitucional, para um mandato de quatro anos.

GOVERNO CONSTITUCIONAL

(1934-1937)



gettyimages
Credit: Hulton Archive

<https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%A1cias/get%C3%ADo-don%C3%A9s-vargas-the-rancher-lawyer-and-fotografia-de-not%C3%A1cias/3422700>

O QUE
VARGAS
QUERIA
MESMO?



O Governo Constitucional foi marcado por uma grande instabilidade política e social, causada pela polarização entre as forças de esquerda e de direita, que disputavam o poder e o rumo do país. A esquerda era representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), que defendiam uma revolução socialista, a reforma agrária, a nacionalização das empresas estrangeiras e a luta contra o fascismo. A direita era representada pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que defendia uma ditadura nacionalista, corporativista e anticomunista, inspirada no fascismo italiano.

Em 1935, a esquerda tentou um levante armado contra Vargas, conhecido como Intentona Comunista, que foi rapidamente reprimido pelo governo, que prendeu e torturou milhares de suspeitos, entre eles o líder comunista Luís Carlos Prestes. Em 1937, a direita tentou um golpe de Estado contra Vargas, conhecido como Plano Cohen, que foi denunciado pelo governo, que usou o episódio como pretexto para fechar o Congresso Nacional, cancelar as eleições presidenciais previstas para aquele ano e instaurar uma ditadura, chamada de Estado Novo.

ESTADO NOVO

O Estado Novo foi a fase mais autoritária e repressiva da Era Vargas, em que ele governou sem oposição e sem limites constitucionais. Em 10 de novembro de 1937, Vargas anunciou uma nova Constituição para o país, que ficou conhecida como Polaca, por ser inspirada na Constituição da Polônia, que era um regime fascista. A Constituição Polaca extinguiu os partidos políticos, instituiu o regime corporativo, que organizava a sociedade em categorias profissionais controladas pelo Estado, e acabou com a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dando a Vargas o poder de legislar por decretos-leis.

O Estado Novo também criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era o órgão responsável pela censura e pela manipulação da informação, que visava criar uma imagem positiva de Vargas e do seu governo, e uma ideologia nacionalista e populista, que exaltava o Brasil como uma nação forte, unida e progressista. O DIP também promovia eventos culturais e artísticos, como o rádio, o cinema e a música, que serviam para divulgar os valores e os símbolos do Estado Novo, como o hino nacional, a bandeira nacional e o slogan "Ordem e Progresso".





<https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%A1cias/this-is-a-view-of-a-giant-gathering-in-front-of-fotografia-de-not%C3%A1cias/515547680?adppopup=true>

O Estado Novo também se destacou pela sua política trabalhista, que concedeu vários direitos aos trabalhadores urbanos, como o salário mínimo, a carteira de trabalho, o seguro social, a legislação previdenciária, as férias remuneradas, o descanso semanal, o 13º salário, entre outros. Esses direitos foram consolidados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943. A política trabalhista de Vargas tinha como objetivo aumentar a produtividade, agradar os trabalhadores e evitar greves e revoltas. Por isso, Vargas também criou o imposto sindical, que obrigava os trabalhadores a se filiarem aos sindicatos oficiais, controlados pelo Estado, e a pagar uma taxa anual ao governo. Assim, Vargas impedia a formação de sindicatos independentes e reprimia qualquer manifestação contrária aos seus interesses.

O Estado Novo também se envolveu na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que foi um conflito global entre os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os países Aliados (Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética e outros). Inicialmente, Vargas manteve uma posição neutra, mas depois se aproximou dos Estados Unidos, que ofereceram ajuda financeira e militar ao Brasil em troca de bases militares no Nordeste e de apoio na guerra. Em 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo e declarou guerra à Alemanha e à Itália, após o ataque de submarinos alemães a navios brasileiros no Atlântico. Em 1944, o Brasil enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália, ao lado dos Aliados. A participação do Brasil na guerra aumentou o prestígio internacional do país e fortaleceu o sentimento de patriotismo e de democracia entre os brasileiros..

O fim do Estado Novo ocorreu em 1945, quando a Segunda Guerra Mundial terminou com a vitória dos Aliados e a derrota dos regimes fascistas. Nesse contexto, aumentou a pressão interna e externa para que Vargas restaurasse a democracia no Brasil e convocasse eleições. Vargas tentou resistir, mas foi deposto por um golpe militar liderado pelo general Góis Monteiro, que exigiu a sua renúncia. Vargas deixou o poder em 29 de outubro de 1945, mas não abandonou a vida política. Ele voltaria a ser eleito presidente em 1950, pelo voto popular, iniciando uma nova fase da sua trajetória, conhecida como Segundo Governo Vargas

AGORA É SUA VEZ VAMOS TESTAR SEU CONHECIMENTO?

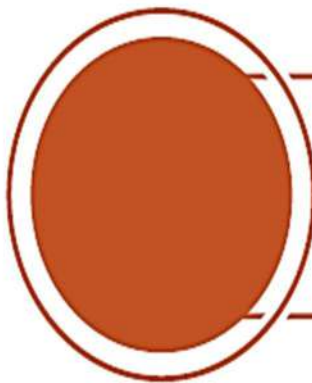
Enem/2017) Durante o Estado Novo, os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte da empolgação e envolvimento das "multidões" através das mensagens políticas. Nesse tipo de discurso, o significado das palavras importa pouco, pois, como declarou Goebbels, "não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter determinado efeito".

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

O controle sobre os meios de comunicação foi uma marca do Estado Novo, sendo fundamental à propaganda política, na medida em que visava

- a) conquistar o apoio popular na legitimação do novo governo.
- b) ampliar o envolvimento das multidões nas decisões políticas.
- c) aumentar a oferta de informações públicas para a sociedade civil.
- d) estender a participação democrática dos meios de comunicação no Brasil.
- e) alargar o entendimento da população sobre as intenções do novo governo.





AGORA É SUA VEZ VAMOS TESTAR SEU CONHECIMENTO?



NOVO REGIME... NOVA ROUPA

- A nova roupa, Excelência.

- Um pouquinho apertada...

Os movimentos...

compreende ?

Nássara

"Suplemento Bom Humor, 1934"

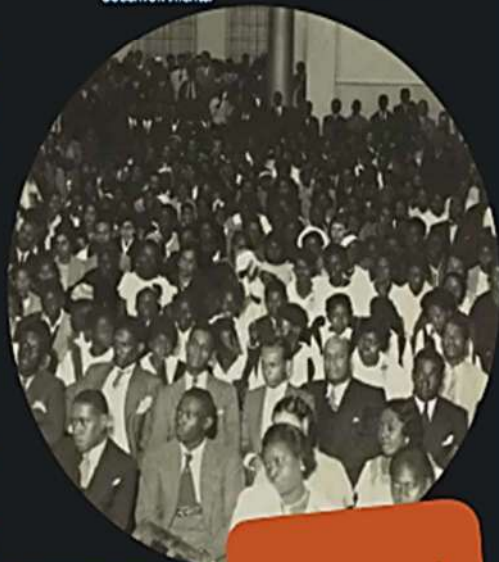
- a) assumir a presidência da República, após a sua eleição indireta pela Assembleia Constituinte.
- b) liderar um golpe militar, instaurando um período histórico conhecido por Estado Novo.
- c) disputar as eleições diretas para a presidência da República, no contexto da redemocratização do país.
- d) executar os princípios do Plano Cohen, visando impedir o avanço dos comunistas e dos integralistas ao poder.
- e) comandar uma revolução constitucionalista, contra a oligarquia do setor agroexportador.

Um dos exemplos mais importantes do movimento operário negro foi a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, em São Paulo, por um grupo de intelectuais, jornalistas, advogados, médicos, professores, comerciantes e operários negros. A FNB tinha como objetivo principal defender os interesses e os direitos dos negros no Brasil, combatendo o racismo e a discriminação, e promovendo a valorização da cultura e da história afro-brasileira. A FNB se expandiu por vários estados brasileiros, chegando a ter mais de 200 mil filiados, e se tornou um partido político em 1936, lançando candidatos negros para as eleições. A FNB também realizava atividades educacionais, culturais, assistenciais e recreativas, como cursos, palestras, bibliotecas, jornais, revistas, teatros, cinemas, orquestras, corais, escolas, creches, hospitais, farmácias, clubes, bailes, entre outras. A FNB foi extinta em 1937, quando Vargas deu um golpe de Estado e instaurou o Estado Novo, uma ditadura que proibiu todos os partidos e organizações políticas.

Outro exemplo significativo do movimento operário negro foi a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1938, no Rio de Janeiro, por um grupo de operários negros, liderados por Abdias do Nascimento, um ativista, artista e intelectual negro. A UHC tinha como objetivo principal lutar contra a opressão e a exploração dos trabalhadores negros, denunciando as injustiças e as violações de seus direitos, e exigindo melhores condições de vida e trabalho. A UHC também realizava atividades educacionais, culturais, artísticas e esportivas, como cursos, palestras, bibliotecas, jornais, revistas, teatros, exposições, saraus, festivais, grupos musicais, grupos de capoeira, entre outras. A UHC foi dissolvida em 1942, por pressão do governo e da polícia, que perseguiam e reprimiam as organizações negras.



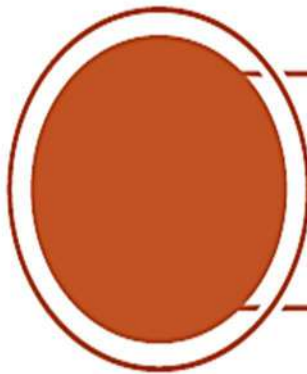
<http://pdt.org.br/index.php/a-era-vargas-e-o-desenvolvimento/>



https://static.todamateria.com.br/uploads/movimento-negro/frenta-negra-brasileira-1935-cke.jpg?auto_optimize=low

**Ta prestando
atenção?**





O SILÊNCIO DA HISTORIOGRAFIA

A industrialização e a proletarianização dos negros no Brasil foram fenômenos tardios e complexos. Infelizmente, a historiografia brasileira por muito tempo ignorou ou marginalizou os trabalhadores negros, que constituíram a maioria dos operários urbanos após a abolição da escravidão. No entanto, essa lacuna está sendo preenchida por novas pesquisas que exploram não apenas questões de classe, mas também de raça, gênero, cultura e identidade no movimento operário brasileiro.

Apesar da imagem difundida de uma "democracia racial" no Brasil, a realidade é diferente. O racismo persiste, manifestando-se na desigualdade social, violência, exclusão e preconceito. Para compreender essa contradição, é essencial analisar as raízes históricas e culturais do racismo, que remontam à escravidão e à dominação senhorial.

O movimento operário no Brasil não se limitou apenas a questões de classe. Raça, gênero, cultura e identidade também desempenharam papéis importantes. As experiências acumuladas durante a escravidão por escravos e libertos foram compartilhadas com os trabalhadores livres, influenciando suas lutas e demandas. A composição diversificada do movimento operário incluía trabalhadores de diferentes origens étnicas e raciais.

As mulheres também desempenharam papéis cruciais no movimento operário. Enfrentando dupla opressão, elas lutaram não apenas por melhores condições de trabalho, mas também contra o machismo e a desigualdade de gênero. Além das reivindicações materiais, a cultura, a música, as festas e os laços de solidariedade foram elementos fundamentais para a coesão e a resistência dos trabalhadores.

MOVIMENTO OPERÁRIO NEGRO

O movimento operário negro foi uma expressão da luta dos trabalhadores negros por melhores condições de vida e trabalho, contra o racismo e a discriminação, e pela afirmação de sua identidade e cultura. Esse movimento se desenvolveu no Brasil entre 1930 e 1945, durante a chamada Era Vargas, um período marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no país.

A Era Vargas começou com a Revolução de 1930, que derrubou a República Velha, dominada pelas oligarquias agrárias, e levou ao poder Getúlio Vargas, um líder político do Rio Grande do Sul, apoiado por uma aliança de setores militares, industriais, urbanos e populares. Vargas implantou um governo autoritário, centralizador e nacionalista, que buscou modernizar o Brasil e ampliar a participação do Estado na economia e na sociedade. Entre as medidas de Vargas, destacam-se a criação do Ministério do Trabalho, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a instituição do salário mínimo, a regulamentação da jornada de trabalho, a criação da Justiça do Trabalho, a organização dos sindicatos oficiais, a criação da Petrobras, entre outras.

Essas medidas beneficiaram, em parte, os trabalhadores urbanos, que passaram a ter alguns direitos e garantias trabalhistas, mas também limitaram a autonomia e a liberdade de organização e manifestação dos sindicatos e dos partidos políticos. Além disso, as políticas de Vargas não contemplaram as demandas específicas dos trabalhadores negros, que continuaram sofrendo com o preconceito, a segregação, a marginalização e a exploração no mercado de trabalho e na sociedade. Os negros eram maioria entre os trabalhadores de baixa qualificação, de baixa renda e de baixa escolaridade, e enfrentavam dificuldades para ascender social e economicamente. Eles também eram vítimas de violência policial, de estereótipos negativos e de exclusão cultural.

Diante dessa situação, os trabalhadores negros se organizaram em diversas formas de resistência e de luta por seus direitos e por sua dignidade. Eles criaram associações, jornais, revistas, clubes, escolas, teatros, grupos musicais, religiosos e esportivos, que serviam como espaços de sociabilidade, de educação, de cultura, de lazer e de militância. Eles também participaram de greves, de manifestações, de comícios, de campanhas e de movimentos sociais, que reivindicavam melhores salários, melhores condições de trabalho, melhores oportunidades de emprego, melhores serviços públicos, melhores moradias, melhores políticas educacionais, melhores políticas culturais, melhores políticas de saúde, melhores políticas de segurança, entre outras.

Esses e outros exemplos mostram que o movimento operário negro foi uma força social e política importante na história do Brasil, que contribuiu para a construção da democracia, da cidadania, da diversidade e da identidade nacional. O movimento operário negro também deixou um legado de luta e de resistência para as gerações futuras de trabalhadores negros, que continuam enfrentando os desafios e os obstáculos impostos pelo racismo e pela desigualdade social no país.



<http://e2.static.brasescola.uol.com.br/bf/2024/03/trabalhadores-marchando-nas-ruas-de-sao-paulo-durante-a-greve-de-1917-uma-das-primeiras-do-movimento-operario-brasileiro.jpg>

RACISMO

O racismo é uma forma de discriminação e de violência baseada na ideia de que existem raças humanas superiores e inferiores, e que algumas características físicas, como a cor da pele, determinam a inteligência, a moral e a cultura das pessoas. O racismo tem origens históricas, sociais e políticas, e está relacionado com a exploração, a dominação e a exclusão de grupos humanos por outros.

Uma das fontes históricas do racismo é o mito de Cam, uma interpretação de um trecho da Bíblia que narra a maldição lançada por Noé sobre seu neto Canaã, filho de Cam, por ter visto a nudez de seu avô. Segundo essa interpretação, que surgiu na Idade Média, Cam seria o ancestral dos povos africanos, e sua descendência teria sido amaldiçoada com a cor da pele negra e a condição de escravidão.

Um dos autores que difundiu essa interpretação foi Santo Isidoro de Sevilha, um bispo e erudito espanhol do século VII, que escreveu uma obra chamada *Etimologias*, na qual ele tentava explicar a origem e o significado das palavras. Nessa obra, ele afirmava que o nome Cam significava "quente" em hebraico, e que por isso os seus descendentes teriam a pele queimada pelo sol. Ele também associava os filhos de Cam a vários povos considerados bárbaros, selvagens e inimigos dos cristãos, como os etíopes, os egípcios, os líbios e os cananeus.

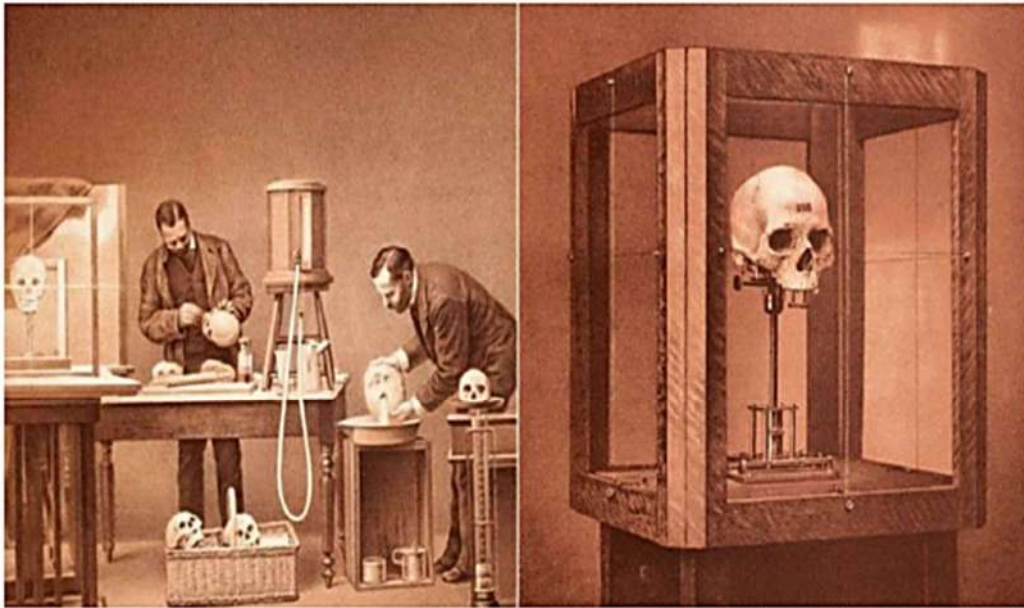


https://tinto.medium.com/v2/resize?fit=840/format=webp/1*CiqaqWpN-Mh13f2ll.jpg

A interpretação de Santo Isidoro e de outros autores medievais foi usada para justificar o racismo e a escravidão dos negros africanos, especialmente a partir dos séculos XV e XVI, quando os europeus iniciaram a colonização e o tráfico de escravos na África. Essa interpretação também influenciou a formação da sociedade brasileira, que foi marcada pela escravidão, pelo racismo, pelo embranquecimento e pela perseguição às religiões de matriz africana.

Portanto, o mito de Cam é um exemplo de como uma leitura distorcida e interessada de um texto sagrado pode servir para legitimar uma ideologia opressora e violenta, que nega a dignidade e a igualdade de todos os seres humanos.

RACISMO



<https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-difil-acreditar/>

O racismo biológico é uma forma de racismo que afirma que existem diferenças inatas e imutáveis entre as raças humanas, que determinam a sua inteligência, personalidade, moralidade e cultura. O racismo biológico também defende que as raças humanas podem ser classificadas em uma hierarquia de superioridade e inferioridade, e que algumas raças devem ser preservadas e outras eliminadas ou subjugadas.

Um dos principais teóricos do racismo biológico foi Joseph Arthur de Gobineau, um diplomata, escritor e filósofo francês do século XIX. Ele ficou conhecido como Conde de Gobineau, um título nobiliárquico que ele mesmo inventou. Ele escreveu uma obra chamada "Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas", publicada em 1855, na qual ele defendia que a raça branca era a mais pura, bela e civilizada de todas, e que as outras raças eram degeneradas, feias e bárbaras. Ele também afirmava que a miscigenação entre as raças era um processo que levava à decadência e à destruição da humanidade, e que a única solução era a preservação da raça branca.

As ideias de Gobineau tiveram uma grande influência na Europa e nas Américas, especialmente entre os defensores do colonialismo, do imperialismo, do nacionalismo e do fascismo. Elas também serviram para justificar a escravidão, o genocídio, a segregação e a discriminação de vários povos e grupos étnicos. No entanto, as ideias de Gobineau foram criticadas e refutadas por vários cientistas, historiadores e antropólogos, que demonstraram que não existem raças humanas biologicamente distintas, e que as diferenças entre os seres humanos são resultado de fatores históricos, culturais e sociais, e não de fatores genéticos.

EUGENIA

<https://www.goleias.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>



A eugenia é uma teoria que defende a ideia de que é possível melhorar as características genéticas da população humana por meio de intervenções artificiais, como a seleção reprodutiva, a esterilização, a manipulação embrionária, entre outras. O objetivo da eugenia é criar uma raça humana superior, eliminando ou reduzindo os indivíduos considerados inferiores, defeituosos ou indesejáveis.

A eugenia surgiu no século XIX, com o cientista inglês Francis Galton, que se inspirou na teoria da seleção natural de seu primo Charles Darwin. Galton acreditava que a inteligência, o caráter e o comportamento eram herdados geneticamente, e que algumas raças ou classes sociais eram mais dotadas do que outras. Ele propôs um sistema de casamentos planejados, baseado em critérios científicos, para favorecer a reprodução dos mais aptos e impedir a dos menos aptos.

A eugenia ganhou adeptos em vários países, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde foi usada para justificar políticas de controle de natalidade, de imigração, de segregação racial, de higiene social e de saúde pública. A eugenia também influenciou movimentos políticos, como o nazismo, o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, que defendiam a superioridade de algumas nações ou grupos sobre os outros, e que praticaram atrocidades contra os considerados inferiores, como o genocídio, a escravidão, a exploração e a discriminação.

O Brasil foi um dos primeiros países da América do Sul a adotar as ideias de eugenia, que chegaram ao país no início do século XX, por meio de publicações científicas e médicas. A eugenia brasileira se baseava no racismo e no branqueamento da população, buscando eliminar ou reduzir a influência dos negros, dos indígenas e dos imigrantes asiáticos na formação nacional. A eugenia brasileira também defendia a intervenção do Estado na regulação da reprodução, da educação, da saúde e da cultura dos brasileiros, visando o progresso e a civilização do país.

No Brasil, houve um movimento que defendia a intervenção na reprodução humana para melhorar a raça brasileira. Esse movimento, chamado de eugenia, contou com o apoio e a participação de vários segmentos da sociedade, como intelectuais, políticos, médicos e jornalistas. Eles fundaram sociedades, realizaram congressos, publicaram livros e artigos e propuseram leis relacionados à eugenia. No entanto, esse movimento também enfrentou resistência de alguns setores da sociedade, que questionavam os seus fundamentos científicos, éticos e sociais, e que defendiam a diversidade e a democracia como valores nacionais. A eugenia entrou em crise após a Segunda Guerra Mundial, quando as atrocidades cometidas pelos nazistas contra os judeus e outros povos foram reveladas ao mundo, e quando as ciências biológicas e sociais avançaram nos seus conhecimentos sobre a genética, a evolução e a cultura humana. A eugenia deixou de ser uma teoria científica respeitada e passou a ser uma ideologia ultrapassada e perigosa, que negava a dignidade e a igualdade de todos os seres humanos.

BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

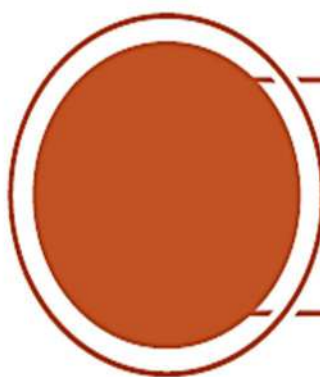
<p>EDITADO em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia Caixa Postal 2926 - Rio de Janeiro - Brasil</p>	<p>ABRIL DE 1929</p> <p>VOL. I - NUM. 4</p>	<p>Direção e Propriedade DR. REVATO KEHL Rua Smith Vasconcellos, 63 - (Aguas Fereiras) CAIXA POSTAL 2926 - RIO DE JANEIRO - BRASIL</p>
---	--	---

A EUGENIA tem por fim coope-
rar para o aumento progressivo dos
homens physica, psychica e moral-
mente sadios; para a diminuição pau-
latina do contingente dos fracos, do-
entes e degenerados, — concorrendo,
desse modo, para a constituição de
uma sociedade mais sã, mais morali-
zada, em summa, uma *humanidade*
equilibrada, composta de individuos
fortes e bellos, elementos de paz e de
trabalho. — R. Kehl.

EUGENICS is the study of agencies
under social control that may improve



<https://tab.uol.com.br/fac/pseudociencia-e-radiom-orienda-o-que-e-eugenia-e-seu-impacto-na-sociedade.htm>



AGORA É SUA VEZ VAMOS TESTAR SEU CONHECIMENTO?

Do ponto de vista sociológico, o Brasil se constituiu sobre o mito da democracia racial principalmente depois da publicação de Casa grande e senzala de Gilberto Freyre (2003). De acordo com Florestan Fernandes (1965) o ideal de miscigenação fora difundido como mecanismo de absorção do mestiço não para a ascensão social do negro, mas para a hegemonia da classe dominante. O mito da democracia racial assentou-se sobre dois fundamentos: 1) o mito do bom senhor; 2) o mito do escravo submisso. Analise as afirmações:

I. A crença no bom senhor exalta a vulgaridade das elites modernas, como diria Contardo Calligaris, e juntamente com uma espécie de pseudocordialidade seriam responsáveis pela manutenção e o aprofundamento das diferenças sociais.

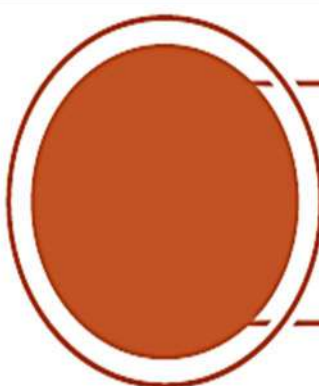
II. O mito do escravo submisso fez com que a sociedade de um modo geral não encarasse de frente a violência da escravidão, fez com que os ouvidos se ensurdescessem aos clamores do movimento negro, por direitos e por justiça.

III. As proposições legislativas sobre a inclusão de negros vão desde o Projeto de Lei que reserva aos negros um percentual fixo de cargos da administração pública, aos que instituem cotas para negros nas universidades públicas e nos meios de comunicação.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmações são verdadeiras.
- b) apenas a afirmação II é verdadeira.
- c) as afirmações I e III são verdadeiras.
- d) as afirmações I e II são falsas.
- e) todas as afirmações são falsas.





AGORA É SUA VEZ VAMOS TESTAR SEU CONHECIMENTO?

(UNICENTRO) "Quando se menciona o trabalho escravo no Brasil, a primeira lembrança é a da escravidão negra. Realmente, foi ela a mais marcante, a mais longa e terrível; mas o trabalho escravo se inicia no Brasil com a escravidão indígena" (Tomazi, Nelson Dácio (coordenador). Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 2000, p.62). Considerando a realidade estabelecida pela implantação do trabalho escravo dos negros africanos trazidos ao Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- a) As condições de vida dos escravos africanos eram terríveis, razão pela qual a média de vida útil deles não ultrapassava os quinze anos.
- b) Os negros africanos reagiram à escravidão das mais diversas formas: através das fugas, dos quilombos, da luta armada, da preservação dos cultos religiosos, da dança, da música.
- c) O negro é parte integrante da história brasileira, apesar dos muitos preconceitos que ainda persistem contra eles.
- d) O Brasil figura entre os primeiros países latino-americanos a declarar por meio de muitas leis, até a promulgação da lei áurea, a libertação de seus escravos.
- e) O fim do tráfico de escravos, no Brasil, ocorreu em meados do século XIX, quando começaram algumas experiências com a mão de obra assalariada de estrangeiros.



RESPOSTAS

Alternativa correta: a) conquistar o apoio popular na legitimação do novo governo.

A propaganda política no governo Vargas tinha como objetivo conquistar a população e controlar qualquer crítica ao governo. Desta maneira, o Estado Novo lança mão de recursos como músicas, festas, publicações e programas de rádio para transmitir em tom ufanista as realizações do Estado Novo.

Sendo assim, a única alternativa que contempla esta explicação é a letra "a".

Novamente uma questão que junta conhecimentos de história do Brasil com interpretação de texto.

Resposta:

Alternativa correta: a) assumir a presidência da República, após a sua eleição indireta pela Assembleia Constituinte.

O diálogo na caricatura revela que Vargas ainda tinha seus movimentos 'apertados' pelo Congresso e pela oposição, algo que não ocorreria após o golpe de 1937. Portanto, a alternativa correta é a letra 'a', quando Vargas ainda tinha seu poderes limitados pela Constituição e o parlamento.

(FGV/2003) Em 21 de dezembro de 1941, Getúlio Vargas recebeu Osvaldo Aranha, seu ministro das Relações Exteriores, para uma reunião. Leia alguns trechos do diário do presidente: "À noite, recebi o Osvaldo. Disse-me que o governo americano não nos daria auxílio, porque não confiava em elementos do meu governo, que eu deveria substituir. Respondi que não tinha motivos para desconfiar dos meus auxiliares, que as facilidades que estávamos dando aos americanos não autorizavam essas desconfianças, e que eu não substituiria esses auxiliares por imposições estranhas."

**VAMOS
APROFUNDAR**

<https://brasilecola.uol.com.br/historlab/era-vargas.htm>



**ASSISTA AO
FILME : OLGA**

Diretor: Jayme Monjardim



RESPOSTAS

Resposta

Letra A

Os dois primeiros tópicos da questão apóiam-se na perspectiva que o sociológico Florestan Fernandes tinha da formação da sociedade brasileira e na crítica feita à interpretação de Gilberto Freyre a essa formação. Estão corretas, na medida em que corroboram a visão de Florestan, e não como sentenças irrefutáveis a respeito da realidade histórica e da obra de Freyre. Já o terceiro tópico diz respeito às políticas públicas que reservam cotas para negros como sendo políticas de inclusão social. Esse tópico está correto na medida em que se confirma ser essa a alegação oficial do Estado para a implementação das políticas de cotas.

Letra D

Apesar de ter havido projetos para o fim da escravidão do Brasil desde a Independência (como foi o caso do projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, de 1823), o Brasil demorou muito a extinguir a escravidão. A primeira lei nesse sentido ocorreu em 1850. A Lei áurea só foi promulgada em 1888, o que fez do Brasil o último país do continente americano a dar fim ao regime escravista.

**QUER SABER
MAIS?**

<https://www.todamateria.com.br/eugenia/>



MOMENTO MUSICAL

<https://youtu.be/QcQlaoHajOM?si=T7Q0MwWQn2QqCfx0>

Música : Cota não é esmola | Composição : Bia Ferreira

Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola
Experimenta nascer preto na favela pra você ver
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
B

Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou! Não vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já dá uma hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não atrasa de novo, a diretora fala
Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é 3,80 e você tem 3 na mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'

E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais
O que você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora lá na rua ela é a preta do sovaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola

5 CONCLUSÃO

Ao iniciar esta pesquisa, a lacuna na historiografia sobre a participação dos trabalhadores negros no movimento operário brasileiro tornou-se evidente. À medida que aprofundei meus estudos, percebi que a produção historiográfica é, em grande medida, influenciada pelo contexto histórico e pelas questões que cada época considera relevantes. É natural que cada geração de historiadores, com suas próprias preocupações e perspectivas, produza novas interpretações sobre o passado.

Os historiadores do passado, ao analisarem o movimento operário brasileiro, frequentemente se concentraram nas grandes greves, nas ideologias que o inspiravam e nas lutas por melhores condições de trabalho. Essa perspectiva, embora importante, tendia a homogeneizar a classe trabalhadora, obscurecendo as particularidades das experiências de diferentes grupos sociais. A questão racial, por sua vez, era, muitas vezes, tratada de forma marginal ou mesmo silenciada.

É preciso considerar que o acesso a fontes históricas também influencia a maneira como os historiadores abordam determinados temas. As fontes disponíveis para o estudo da história do trabalho no Brasil, especialmente aquelas que documentam a experiência dos trabalhadores negros, são frequentemente fragmentadas, dispersas e difíceis de encontrar. A dependência de fontes oficiais, como registros sindicais e censos, pode limitar a nossa compreensão sobre a vida cotidiana e as lutas dos trabalhadores mais marginalizados.

Com o passar do tempo e a evolução dos debates acadêmicos, novas questões e perspectivas surgiram, permitindo-nos olhar para o passado com olhos mais críticos e aprofundados. Assim, ao analisar a participação dos trabalhadores negros no movimento operário, percebi que a historiografia tradicional, embora valiosa, tendia a subestimar o papel desses trabalhadores na construção da classe trabalhadora brasileira. Essa tendência pode ser explicada por diversos fatores, como o eurocentrismo presente em muitos estudos históricos, a ausência de fontes que documentem a experiência dos trabalhadores negros e a própria conjuntura histórica em que essas pesquisas foram realizadas.

Além da invisibilização histórica e das limitações das fontes, outra questão fundamental para compreender a participação dos negros no movimento operário brasileiro é a interseccionalidade de suas experiências. Os trabalhadores negros, especialmente as mulheres negras, enfrentavam uma dupla jornada de opressão, marcada tanto pela exploração de classe quanto pelo racismo. Essa interseccionalidade moldou suas lutas, suas formas de organização e suas estratégias de resistência.

As resistências negras, tanto dentro quanto fora das fábricas, foram diversas e criativas. Desde as formas mais sutis de sabotagem até a organização de movimentos sociais e sindicais próprios, os trabalhadores negros desenvolveram estratégias para desafiar as estruturas de poder e as desigualdades sociais. É importante destacar que essas resistências não se limitavam ao ambiente de trabalho, mas permeavam todos os aspectos da vida cotidiana.

Ao analisar a história do movimento operário brasileiro, é fundamental reconhecer a importância das redes de solidariedade e apoio mútuo que se formaram entre os trabalhadores negros. Igrejas, terreiros de candomblé, associações beneficentes e organizações, como a União dos Homens de Cor (UHC), desempenharam um papel crucial, oferecendo suporte emocional, material e espiritual, além de espaços para a discussão de questões políticas e sociais. Essa interseccionalidade, que combinava as lutas por direitos trabalhistas com as lutas por reconhecimento e valorização da identidade negra, moldou suas formas de organização e resistência. A utilização de símbolos, práticas culturais e manifestações artísticas, como o teatro experimental negro, tornou-se crucial para a afirmação da identidade negra e a luta por direitos. Essas resistências não se limitavam ao ambiente de trabalho, mas permeavam todos os aspectos da vida cotidiana, conectando-se com outras lutas sociais. A educação e a cultura também foram ferramentas importantes na construção da identidade negra e na luta por direitos, sendo promovidas por instituições como a UHC.

A invisibilização histórica da participação negra no movimento operário brasileiro é resultado de diversos fatores, como o eurocentrismo presente na historiografia, a falta de fontes primárias e a própria conjuntura histórica. No entanto, novas perspectivas e metodologias de pesquisa, como a história oral, a análise de fontes visuais e a interseccionalidade, têm permitido resgatar as vozes silenciadas e construir uma narrativa mais justa e completa sobre a história do trabalho no Brasil.

O varguismo, apesar de ter implementado importantes avanços na legislação trabalhista brasileira, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não abordou de forma direta a questão racial e as desigualdades históricas enfrentadas pelos negros. A política trabalhista varguista, embora tenha ampliado os direitos trabalhistas, não desconstruiu as estruturas raciais que permeavam a sociedade brasileira.

Assim, a construção da imagem de um Brasil unido e homogêneo, promovida por Vargas, era uma estratégia política que visava fortalecer o seu poder e legitimar o regime. O futebol, o samba e a propaganda estatal foram utilizados como ferramentas para a criação de um sentimento nacionalista que, no entanto, apagava as diferenças e as desigualdades sociais, em particular as relacionadas à raça.

A CLT, ao mesmo tempo em que estabeleceu direitos trabalhistas importantes, também contribuiu para a reprodução de desigualdades raciais. A legislação trabalhista, ao definir categorias profissionais e estabelecer hierarquias salariais, muitas vezes reforçava as discriminações existentes no mercado de trabalho. Os trabalhadores negros, historicamente concentrados em ocupações menos qualificadas e com menores salários, viam seus direitos limitados pela própria legislação trabalhista.

Os sindicatos, sob o controle do Estado, não eram espaços democráticos de representação dos trabalhadores. Embora alguns líderes sindicais tenham se esforçado para defender os interesses dos trabalhadores negros, a maioria dos sindicatos priorizava os interesses da classe trabalhadora como um todo, sem levar em conta as especificidades das diferentes categorias de trabalhadores.

É importante ressaltar que as experiências dos trabalhadores negros variavam de acordo com as diferentes regiões do Brasil e com as especificidades de cada setor econômico. As relações raciais no campo, nas cidades e nas diferentes regiões do país apresentavam características próprias, que influenciaram as formas de organização e as lutas dos trabalhadores negros.

A historiografia brasileira, por muito tempo, negligenciou a análise da participação dos negros no movimento operário. No entanto, novas pesquisas têm demonstrado a importância de considerar a dimensão racial na análise da história do trabalho no Brasil. Ao resgatar as vozes e as experiências dos trabalhadores negros, é possível construir uma narrativa mais completa e justa sobre a formação da classe trabalhadora brasileira.

O racismo no Brasil possui raízes profundas, sendo construído historicamente com base em um conjunto de ideias e práticas que hierarquizavam a sociedade conforme a cor da pele. Inicialmente vinculado a justificativas religiosas, o racismo se transformou, ao longo do século XIX, em uma ideologia com bases biológicas, influenciada pelo Darwinismo Social. Essa perspectiva, que defendia a superioridade racial dos brancos, foi amplamente difundida no Brasil, encontrando eco em diversos pensadores e intelectuais da época.

A ideia de embranquecimento da população brasileira e a crença de que a miscigenação levaria à degeneração da raça, foi dominante durante boa parte do século XX. Essa ideologia influenciou profundamente as políticas públicas e as relações sociais no país. O governo de Getúlio Vargas, por exemplo, embora tenha implementado algumas medidas trabalhistas, também adotou políticas eugenistas que visavam controlar a imigração e promover o branqueamento da população. A criação de leis que restringiam a entrada de imigrantes não

brancos e a promoção de políticas de saúde pública que visavam à melhoria da “raça” são exemplos dessas práticas.

Com o objetivo de levar essa discussão para a educação Básica, recorri à revista eletrônica didática *Silêncio na Historiografia sobre os Negros no Movimento Operário (1930-1914)*, a qual representa um marco na renovação do ensino de história, propondo uma abordagem inovadora que valoriza a diversidade de vozes e perspectivas. Ao dar voz aos atores sociais muitas vezes marginalizados nos grandes narrativos históricos, a revista democratiza o acesso ao conhecimento histórico e estimula a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Por meio de uma linguagem acessível, ela torna o estudo da história mais dinâmico e interessante, conectando o passado com o presente e promovendo a reflexão crítica sobre as questões sociais. Ao adotar uma ótica interdisciplinar, a revista conecta o conhecimento histórico com outras áreas do saber, como a sociologia, a economia e a cultura, formando cidadãos mais conscientes e engajados com as transformações sociais.

Acredito que seja fundamental resgatar a história desses trabalhadores, não apenas para corrigir uma injustiça histórica, mas também para compreender a complexidade e a diversidade do movimento operário brasileiro. Ao reconhecer a agência dos trabalhadores negros, podemos construir uma narrativa mais completa e justa sobre a formação da classe trabalhadora em nosso país. Ao valorizar as suas lutas, suas organizações e suas formas de resistência, podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa realizada sobre o racismo no Brasil, com foco na participação dos negros no movimento operário, durante o período de 1930 a 1945, contribui significativamente para a compreensão da complexidade e da persistência do racismo em nossa sociedade. Ao analisar a Era Vargas, a pesquisa desvela como as políticas governamentais, sob a égide do Estado Novo, moldaram e reforçaram as estruturas sociais e econômicas marcadas pela desigualdade racial. Práticas eugenistas e a valorização de um modelo de nacionalidade eurocêntrica foram institucionalizadas, evidenciando a interseccionalidade entre o racismo e outras formas de opressão, como as de classe e gênero. A análise da participação dos negros no movimento operário nesse período revela as estratégias de resistência e as lutas por direitos, mesmo diante de um contexto marcado pela discriminação racial. A pesquisa destaca a importância das resistências negras, tanto individuais quanto coletivas, na luta contra o racismo e por direitos sociais, e contribui para a revisão da historiografia brasileira, ao questionar as narrativas dominantes que tendem a minimizar o impacto do racismo na formação da sociedade brasileira.

Apesar dos avanços, a pesquisa apresenta algumas lacunas que podem ser exploradas em futuras investigações. A análise poderia aprofundar as especificidades regionais do racismo

no Brasil, considerar as experiências das mulheres negras e ampliar a análise para outras esferas da vida social, como a educação, a saúde e a justiça. A pesquisa poderia também examinar as manifestações contemporâneas do racismo.

A compreensão do racismo no Brasil é primordial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A pesquisa realizada demonstra a importância de analisar o passado para compreender o presente e construir um futuro mais promissor para todos. Ao desvelar as raízes históricas do racismo e as formas como ele se manifesta na sociedade contemporânea, a pesquisa contribui para o fortalecimento da luta antirracista e para a promoção da igualdade racial. A luta contra o racismo é um processo contínuo que exige a participação ativa de todos os setores da sociedade, e os resultados desta pesquisa podem servir como base para a elaboração de políticas públicas que visem combater o racismo e promover a igualdade racial, além de ser utilizada para desenvolver materiais didáticos e programas de educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, J. A.; NETO, J. C. S. O movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 41, p. 15-28, jan./jun. 2014.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANDREWS, G. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988): crítica e sugestões. **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 147-152, 1991.
- ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988**. Tradução de Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998. 333 p.
- ANTUNES, R. **A crise do sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, A. S. **A incorporação dos negros no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- ASSUNÇÃO, M. R.; VIEIRA, L. R. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 81-120, 1999.
- BARBOSA, M. **O pensamento de Florestan Fernandes pelo Movimento Negro**. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/08/22/o-pensamento-de-florestan-fernandes-pelo-movimento-negro/>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BARCELOS, G. L. “Era Vargas: a cultura popular e a legitimação da identidade nacional”. **Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est**, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2017. DOI: <http://orcid.org/0000-0001-6500-9960>
- BARRETO, T. **Dias e noites**. Rio de Janeiro: Garnier, 1881.
- BARRETO, T. **Estudos de filosofia e direito**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.
- BASTOS, L. R.; KELLER, V. **A pesquisa científica**. São Paulo: Sagra-Luzzatto, 1995.
- BATISTELA, A. O movimento operário no Brasil: da República Velha à Era Vargas. **Revista História & Luta de Classes**, n. 17, p. 11-22, jan./jun. 2015.
- BATISTELLA, A. A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unesc & Ciência - ACHS**, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015. Disponível em: Acesso em: 05 ago. 2023.
- BONGIOVANNI, P. C. A presença operária negra na historiografia brasileira: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p. 1-23, 2015.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. Art. 138 da Constituição Federal de 34. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10674598/artigo-138-da-constituicao-federal-de-1988#:~:text=138.,espec%C3%ADficas%20e%20as%20%C3%A1reas%20abrangidas>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARONE, E. **A Primeira República**. São Paulo: Editora Difel, 1969.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

CARVALHO, L. D. de. Sanear é eugenizar: a eugenia “preventiva” de Belisário Penna a serviço do saneamento do Brasil, 1920-1930. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 29, n. 3. Jul.-Sep. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702022000300004>

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CLÍMACO, T. Chão de Escola #28: Disparidades raciais nos mundos do trabalho entre a Primeira República e o Governo Vargas: raça e classe trabalhadora no Brasil. **Lehmt**, 2021. Disponível em: <https://es.wiktionary.org/wiki/removido>. Acesso em: 10 nov. 2023.

COSTA, J. **Luiz da Franca e Silva: um líder negro no movimento operário brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2022.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DIWAN, P. **Raça Pura: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, P. **Protagonismo Negro em São Paulo**. Edições Sesc SP, 2019.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, B. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997.

FAUSTO, B. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FELIPE, D. A., TERUYA, T. K. “Educação da população negra brasileira na formação da identidade nacional”. **Revista HISTEDBR**, On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 64, p. 111-133, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i64.8641931.

FENERICK, J. A. Noel Rosa e as transformações do samba na década de 1930. **Mneme – Revista de Humanidades**, 11(28), p. 1-18, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/351>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Dominus, 1990.

FERNANDES, F. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**, volume I. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREIRE, J. B. **Educação e mudança**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Negros na indústria**. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2024.

GELEDES. **A inserção do negro no mercado de trabalho**. 2013. Disponível em: Rede conecta profissionais negros ao mercado de trabalho. Disponível em: geledes.org.br. Acesso em: 15 fev. 2024.

GELEDÉS. **O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar**. 2017.

GERALDO, E. **O perigo alienígena: Política Migratória e pensamento racial na Era Vargas**. Orientador: Professor Dr. Michael MacDonald Hall. 2007. 238 p. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2007.

GOLDSCHMIDT, E. M. R. **Marxismo e História**. Campinas: Papirus, 1989.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, N. L. **Racismo e desigualdade na escola**. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HANSEN, J. A. (Org.). **Cartas do Brasil (1626-1697)**. São Paulo: Hedra, 2003.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 2. ed., revista e modificada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IANNI, O. **A Questão Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

IANNI, O. **A Sociologia e o Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 1872**. Disponível em: ibge.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2024.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: ibge.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O destino dos negros após a Abolição**. 2010. Disponível em: ipea.gov.br. Acesso em: 26 fev. 2024.

IVO, A. L. O mito de Cam e a escravidão no Brasil. **Revista de História da UEG**, v. 2, n. 2, p. 33-48, 2012.

KEHL, R. **O que é Eugenia?** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1920.

KEULLER, A. T. A. M. Revisitando Rondônia: história, memória e ciência. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v. 14, n. 2, Jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000200018>

KOHLBERG, L. **Ensaio sobre o desenvolvimento moral**. São Paulo: Atlas, 1981.

KOVALIKI DE OLIVEIRA, J. Belisário Penna: Educação higiênica, eugenia e a formação da consciência sanitária nacional (1916-1932). **Faces da História**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1704>. Acesso em: 11 set. 2024.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEUENROTH, E. A greve geral. **A Plebe**, 1(1), 1, 1917.

LEUENROTH, E. Os negros. **A Plebe**, 2(2), 2, 1919.

LEUENROTH, E. A cultura negra. **A Plebe**, 3(3), 3, 1920.

LIMA, N. T.; SÁ, D. M. **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, M. **Negros e brancos na construção da classe operária brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MADEO, J. **Populismo: conceito, história e crítica**. São Paulo: Unifesp, 2017.

MAIA, J. M. E. Alberto Guerreiro Ramos e o campo de estudos das relações raciais no Brasil: esboços de uma trajetória intelectual. **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 857-876, 2015.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Raça, genética e saúde: transformações da antropologia física no Brasil do século XX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 25-50, jan.-mar. 2014.

MATTOS, M. B. A questão racial no Brasil: um desafio para o movimento operário. In: SANTOS, G. A. dos (Org.). **Movimentos sociais e esfera pública: a construção da cidadania dos negros no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 1999. p. 43-62.

MATTOS, M. B. **O novo sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MATTOS, M. B. O movimento operário brasileiro e a luta contra o racismo: uma perspectiva antirracista e anticapitalista. In: SANTOS, G. A. dos; SILVA, P. B. G. e (Orgs.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2015. p. 65-84.

MECHI, P. S. O Historiador e Militante Everardo Dias: Dilemas Do Passado e Do Presente Do Movimento Operário Brasileiro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, (44), 13-32, 2014.

MORAES, E. **Apontamentos de Direito Operário**. São Paulo: Editora Fulgor, 1905.

MORAES, E. **A Greve Geral de 1917**. São Paulo: Editora Fulgor, 1918.

MORAES, E. **Extinção do tráfico de escravos no Brasil: ensaio histórico**. São Paulo: Editora Fulgor, 1916.

MORAES, E. **O Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor, 1925.

MORAES, E. **O Problema Negro no Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor, 1928.

MORAES, E. **A Cultura Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor, 1931.

MORAES, E. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor, 1934.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a raça no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2004.

NASCIMENTO, A. do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Tempo Social**, 16(2), p. 271-286, 2004.

NASCIMENTO, A. do. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA, 2006.

NASCIMENTO, Á. P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: 1 contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, Sep.-Dec. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003>

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

OLIVEIRA, L. L. Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. **Revista Brasileira de História**, v. 29, n. 58, Dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000200011>

OLIVEIRA, M. R. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, F. de. **A questão racial no movimento operário brasileiro**: uma análise psicossocial. Brasília: UnB, 2016.

OLIVEIRA, R. F. O conceito de Bloco Histórico e a hegemonia do PTB no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 3, p. 123-140, 2020.

PAULA, C. R. do N. de. Antônio Evaristo de Moraes e o Direito Operário Brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 2, p. 3-23, 2014. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4830>. Acesso em: 11 fev. 2024.

PAULINO, D. L. Sob os ventos do leste: Edgard Leuenroth, Hélio Negro e um programa de gestão operária. **Temporalidades**, 14(1), p. 1-25, 2022.

PEREIRA, A. **A revolução russa e o movimento operário brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, A. **O negro e o socialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

PEREIRA, A. R. Sampaio. O movimento operário brasileiro e as massas populares: massas obreiras/revolucionárias ou massas ignorantes/inertes? **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 11-32, 2008.

PINN, M. L. G. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. **Revista Aedos**, 11(25), p. 140-156, 2019.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, P. **A psicologia de massas e o movimento operário brasileiro**: uma crítica à tese de Oliveira. Curitiba: UFPR, 2020.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, S. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa**, v. 6, n. 13, 2011.

Disponível em:

https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq13/11%20_a_educacao_cp13.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROMERO, S. **Ensaio de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 7 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943-1953.

ROSSI, G. O Teatro Experimental do Negro de São Paulo, 1945-66. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 277-300, 2018.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SALGADO, L. A Música na Era Vargas: entre o Popular e o Orfeônico. In: **O samba em pessoa: Aracy de Almeida e o dispositivo da oralidade**, 1941. p. 113-125.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SANTANA, M. A. A questão racial no Brasil: um desafio para o movimento operário. In: SANTOS, G. A. dos (Org.). **Movimentos sociais e esfera pública: a construção da cidadania dos negros no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 1999. p. 43-62.

SANTANA, M. A. **O novo sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SANTANA, M. A. O movimento operário brasileiro e a luta contra o racismo: uma perspectiva antirracista e anticapitalista. In: SANTOS, G. A. dos; SILVA, P. B. G. (Orgs.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2015. p. 65-84.

SANTOS, A. **A questão racial no Brasil: um desafio para o movimento operário**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, J. C. dos. O Legado de Florestan Fernandes: Uma Análise Profunda. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 51, p. 3-19, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000200003. Acesso em: 11 fev. 2024.

SANTOS, J. C. **Imprensa negra e imprensa operária: experiências, diálogos e tensões na Primeira República em São Paulo**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em História Social) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, J. L. **O sindicalismo brasileiro entre 1930 e 1945: conquistas e limites**. São Paulo: Editora da USP, 2010.

SANTOS, M. L. A estratégia nacionalista de Getúlio Vargas e o PTB: uma abordagem histórica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 1, p. 89-105, 2019.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações...** 11.ed... Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Marxismo, Educação e Pedagogia. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 59-85.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. Prefácio. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 1- 11.

SCHEMANN, L. **Gobineau: uma biografia**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo da raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo da raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 1988.

SILVA, A. **A ilusão do consenso: sindicalismo e classes sociais no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVA, C. **O movimento operário brasileiro e a influência dos imigrantes europeus**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVA, J. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 2, p. 263-284, 2003.

SILVA, J. A. O PTB e os imigrantes: uma análise da relação entre o partido e os grupos étnicos no Brasil. **Revista de História**, v. 25, n. 2, p. 45-67, 2018.

SILVA, J. A. O primeiro censo do Brasil: contexto, metodologia e resultados. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 65, n. 3, p. 15-32, 2023.

SILVA, J. B. da Florestan Fernandes, “sociologia científica” e a crítica de uma tipologia. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 2, p. 3-23, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revcienso/article/view/2157>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SILVA, M. A. **O partido comunista e a questão racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

SILVA, M. A. M. da. Arquivo e memória negra: a documentação do Movimento Negro no Arquivo Edgard Leuenroth/CEBRAP-AFRO. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2017.

SILVA, R. da. **Abandonados e delinqüentes: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado - o Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)**. 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, R. C. da. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 3-21, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000100201. Acesso em: 11 fev. 2024.

SILVEIRA, É. Revisitando Artur Neiva: Eugenia, Educação Física e Identidade Nacional. **Intellèctus**, v. 1, n. 2, 2002. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27566>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVÉRIO, V. R. **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2002.

SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, V. A. Eugenia no Brasil: ciência e política na Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 17, n. 4, p. 977-990, out./dez. 2010.

SOUZA, V. A. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 29-51, jan./jun. 2012.

SOUZA, L. M. de. Eugenia, saúde e trabalho durante a Era Vargas. **Em tempos**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 15-27, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/23679/21215/44172>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, P. **O movimento operário brasileiro e a luta contra o racismo: uma perspectiva antirracista e anticapitalista**. Recife: UFPE, 2014.

SOUZA, R. A. S. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.

SOUZA, V. S. de. Renato Kehl e Roquette-Pinto: controvérsias na eugenia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 2, 2016. Disponível em:

<https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/renato-kehl-e-roquette-pinto-controversias-na-eugenia-brasileira/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SOUZA, V. S. de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019. 332p.

TAMANO, L. T. O. O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil. **Tempo**, v. 28, n. 3, Sep.-Dec. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280302>

THOMPSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 9-29, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acesso em: 15 fev. 2024.

THOMPSON, E. P. **A história vista de baixo**. Separata de: A HISTÓRIA vista de baixo. Campinas: Unicamp, 2015. p. 185-201.

ZACARIAS, C. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a hegemonia política no movimento operário. **Lua Nova**, São Paulo, n. 75, p. 1-32, 2008.